

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a relativa importância estratégica que o Brasil havia tido para os Estados Unidos, na época do conflito, começou a diminuir. Algo que, na verdade, iniciou-se ainda durante a guerra, depois do sucesso da invasão do norte da África pelas forças anglo-americanas, em novembro 1942, já que a hipótese de invasão do território brasileiro, depois disso, tornou-se remota. Até então, fora muito importante para os Estados Unidos poder usar bases aéreas e outras instalações no Nordeste brasileiro, o que vinha acontecendo intensivamente desde março, quando um acordo entre os dois países foi feito, superando as restrições que existiam entre alguns militares brasileiros quanto à presença de soldados estrangeiros uniformizados em território nacional, bem como em relação ao direito de aviões americanos decolarem e pousarem no Brasil sem aviso prévio. Mesmo depois de novembro, entretanto, as bases militares norte-americanas no Nordeste mantiveram sua importância, em apoio às rotas do Atlântico Sul e do Oriente Médio, além da África.

Da parte dos Estados Unidos, não havia a expectativa de participação de tropas brasileiras no conflito, de modo que a solicitação de Getúlio Vargas nesse sentido implicou certos cuidados relativos à escolha do local (cogitou-se o norte da África inicialmente) e logísticos (seria preciso equipar a Força Expedicionária Brasileira). A manobra teve grande efeito simbólico, ampliando as expectativas brasileiras de granjear uma “posição especial” nos assuntos internacionais após o conflito. Seja como for, a participação brasileira na guerra foi importante para que os Estados Unidos pudessem afirmar sua liderança no continente, especialmente diante da opção de neutralidade da Argentina.¹ No que se refere ao Brasil, a guerra também rendeu bons frutos ao governo americano na medida em que, a partir de então, tornou os Estados Unidos o principal fornecedor

de armas e criou, entre os militares brasileiros, uma atmosfera predominante de simpatia em relação ao país-líder do Ocidente. O então tenente-coronel Castelo Branco, por exemplo, que seria o primeiro presidente da ditadura militar, estabeleceu fortes laços de amizade nos campos de batalha italianos com o militar norte-americano Vernon A. Walters. Essa relação de confiança seria fundamental para que Walters obtivesse informações privilegiadas dos militares na época do golpe de 1964, então como adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

Não se dirá que, depois da guerra, todo o governo norte-americano, em uníssono, considerasse desimportante o estabelecimento de relações privilegiadas com o Brasil, ou que não visualizasse expressivas potencialidades econômicas aqui, nem que entendesse o país com o mesmo desdém com o qual Henry Kissinger referiu-se à América do Sul por ocasião de uma conversa com o chanceler chileno, Gabriel Valdés, em junho de 1969, quando, após um discurso de Valdés que o irritara, Kissinger lhe disse que “nada importante pode vir do Sul. A história nunca foi feita no Sul. O eixo da história começa em Moscou, vai para Bonn, cruza Washington e então vai para Tóquio. O que acontece no Sul não tem nenhuma importância”. Valdés retrucou dizendo que Kissinger não sabia nada sobre o Sul e o então conselheiro de segurança nacional do presidente Richard Nixon respondeu: “Não, e eu não me importo.”² Se não havia tão grande desprezo, a avaliação sobre a desimportância estratégico-militar da América Latina consolidou-se desde os anos 1950.

No caso brasileiro, após o término da Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra (1946-1951) entendia-se merecedor de algum tipo de favorecimento dos Estados Unidos, já que o Brasil havia se revelado um aliado ativo no esforço bélico. A vinda de algumas missões técnicas norte-americanas, ainda em 1942 e 1943, estimulou as esperanças do Brasil, já que elas destacaram a necessidade de apoio aos esforços de industrialização do país. Após a guerra, porém, as atenções e os dólares dos Estados Unidos voltaram-se para a Europa, por intermédio do Plano Marshall,^{*} pois a situação de ruína do Velho Continente era incompatível com o estabelecimento

de uma economia internacional fundada no livre-comércio, na conversibilidade das moedas, na abertura dos mercados e, não menos importante, na liderança norte-americana. Para a América Latina restaram, quando muito, sugestões e conselhos baseados no receituário da internacionalização da economia mundial. O Brasil insistia, por se julgar merecedor das “relações especiais”, e por superestimar a dimensão política da pretendida ajuda. Em 1946, auxiliares de Dutra, em Washington, chamavam pateticamente a atenção para o caráter especial do Brasil. O próprio George Marshall, em visita ao Rio de Janeiro, em 1947, para participar da Conferência Interamericana sobre Defesa do Continente, foi constringido a afirmar que o desenvolvimento latino-americano não passaria por um plano nos moldes do que ajudava a reconstrução da Europa. Dutra insistiu no tema com o presidente Harry Truman (1945-1953), que veio para o encerramento da conferência, e deve ter ouvido algo semelhante. Para os Estados Unidos, o Brasil deveria amparar-se em seus recursos internos, mesmo que não descartassem a possibilidade de estudar medidas tendentes a estimular o fluxo de capital privado externo. De qualquer modo, os pedidos de ajuda deveriam ser dirigidos não ao governo norte-americano, mas às instituições pertinentes que se iam criando (a Conferência de Bretton Woods, em 1944, criou o Fundo Monetário Internacional, que passou a atuar no ano seguinte).³ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que selecionava propostas a serem financiadas pelo Banco Mundial e pelo Eximbank (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos), funcionava desde 1950 e foi importante para que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, adotasse procedimentos mais apurados para aprovar auxílios técnicos e financiar projetos de desenvolvimento, mas as agências internacionais temiam as posições nacionalistas de Getúlio Vargas e, por dez anos, quase não investiram no país.⁴

No campo militar, em meados dos anos 1950, era patente ao governo americano que a venda de armas para os países latino-americanos, além do fornecimento de equipamentos e treinamento (o chamado “programa de ajuda militar”), tinha alcance algo restrito e, em vez de um significado propriamente militar, tais vendas apenas “ajudavam os Estados Unidos a cultivar relações diplomáticas com os ditadores militares que dominavam a

^{*}O Programa de Recuperação Europeia, proposto pelo secretário de Estado, George Marshall, em 1947, financiou a reconstrução da Europa por meio de ajuda econômica dos Estados Unidos, entre 1948 e 1951, no valor de US\$ 13 bilhões.

América Latina” na época.⁵ O programa era uma herança da Segunda Guerra Mundial e, no caso latino-americano, objetivava manter a dependência da região em relação aos Estados Unidos: em troca do fornecimento de armamentos, a América Latina deveria comprometer-se com a defesa do continente contra ataques extracontinentais. A idéia principal era excluir antigos fornecedores europeus (inclusive a Alemanha e a Itália). Resistências anteriores dos parlamentares norte-americanos — já que a ajuda obviamente implicava custos financeiros — foram sendo vencidas depois do ataque da Coreia do Norte (comunista) à do Sul, em 1950, que surpreendeu os Estados Unidos e iniciou a Guerra da Coreia (1950-1953), motivadora de uma crescente preocupação anticomunista que conferiu à Guerra Fria ares de necessidade (ao menos da perspectiva da opinião pública norte-americana), dando uma espécie de legitimidade às ações unilaterais dos Estados Unidos, como lembrou Celso Furtado.⁶ Mas sempre foi flagrante que “fornecer tanques a Honduras ou ao Equador provavelmente não impediria que a União Soviética lançasse um ataque nuclear”. Tanto o presidente republicano, Dwight D. Eisenhower (1953-1961), quanto o futuro presidente pelo Partido Democrático, John F. Kennedy, concordavam, nos anos 1950, que o programa, em termos militares, não tinha grande importância.⁷

Essa perspectiva prevaleceria até aproximadamente 1958, quando uma tumultuada visita do vice-presidente Richard Nixon (na gestão de Eisenhower) à América do Sul e o início da luta de Fidel Castro contra Fulgencio Batista, em Cuba, começaram a chamar a atenção do governo norte-americano para a América Latina. Fato que não se deve desconsiderar foi o lançamento da Operação Pan-americana, pelo presidente Juscelino Kubitschek, também em 1958. Segundo Thomas C. Mann, que seria o principal conselheiro para a América Latina do futuro presidente Lyndon B. Johnson, a proposta de JK gerou uma mudança significativa na medida em que acabou por cristalizar a convicção dos países latino-americanos de que um forte programa de ajuda era necessário.⁸

A “desastrosa viagem à América do Sul” de Nixon,⁹ em 1958, foi um episódio desimportante em si, mas levou o governo norte-americano a refletir sobre a sua relação com a América Latina, sobretudo no que se referia à assistência econômica, até então bem pequena. Aproveitando a posse de

Arturo Frondizi na presidência da Argentina, em maio de 1958, o Departamento de Estado planejou a visita do vice-presidente de Eisenhower também a outros sete países latino-americanos. Em algumas capitais, como Lima e Caracas, Nixon foi bastante hostilizado, enfrentando situações constrangedoras em seus deslocamentos e em face de manifestações de estudantes contrários à sua presença.¹⁰ Na capital da Venezuela ele foi “cercado pela multidão, vaiado, apedrejado e quase morto”.¹¹ Ficou patente, para o governo norte-americano, que a imagem dos Estados Unidos na América Latina era simplesmente péssima. A viagem ajudou a eliminar as restrições que Eisenhower fazia à criação de um banco interamericano, que começaria a operar em 1959.¹² Do mesmo modo, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em fevereiro de 1959, consagrou a abordagem de Roy Richard Rubottom, Jr., secretário assistente para Assuntos Interamericanos, que julgava acertado promover os interesses estadunidenses na América Latina concentrando-se nas questões sociais e econômicas. Segundo essa interpretação, a região passaria a receber a atenção dos Estados Unidos não apenas do ponto de vista da manutenção de governos anticomunistas: também suas aspirações de crescimento econômico deveriam ser consideradas pelo governo norte-americano.¹³

Não foi o triunfo de Fidel Castro contra o regime de Batista, em 1959, que levou à maior modificação adotada pelos Estados Unidos em relação à América Latina, mas, sim, a implantação do regime socialista em Cuba, que se formalizou em abril de 1961, embora já fosse visível desde antes, em função de medidas como a nacionalização de propriedades norte-americanas e a rápida reorientação da venda do açúcar cubano para a União Soviética e a China. Eisenhower havia suspenso a importação do produto pelos Estados Unidos, em julho de 1960, em retaliação, por seu turno, ao acordo que Castro fizera com a União Soviética, no início do ano, que previa a troca de açúcar por petróleo e equipamentos.¹⁴ Uma escalada de acusações se iniciou, pois, desde meados dos anos 1950, após a queda de Stalin, a União Soviética do premiê Nikita Khrushchev adotara uma nova estratégia de atuação, apoiando países em desenvolvimento, inclusive na América Latina, tendo em vista a expansão de seu poderio. Khrushchev surpreendeu a todos quando declarou que qualquer agressão a Cuba poderia ser respondi-

da militarmente pela União Soviética. A situação se complicaria ainda mais porque os Estados Unidos não conseguiram obter dos demais países latino-americanos uma desaprovação definitiva da política cubana já que, na reunião convocada para tal fim, em agosto de 1960, na Costa Rica, com os ministros de relações exteriores latino-americanos, ficou estabelecida uma condenação de quaisquer interferências extracontinentais (ou seja, as da União Soviética), mas também se definiu que uma intervenção dos Estados Unidos em qualquer república americana seria censurada. Até então, as populações e os governos latino-americanos viam com simpatia a revolução de Fidel Castro — algo que não desapareceria totalmente nem mesmo depois de os Estados Unidos adotarem políticas mais duras, ou até mesmo por causa disso.

O governo norte-americano optou por agir isolada e militarmente, fazendo planos para depor Castro. No final do governo de Eisenhower, as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba foram rompidas e um plano de invasão estava pronto. Tal designio seria levado a cabo por seu sucessor, John F. Kennedy (1961-1963), em abril de 1961, apenas três meses após sua posse, e se transformaria num estrondoso fracasso, já que os invasores — exilados cubanos — foram derrotados rapidamente e o apoio militar aéreo norte-americano falhou. Até o final de 1961, os Estados Unidos decretariam a suspensão de todas as importações de Cuba, gerando, com a brutalidade da medida, mais antipatia entre os países latino-americanos. Em nova reunião de ministros das relações exteriores, dessa vez em Punta del Este, no Uruguai, em 1962, o Departamento de Estado conseguiu arrancar algumas vitórias — como a declaração de que Cuba era comunista e, por isso, incompatível com o sistema interamericano, além da suspensão do comércio de armas com a ilha. O tema cubano, doravante, estaria na ordem do dia da diplomacia interamericana, sobretudo após a crise de 1962, quando fotografias aéreas demonstraram que os soviéticos estavam construindo silos para mísseis ofensivos, bem como montando bombardeiros, em pleno território cubano. Kennedy declarou que qualquer ataque cubano seria considerado um ataque soviético e a difícil resolução da chamada “crise dos mísseis” impediu por pouco que a Guerra Fria se tornasse “quente”. Em 1964, o governo norte-americano conseguiu fazer aprovar,

entre os países latino-americanos, a recomendação de sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas com Cuba (que o Brasil dos militares implementaria obedientemente trinta dias após o golpe).¹⁵

Toda a questão cubana traria enormes consequências para a América Latina. Embora formuladores de política externa norte-americana, como o secretário de Estado Dean Rusk, * vissem a crise dos mísseis como um momento de virada, no sentido de que demandava o início de conversações em direção a uma distensão das relações conflitivas da Guerra Fria (que poderiam conduzir a uma hecatombe nuclear),¹⁶ persistiria, nos gabinetes governamentais norte-americanos, concomitantemente, uma postura de paranóica vigilância, traço marcante da nova política para a América Latina, baseada no fortalecimento dos militares da região, vistos como bastiões contra quaisquer sonhos revolucionários, e na política de ajuda econômica, sobretudo como pretexto para a construção de uma imagem mais positiva dos Estados Unidos e para a ampliação de sua capacidade de influir.

Assim, desde o final do governo de Eisenhower, em função de Cuba, mas também por conta da dramática consciência de sua má reputação na área, os Estados Unidos começaram a questionar a eficácia de sua política para a América Latina. Cuba, por exemplo, tinha recebido US\$ 16 milhões de assistência militar durante os anos 1950 e mais de 500 oficiais cubanos haviam passado por treinamento militar norte-americano. Ainda assim, Fidel Castro derrotara o exército de Batista com táticas guerrilheiras.¹⁷ Firmou-se, em decorrência, a convicção já mencionada, qual seja, a de que esse tipo de ajuda militar era inútil. No último ano da administração Eisenhower, já se falava em tornar as forças armadas latino-americanas menores, mais ágeis e, sobretudo, treinadas em técnicas de combate à guerrilha, capacitando-as também para operar no campo da segurança pública. Em outras palavras, em vez de imprudentemente pensar tais forças armadas como capazes de dissuadir pretensões militares externas (afinal, bastante improváveis), melhor seria — segundo tal lógica — aproveitá-las para impedir o suposto pipocar de “outras Cubas” (detectava-se, por exemplo, o

*Rusk foi nomeado para o cargo por John Kennedy e se manteve após o assassinato do presidente durante os governos de Lyndon Johnson, permanecendo na função entre 1961 e 1969.

surgimento de guerrilhas na Venezuela, na Guatemala e no Peru).¹⁸ Paralelamente, conforme se firmava a interpretação de Rubottom já mencionada, consagrava-se a idéia de que os recursos investidos no aparelhamento das forças armadas latino-americanas deveriam ser desviados para a melhoria das condições de vida de suas populações empobrecidas — perspectiva humanitária anunciada nos discursos oficiais —, pois o pauperismo era visto como fomentador de revoluções (motivação mais efetiva que apenas se entrevia naqueles discursos).¹⁹ Foi também nessa época, ainda no governo de Eisenhower, que se começou a falar em *civic actions*, isto é, no uso de forças militares em projetos não estritamente relacionados à segurança, como obras de engenharia, serviços públicos, transportes, comunicação, saúde, saneamento etc.²⁰

Essa concepção, como se vê, não surgiu durante o governo de Kennedy,²¹ mas foi este presidente que assumiu plenamente a estratégia da contra-insurgência, a partir do aconselhamento de funcionários como Walt W. Rostow, presidente do Conselho de Planejamento Político, e do conselheiro de segurança nacional, McGeorge Bundy, muito atentos às conquistas de Mao Tsé-tung e Che Guevara e temerosos de que guerrilhas e guerrilheiros se espraiassem pela América Latina.

De algum modo, a estratégia supunha as forças armadas latino-americanas como gendarmes a serviço dos interesses norte-americanos. Grande quantidade de militares latino-americanos seria treinada em unidades militares nos Estados Unidos ou na Escola das Américas, na Zona do Canal do Panamá.²² Refletindo posteriormente, logo após sua saída do governo, Robert McNamara, secretário de Defesa no período 1961-1968, diria que a política norte-americana de isolamento, anterior à Segunda Guerra Mundial, tinha sido muito custosa. A adoção do princípio da defesa coletiva, em meados dos anos 1950, mediante o estabelecimento de dezenas de acordos militares na América Latina, havia reunido o continente contra o comunismo. Sendo a pobreza a semente da revolução violenta — concluía McNamara —, o crescimento econômico da região se impunha como um requisito de segurança que interessava aos Estados Unidos e, daí, a necessidade conjugada tanto da doutrina militar da contra-insurgência, quanto da

Com o lançamento da Aliança para o Progresso, em 13 de março de 1961, na presença de embaixadores de todo o continente, Kennedy passaria a galvanizar as atenções dos governos latino-americanos. Com a sua peculiar retórica, inusual entre norte-americanos, mas tão valorizada pelos latino-americanos, e sua reconhecida capacidade de usar os meios de comunicação, o discurso de lançamento da Aliança, proferido no Salão Leste da Casa Branca, usado para grandes reuniões, mencionou os personagens esperados (Bolívar, Juárez, Martí), reconheceu a antecendência do “majestoso conceito da Operação Pan-americana”, de JK, foi logo em seguida retransmitido pela Voz da América em espanhol, português e francês e fez muitas promessas:

(...) se formos bem-sucedidos, se nosso empenho for arrojado o suficiente e determinado o suficiente, então o final desta década será marcado pelo início de uma nova era na experiência americana. Os padrões de vida de cada família americana estarão no auge, a educação básica estará disponível para todos, a fome será uma experiência esquecida, a necessidade de ajuda externa na maciça terá passado, muitas nações terão entrado em um período de crescimento auto-sustentável e mesmo que ainda haja muito a fazer, cada república americana será a mestra de sua própria revolução (...) ²⁴

A despeito da grandiloquência de Kennedy e do sucesso diplomático de seu desempenho, a Aliança para o Progresso não deixaria de ser vista pela América Latina como mais um programa de ajuda convencional, e a parceria de mão dupla desejada por seus formuladores nunca chegaria a se efetivar plenamente. Ademais, a administração da Aliança seria confiada à Agência para o Desenvolvimento Internacional (*U.S. Agency for International Development* — USAID), que, no final de 1961, estava apenas começando suas atividades, pois, em setembro, o Congresso norte-americano havia reorganizado todos os programas de assistência externa até então existentes, inclusive separando aqueles de natureza militar dos demais, e a USAID foi estabelecida em novembro para cuidar da assistência econômica. A in experiência norte-americana em relação à América Latina e uma administração excessivamente burocratizada — que estava longe de corresponder

aos anseios transformadores dos operadores de projetos específicos — foram a causa de muitos equívocos iniciais.²⁵ Além disso, a contradição básica da abordagem de Kennedy dificultaria a realização da Aliança para o Progresso como um todo: por mais que muitos de seus executores se engajassem sinceramente nos projetos voltados para a melhoria das condições de vida na América Latina, a moldura ideológica imposta por seus formuladores — que a delineavam sobretudo como um instrumento de combate ao comunismo no contexto da Guerra Fria — terminava por limitá-la.

A Aliança chegou ao Brasil antes de seu lançamento na Casa Branca, ainda durante o governo de Jânio Quadros (que presidiu o país apenas entre janeiro e agosto de 1961). Em fevereiro de 1961, George McGovern, que seria o diretor do programa “Comida para a Paz”, Richard Goodwin, futuro secretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, e Arthur Schlesinger, Jr., que escrevia discursos para Kennedy e seria seu assistente especial para a América Latina, visitaram a Sudene, então dirigida por Celso Furtado, para conhecer a situação do Nordeste, que preocupava por conta de reportagens que exageravam o significado das Ligas Camponesas. Celso Furtado os recebeu com boa vontade, impressionado com o perfil intelectualizado dos assessores do novo governo do Partido Democrático* e com a proposta da Aliança para o Progresso, que lhe pareceu ser a sonhada versão latino-americana do Plano Marshall. Essa boa impressão foi reforçada cinco meses depois, quando Furtado foi recebido pelo presidente Kennedy, na Casa Branca. Contudo, em pouco tempo, o economista brasileiro foi percebendo que havia diferenças significativas entre o grupo de intelectuais da Casa Branca, que assessorava o presidente, e as equipes executoras das diversas agências americanas. Como a Sudene pretendia implementar seus próprios projetos e o Departamento de Estado tinha outros propósitos, marcou-se uma visita de diplomatas americanos ao Nordeste a fim de avaliar os planos brasileiros e reunir dados. Antes que eles chegassem, Jânio Quadros renunciou, mas isso não impediu que a avaliação prosseguisse. Em

fevereiro de 1962, a equipe norte-americana apresentou um relatório propondo iniciativas inteiramente discrepantes das da Sudene e destinadas a causar impacto na opinião pública, como a implantação de chafarizes em algumas cidades nordestinas. Todas as benfeitorias deveriam ser identificadas visualmente com a marca “Aliança para o Progresso”. Um dos primeiros programas de assistência técnica oferecidos ao Nordeste foi o de modernização e reequipamento das polícias civis. Celso Furtado frustrou-se ao perceber que as iniciativas, superficiais, buscavam sobretudo manipular a opinião pública e contrapor-se ao que o governo norte-americano considerava um temível movimento camponês, as Ligas Camponesas, na verdade, “um proto-sindicalismo de reivindicações sobremodo modestas”, segundo Furtado:

Surpreendeu-me que os membros da missão (...), que certamente haviam sido amplamente assessorados por agentes da CIA,* não compreendessem quão contraproducente seria encher o Nordeste de tabuletas da Aliança para o Progresso, alardeando pequenas obras de fachada (...) As autoridades norte-americanas se consideravam com o direito de contrapor-se e sobrepor-se às autoridades brasileiras (...) para alcançar seu objetivo de “deter a subversão no hemisfério”.²⁶

Após esse início ruim, a Aliança para o Progresso entraria em um período de maior operacionalidade, que se consolidaria sobretudo após o golpe de 64. Possivelmente por representar a mais consistente (talvez, a única) instituição que, na América Latina, havia construído um grande projeto de superação da pobreza, Celso Furtado acabou sendo convidado a integrar o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), criado pouco antes da morte de Kennedy com a pretensão de dar um perfil multilateral e alguma agilidade decisória à iniciativa em função da frágil condução da USAID. A principal fraqueza do comitê, porém, era decisiva: ninguém se submetia à sua autoridade.²⁷ Seja como for, a Aliança para o Progresso trouxe um benefício inesperado para o economista brasileiro: graças ao passaporte diplo-

*Schlesinger, por exemplo, era historiador e autor de vários livros. McGovern era Ph.D. em História.

*A Central Intelligence Agency (CIA), Agência Central de Inteligência, é o principal órgão de informações dos Estados Unidos.

mático que recebeu por conta da participação no CIAP, Celso Furtado terá sido, provavelmente, o único punido em 1964 a sair legalmente do país durante o alvoroço que se seguiu à divulgação, no dia 10 de abril, da primeira lista de personalidades que tiveram seus direitos políticos suspensos — ele era uma delas.²⁸

Durante a campanha eleitoral, Kennedy fez um de seus discursos dramáticos, na madrugada de 14 de outubro de 1960, na Universidade de Michigan, em Ann Arbor, cidade que tinha reputação liberal por conta de sua grande população estudantil. Foi nessa ocasião que o futuro presidente comprometeu-se com a idéia do que se intitularia de *Peace Corps*, retomando antiga aspiração de alguns parlamentares e outras pessoas que, desde os anos 1950, sugeriam a criação de um “exército” de jovens americanos engajados em um programa nacional de prestação de serviços no exterior.²⁹ Segundo avaliação desastrada de seu oponente na campanha, Richard Nixon, candidato do Partido Republicano, a iniciativa somente serviria como desculpa para que os jovens escapassem do serviço militar. Nixon estava cometendo uma gafe eleitoral: a proposta teve grande apelo entre estudantes e, não por acaso, Kennedy comprometeu-se com ela no discurso na Universidade de Michigan.³⁰ Quando o início oficial do programa foi anunciado, meses depois, em apenas uma hora a mesa telefônica do governo congestionou-se com as chamadas de voluntários potenciais. Milhares de cartas com sugestões, perguntas e candidaturas seriam recebidas.³¹ Nos Estados Unidos, o programa contribuiu bastante para a construção da imagem de Kennedy como um líder reformador, jovial e criativo.³²

No Brasil, os *Peace Corps* não tinham muita visibilidade, a despeito da presença de bom número de voluntários trabalhando sobretudo no interior.³³ Em 1967, havia 632 norte-americanos atuando em projetos de renda escolar, cooperativas agrícolas e controle de esquistossomose, entre outros. Planejava-se ampliar esse número até atingir pouco mais de mil, em 1972, embora os coordenadores do programa demandassem mais que o dobro disso.³⁴ Na verdade, em função da repressão e do chamado “milagre econômico”, toda a ajuda ao Brasil seria redimensionada — como se verá com mais detalhes em outro capítulo. Assim, no final de 1970, havia 450 voluntários no país e, entre 1973 e 1975, o número caiu ainda mais, osci-

lando entre 300 e 400.³⁵ Noventa por cento dos participantes eram jovens recentemente graduados em cursos universitários. A maioria trabalhava com formação de cooperativas agrícolas e outras atividades de apoio à população rural, ou em projetos de habitação, serviço social e educação. Havia uma grande demanda, da parte dos governos estaduais brasileiros, por voluntários com formação técnica especializada, mas o perfil do norte-americano que vinha para cá era bastante generalista, sendo a maioria formada em humanidades. A estrutura dos *Peace Corps* no Brasil organizava-se a partir de um diretor em cada um dos 19 estados em que estavam presentes (em 1971), até porque a abordagem da organização era regional, havendo poucos programas de alcance nacional (o combate à esquistossomose era uma dessas exceções). Em 1966, foram gastos US\$ 5,7 milhões com os Corpos da Paz no Brasil e esse montante reduziu-se para US\$ 4,6 milhões em 1970. Embora as atividades do voluntariado não fossem recebidas com hostilidade pela população pobre ou pelos governos estaduais, os Estados Unidos não propagandeavam sua existência no Brasil para evitar críticas de intervencionismo ou algo do gênero. Numa primeira fase, o programa assumiu um perfil paternalista e impositivo, mas alguns atritos (cujas causas os americanos atribuíam ao “nacionalismo” e “interesses locais”), sobretudo em projetos educacionais, levaram ao estabelecimento da diretriz geral de integração com os projetos brasileiros.³⁶

Kennedy tinha uma visão algo catastrófica da América Latina, a “área mais perigosa no mundo”, como ele dizia, certamente em função da fracassada tentativa de invasão de Cuba e da tormentosa crise dos mísseis.³⁷ Portanto, suas iniciativas para a região eram um instrumento de controle da América Latina no contexto da Guerra Fria que, agora, também a afetava e não apenas a Europa e a Ásia, como até então. Mas sua elaborada retórica democrática, de cooperação desinteressada, e seu tremendo carisma — além da presença de sua bela esposa, Jacqueline Kennedy, que fazia discursos em espanhol — garantiram-lhe uma imagem muito positiva entre os latino-americanos. Seu brutal assassinato, em novembro de 1963, teve enorme repercussão em toda a região e milhares de pessoas compareceram às embaixadas norte-americanas para assinar livros de condolências. Ele se tornou um mito e dezenas de escolas e avenidas latino-americanas foram

batizadas com seu nome.³⁸ O legado que deixou para seu sucessor, entretanto, em termos de diretrizes para a América Latina, estaria definitivamente marcado pela mistura disparatada que tentava combinar uma abordagem assistencialista, em larga medida legitimada por certos grupos sociais norte-americanos — como alguns intelectuais e estudantes universitários —, com propósitos ideológicos rudimentares de controle da região.³⁹

Seu vice-presidente, Lyndon B. Johnson (1963-1969), manteve a Aliança para o Progresso e sua moldura doutrinária antiinsurrecional.⁴⁰ Essa doutrina global, que articulava a segurança interna da região à necessidade de combater a pobreza, identificada como motivadora de regimes esquerdistas, levaria Johnson a buscar o envolvimento de líderes civis norte-americanos, especialmente empresários, na causa anticomunista: “se a ‘guerra revolucionária’ era uma guerra total, então os civis, como cada soldado, tinham a obrigação de cooperar”.⁴¹ Outrora, ainda na administração Kennedy, os planos de investimento do governo americano na América Latina excitaram os empresários. Eles formaram um grupo consultivo sobre negócios com a região* a fim de influenciar a administração de JFK, reticente quanto a esse envolvimento. Presidido pelo banqueiro do Chase Manhattan, David Rockefeller, era integrado também por representantes de corporações importantes, como a Standard Oil e a International Telephone and Telegraph. Johnson foi muito mais receptivo às iniciativas e aos conselhos do grupo, passou a se reunir regularmente com eles e essa perspectiva valorizadora da iniciativa privada pode ser de fato entendida como uma diferença significativa entre Kennedy e Johnson em relação à América Latina.⁴²

Johnson teve de começar a governar subitamente e com o auxílio da equipe de Kennedy, que foi parcialmente mantida, por estratégia ou por afinidade, pois não queria dar a impressão de abandonar as diretrizes de seu popular antecessor e, na verdade, acabou por se entender bem com alguns assessores de Kennedy.⁴³ Estabeleceu boas relações com McGeorge Bundy, por exemplo, embora sem maior aproximação, o que também aconteceu

*O Business Advisory Group on Latin America, criado em janeiro de 1964, juntou-se ao Council for Latin America já existente.

com McNamara, que impressionava bastante o novo presidente por sua suposta argúcia.⁴⁴ Aproximou-se do secretário de Estado, Dean Rusk, possivelmente em função da origem sulista pobre em comum e da identidade de posições sobre política externa, o que significa dizer que ambos eram típicos subprodutos da Guerra Fria: anticomunistas dogmáticos que se tornariam famosos pela maneira desastrosa como conduziram a Guerra do Vietnã.⁴⁵ Mas os dois também compartilhavam forte antipatia pelo irmão de John Kennedy, Robert, que não perderia ocasião de acusar Johnson de desviar-se do caminho traçado pela lenda instantânea em que JFK se transformara. Para Johnson, também era conveniente permanecer com esses auxiliares de seu predecessor justamente para preservar tais símbolos da gestão de Kennedy. Essas circunstâncias tornaram os assessores de Kennedy muito mais influentes em relação a Johnson do que o foram em relação ao líder assassinado.⁴⁶

O novo presidente tinha um perfil modesto. Havia sido professor, na juventude, em uma pequena cidade do Texas, Cotulla, próxima da fronteira com o México, o que lhe deu a convicção ingênua de entender os latinos. Talvez tenha se sentido algo intimidado com a equipe de assessores intelectualizados que Kennedy mantinha na Casa Branca e se esforçava para ficar bem informado e preparado, persistindo em uma rotina noturna de leituras de relatórios, resumos, análises e estimativas, principalmente da CIA e do Departamento de Estado.⁴⁷ Embora a Guerra do Vietnã, sobretudo a partir de 1965, tenha ocupado muito a sua atenção, a preponderância do secretário de Defesa, Robert McNamara, era evidente no campo militar. Na verdade, ele não se interessava por política externa, preocupado que estava com o seu projeto doméstico de uma “Grande Sociedade”,* até porque sentia-se desconfortável diante de dignitários estrangeiros, “pessoas com as quais (...) não estava acostumado” — como disse uma vez. Comparrava a atividade com o sarampo, no sentido de querer livrar-se dela o mais rapidamente possível.⁴⁸ McGeorge Bundy o assessorava respeitosamente,

*Segundo a avaliação de alguns analistas, as reformas de Lyndon Johnson, batizadas de *Great Society*, trouxeram benefícios efetivos nas áreas de educação, assistência médica para idosos, habitação, valorização dos negros, entre outras. O tema é mencionado em todos os livros sobre Johnson constantes da bibliografia no final deste volume.

com memorandos informativos e detalhados, que ofereciam encaminhamentos alternativos para permitir que Johnson se sentisse no comando, mas era preciso convencê-lo a receber visitas de estrangeiros e, de algum modo, cuidadosamente, Bundy o censurava por seu desinteresse.⁴⁹ Com uma formação frágil, poucas leituras e viagens ao exterior, ele era “limitado culturalmente e suscetível a clichês e estereótipos.”⁵⁰ Para Johnson, tão desagradáveis como os estrangeiros, os intelectuais também o incomodavam, sobretudo com críticas após a escalada da Guerra do Vietnã, divulgadas amplamente pela imprensa: irritava-o a comparação que sempre faziam entre ele e Kennedy e as acusações de que estava abandonado o legado de seu antecessor.⁵¹

O zelo de Johnson pela América Latina seria menor do que o de Kennedy. Seu interesse pela área foi intermitente e ditado pelas crises que teve de gerenciar. A primeira delas foi a do Panamá, logo após sua posse, em janeiro de 1964, escaramuças entre panamenhos e americanos residentes na Zona do Canal do Panamá que se iniciaram quando universitários das duas nacionalidades entraram em conflito porque os panamenhos tentaram içar uma bandeira nacional na região controlada pelos Estados Unidos. Os tumultos duraram quatro dias e deixaram centenas de feridos e 28 mortos (24 panamenhos).⁵² Em seguida, viriam a crise brasileira de março de 1964 e a invasão da República Dominicana, no ano seguinte, para conter inexistentes ameaças de implantação de regimes esquerdistas, às quais voltaremos em outro capítulo.⁵³

A Aliança para o Progresso parecia tolhida por uma teia de ineficácia administrativa e Johnson não podia dar a impressão de que abandonaria a iniciativa de Kennedy, anunciada com tantas esperanças para a América Latina, região com a qual ele tinha alguma empatia por conta de sua juventude no Texas. Talvez por tudo isso, decidiu nomear um homem-chave que controlasse a questão, pusesse fim à desordem, tivesse carta-branca para agir e fosse seu único porta-voz para assuntos latino-americanos.⁵⁴ Escolheu um especialista, o antigo embaixador no México, Thomas C. Mann, que também fora um dos autores do tendencioso “Livro Azul”, nos anos 1940, juntamente com Spruille Braden, embaixador americano em Buenos Aires,

trabalho que diz ter feito “com muito gosto”.^{*} Em janeiro de 1964, Johnson o cumulou com as funções de coordenador da Aliança para o Progresso, secretário assistente para Assuntos Interamericanos e assistente especial do presidente para a América Latina.⁵⁵

Thomas Mann permaneceria no cargo apenas até março de 1965, mas teve atuação decisiva no delineamento de uma abordagem relativamente nova da política norte-americana para a América Latina. Ele julgava que a Aliança para o Progresso era útil, mas devia funcionar apenas como indutora do desenvolvimento, e não como sua principal fonte de financiamento. Além do investimento público, seria fundamental estabelecer um ambiente amigável para o investidor privado, regra geral temeroso de que nacionalizações de empresas americanas impusessem prejuízos — daí as portas abertas para o grupo de empresários capitaneados por David Rockefeller. Foram os poderes acumulados por Mann e seu novo enfoque para a América Latina que tornaram os antigos assessores intelectualizados de Kennedy, afastados por Johnson — como Schlesinger, Goodwin e outros —, críticos hostis do novo presidente e também de Mann, acusado de operar mudanças dramáticas na política para a região ignorando as diretrizes do antecessor.⁵⁶ Mann diria, anos depois, que Robert Kennedy fomentava tais críticas, interessado em ter o controle do Partido Democrático, apesar do fato inelutável de que a morte do irmão implicou uma transferência de poder para Lyndon Johnson. Segundo Mann, o erro de Johnson foi não ter feito uma completa remodelação da equipe, nomeando apenas alguns novos assessores, como ele.⁵⁷

A principal acusação contra Johnson em relação à América Latina dirigia-se ao que ficou conhecido, precisamente, como “Doutrina Mann”, segundo a qual os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais.⁵⁸ A “Doutrina Mann” veio à tona em um episódio específico: o diplomata havia assumido confusamente as suas funções já que, em poucos

^{*}O *Blue Book on Argentina* continha denúncias contra Perón, acusado de associar-se ao nazismo. Pretendia afetar negativamente sua candidatura à presidência nas eleições de fevereiro de 1946 — que ele venceu.

dias, deveria estar com outros funcionários na Zona do Canal do Panamá a fim de negociar uma solução para a crise.⁵⁹ Retornando do Panamá, Mann sentiu necessidade de posicionar-se sobre a política para a América Latina. Convocou, então, uma reunião para o dia 18 de março de 1964, com todos os embaixadores e demais pessoas envolvidas com a América Latina.⁶⁰ O embaixador no Brasil, Lincoln Gordon,* assistia pela televisão, no Rio de Janeiro, ao Comício da Central, no dia 13 de março, e conseguiu ouvir metade do discurso de Goulart, acompanhando o restante pelo rádio do carro, a caminho do aeroporto do Galeão, a fim de embarcar para Washington e participar da reunião.⁶¹ Um dia após o encontro, o jornalista Ted Szulc, do jornal *The New York Times*, publicou uma matéria relatando a reunião cujo título dizia que os Estados Unidos poderiam abandonar os esforços para dissuadir ditadores latino-americanos.⁶² Mann não desmentiu a notícia (que também repercutiu no Brasil),⁶³ ao contrário, divulgou nota na qual falava da necessidade de avaliar as circunstâncias peculiares a cada caso que surgisse. Era a senha que os críticos de Johnson precisavam: ele passaria a ser acusado de beneficiar ditaduras e reverter a política de Kennedy, algo que parecia plenamente confirmado quando, menos de duas semanas depois, o novo presidente americano reconheceu, por meio de telegrama caloroso ao presidente interino Mazzilli, o golpe brasileiro de 64, mesmo que Goulart ainda estivesse em território nacional.** Depois daquela reunião, o embaixador Lincoln Gordon ficou ainda algum tempo em Washington, conversou com os secretários de Estado, de Defesa, com o diretor da CIA e com o próprio Mann. Acertou-se que Gordon mandaria relatos detalhados e propostas sobre a situação no Brasil.

Voltaremos a essa fase do golpe no próximo capítulo, mas, por ora, vale registrar que a mudança proposta por Mann, embora significativa, não era de todo uma novidade, pois o próprio Kennedy assumira uma postura mais flexível em relação a ditaduras depois de uma fase inicial na qual a ajuda econômica e militar era interrompida no caso de golpes que implantassem governos autoritários.⁶⁴ Seria mais adequado falar-se em uma mudança de

ênfase do que propriamente em uma alteração profunda da política. Em 1963, por exemplo, o secretário assistente para Assuntos Interamericanos de Kennedy, Edwin Martin, diante da necessidade de reconhecimento dos regimes militares de Honduras e da República Dominicana, disse que os Estados Unidos nada podiam fazer se os próprios envolvidos eram incapazes de lutar pela democracia.⁶⁵ O regime anticomunista imposto militarmente na Argentina, em março de 1962, também durante a gestão de Kennedy, sofreu apenas por um breve período a interrupção da ajuda norte-americana.⁶⁶ O próprio JFK, uma semana antes de ser assassinado, havia dito que todos os recursos seriam usados para impedir o estabelecimento de outra Cuba no hemisfério.⁶⁷ Antes de Kennedy, durante o governo de Eisenhower, o envolvimento dos Estados Unidos em um golpe na Guatemala (1954) já indicava uma direção que, sob Johnson e Mann, não era nova como queriam seus críticos.

O que estava em pauta, evidentemente, não era um problema de natureza estritamente diplomática, limitado à necessidade de — a contragosto, como tergiversava Martin — os Estados Unidos reconhecerem ditaduras militares. Fosse assim, tudo se reduziria a uma espécie de retomada, por Mann, da política de Thomas Jefferson, segundo a qual os Estados Unidos reconheciam o governo dos países que cumprissem suas obrigações internacionais.⁶⁸ Na verdade, pode-se falar, mais propriamente, em uma espécie de revivência do “Corolário Roosevelt”, de 1904, pelo qual o governo americano permitia-se intervir em nações latino-americanas para impedir “agressões externas” ou coibir casos de “injustiça ou impotência”. Assim, dentro do governo, não apenas Thomas Mann, mas outros de seus membros, inclusive antigos auxiliares de Kennedy, estavam cada vez mais convencidos da necessidade desse tipo de atitude intervencionista por causa da estratégia — aliás estabelecida por JFK — da contra-insurgência e do decorrente crescimento do programa militar para a América Latina.⁶⁹

Mas, efetivamente, a afinidade da nova administração com regimes autoritários era maior. Bundy recomendou que Johnson fizesse uma viagem a Brasília, em 1965, para encontrar presidentes de vários países sul-americanos que, naquele momento, compunham o “mais atraente grupo de líderes” que já houvera em muitos anos, independentemente dos regimes autoritários, até porque, no caso brasileiro, o governo chegava a ser “progressista”, segundo o conselho de segurança nacional.⁷⁰ Johnson, após cumprir o

*Gordon foi embaixador no Brasil entre outubro de 1961 e fevereiro de 1966.

**Outros golpes pareceriam confirmar a existência da nova doutrina, como o de novembro, na Bolívia, que derrubaria Paz Estenssoro.

mandato de Kennedy iniciado em janeiro de 1961, candidatou-se ao cargo, venceu as eleições de 1964 e tomou posse em janeiro de 1965, mas não pôde fazer a viagem sugerida por Bundy porque a Guerra do Vietnã (1955-1975) agravava-se, processo que teria grande repercussão na política norte-americana para a América Latina.

De fato, com o incremento da Guerra do Vietnã, em meados dos anos 1960, o interesse pela região virtualmente desapareceria. O envolvimento direto dos Estados Unidos no Vietnã começou em 1955, com o início do envio de “conselheiros militares” a Saigon, capital do Vietnã do Sul, que recebera em 1950 o status de “estado-associado” da França após conflitos liderados pelo comunista Ho Chi Minh (baseado na cidade de Hanói, ao norte), que tentava expulsar a nação europeia controladora da Indochina (incluindo Vietnã, Laos e Camboja). Ho Chi Minh impôs severas derrotas à França, em 1953, obrigando-a a pedir ajuda aos Estados Unidos, que não veio de imediato, pois a Guerra da Coréia estava acabando naquele ano e não foi possível obter o apoio da Inglaterra para uma ação conjunta na região. Somente em 1955, quando a China e a União Soviética começaram a enviar ajuda militar a Ho Chi Minh, os primeiros militares americanos chegaram a Saigon, buscando ocupar o vazio criado com a saída da França. Após a posse de Kennedy, o número de militares americanos cresceu bastante. Depois de sua vitória nas eleições no final de 1964, Johnson (que em sua campanha falava de paz) autorizou pesado bombardeio aéreo contra o Vietnã do Norte após um ataque a instalações americanas, em fevereiro de 1965. A partir de então, o conflito iria num crescendo, com a primeira leva de soldados americanos chegando em março de 1965. Em dezembro já eram 200 mil homens, número que chegaria a 400 mil em 1966, e 500 mil no final de 1967. Manifestações contra a guerra começaram a se tornar significativas nos Estados Unidos. Em janeiro de 1968, os comunistas conseguiram realizar ações de impacto durante a chamada “Ofensiva Tet”,* que teria tremenda repercussão na opinião pública norte-americana e cau-

aria o aumento dos protestos.⁷¹ “Pela primeira vez, as pesquisas mostravam uma maioria do público acreditando que havia sido um erro para os Estados Unidos envolver-se tão profundamente na Indochina.”⁷² Johnson, em função disso, estremeceu o país quando anunciou, dois meses depois, que desistira de concorrer à reeleição em novembro.⁷³

O presidente tornara-se obcecado pelo Vietnã, guerra que se transformaria em um dos mais importantes eventos da história política americana, e só tratava da América Latina quando tinha de cuidar de algum projeto específico, desde que não fosse polêmico.⁷⁴ Por isso, fixou-se na confortável tese de que o problema da região era a ausência de bons serviços públicos, estradas adequadas etc., perspectiva que lhe foi sugerida por Walt W. Rostow, em um memorando muito apreciado por Johnson, e que valeu a Rostow a nomeação para o cargo de conselheiro de segurança nacional no lugar de McGeorge Bundy: “melhorar a infra-estrutura física da região tornou-se seu mantra em conversas com visitantes da América Latina.” No seu livro de memórias, de 569 páginas, apenas 4 são dedicadas à Aliança para o Progresso.⁷⁵

Seu sucessor, Richard Nixon (1969-1974), que pretendia adotar a idéia de “comércio em vez de ajuda”, em meados de 1969 determinou que toda a assistência ao Brasil fosse meticulosamente avaliada e, de fato, uma série de modificações decorreram desse estudo, como se analisará nos capítulos seguintes.⁷⁶ Mas uma das conclusões da avaliação pode ser antecipada aqui: todas as embaixadas dos países latino-americanos receberam um questionário que buscava detectar como o poder internacional e o prestígio do Brasil eram vistos pelos demais países do continente, a partir da avaliação da equipe americana sediada em cada um deles. Embora a diplomacia brasileira tenha sido valorizada na enquete, apenas 6 dos 22 países consideravam o Brasil importante ou influente e, além disso, a Argentina e o Peru consideravam-nos culturalmente inferiores. Na verdade, o país era visto pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos como mais importante fora da América Latina (por sua atuação em alguns foros internacionais),⁷⁷ mas a possibilidade de, com o tempo, tornar-se uma força diplomática influente era ironizada pelos assessores de Kissinger: “É possível, como Clemenceau advertiu mais de 50 anos atrás, que o Brasil seja sempre o país do futuro.”⁷⁸ Para os membros do Conselho, parecia inconsistente que o Brasil quisesse

* Aproveitando o feriado vietnamita de ano-novo (abreviadamente conhecido por *Tet*), os comunistas invadiram várias cidades e vilas do Vietnã do Sul, em 31 de janeiro de 1968, e conseguiram chegar à embaixada norte-americana em Saigon. A invasão, transmitida pela TV, causou grande impacto na opinião pública norte-americana e fortaleceu o movimento contra a guerra.

ser um líder na América Latina mesmo não sendo reconhecido como tal por seus vizinhos. Não surpreende, portanto, que o Conselho pretendesse diminuir a ajuda ao Brasil: além de sua relativa desimportância, outros países, como o México, interessariam mais à segurança nacional dos Estados Unidos em função da proximidade. Nem mesmo a política externa mais independente, ensaiada a partir de 1969 pelo ministro brasileiro Mário Gibson Barboza (1969-1974), chegaria a causar grandes problemas, “exceto possivelmente sobre questões econômicas multilaterais, porque a influência brasileira sobre outros países é relativamente pequena e porque o Brasil permanecerá pró-Occidente nas questões leste-oeste. O significado estratégico do país tem diminuído desde a Segunda Guerra Mundial”.⁷⁹

Paulatinamente, a América Latina e o Brasil retornariam à posição de relativa desimportância que tinham antes de 1958,⁸⁰ o que caracterizaria a fase compreendida entre o lançamento da Aliança para o Progresso e o fim do governo Johnson (1961-1968) como o período no qual a região mais recebeu as atenções e preocupou os Estados Unidos. Apesar da diminuição do interesse norte-americano pela América Latina, a nova administração não deixou de atender certas demandas brasileiras, como se verá em outro capítulo, pois, para Richard Nixon, assim como para seus antecessores, os militares eram uma ferramenta capaz de assegurar a estabilidade da região e estavam sujeitos à influência dos Estados Unidos, diferentemente de outros grupos sociais.⁸¹

Nesse sentido, apesar das simpatias generalizadas em favor de JFK, também a Aliança para o Progresso foi apenas uma reação momentânea. Seu abandono, durante a presidência de Richard Nixon, deveu-se à implementação das políticas mais pragmáticas do governo republicano. Quando precisou conter a esquerda, Nixon apelou para métodos clandestinos e violentos, como no caso do Chile. Ademais, a Aliança havia se mostrado um completo fracasso: além das deficiências estruturais e concepção quixotesca,⁸² seus projetos nunca conseguiram se desprender da moldura ideológica imposta pela Guerra Fria. Aquilo que deveria ser uma “revolução pacífica” que promovesse reformas estruturais, acabou se convertendo em iniciativas de curto prazo pautadas pelo medo do comunismo e concebidas como “obras de impacto”.⁸³ Do ponto de vista político, a Aliança não conseguiu

evitar que nove golpes militares contra governos civis acontecessem nos seus cinco primeiros anos de funcionamento, apesar de toda a retórica democrática de Kennedy.⁸⁴ A imagem dos Estados Unidos na América Latina parece ter piorado. Para os Estados Unidos, os custos foram elevados: o Brasil, por exemplo, maior beneficiário da Aliança para o Progresso, recebeu cerca de US\$ 2 bilhões entre 1961 e 1971 (sem considerar outras fontes de ajuda econômica, como o programa “Comida para a Paz,”* que investiu aqui, no mesmo período, meio bilhão de dólares).⁸⁵ Nos governos de Kennedy e Johnson, uma grande quantidade de recursos financeiros foi destinada aos opositores de Goulart e, posteriormente, os golpistas vitoriosos também foram beneficiados — como ainda se verá no capítulo seguinte.

Por ora, cabe retomar a argumentação segundo a qual o Brasil tinha importância apenas relativa para o governo norte-americano. Embora fosse verdade que tal importância estratégica viesse diminuindo desde a Segunda Guerra Mundial, a problemática cubana ensinou, como já foi visto, a Aliança para o Progresso e, no caso brasileiro, tornou simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista, justamente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a órbita de influência comunista. Esse cuidado explica a campanha de desestabilização de Goulart e o apoio ao golpe. É de fato necessário dimensionar com precisão o significado que o Brasil tinha para o governo norte-americano porque a ousadia sem precedentes da chamada “Operação *Brother Sam*” pode sugerir que o país fosse tema constante das preocupações dos Estados Unidos. Porém, além de uns poucos funcionários do governo, raros eram os norte-americanos que sabiam qual era a capital do Brasil ou que língua se falava no país. Em 1964, aqueles que nasceram após o término da Segunda Guerra Mundial chegavam aos 18 anos comparilhando, por intermédio da TV, notícias sobre o movimento dos direitos civis ou sobre a Guerra do Vietnã, ou ouvindo nos rádios portáteis alguns sucessos dos *Beatles* que, em fevereiro de 1964, fariam sua primeira apresentação nos Estados Unidos.⁸⁶ A participação norte-americana na derruba-

*Conhecido como “PL 480” por causa do número da lei administrativa (*Public Law*) que o estabeleceu, o *Food for Peace Program* investe em comércio e doação de produtos agrícolas

da de Goulart, em março de 1964, só se tornou conhecida anos depois. Poucos jornais haviam registrado o crescimento da crise brasileira e o golpe de 64 teve uma cobertura favorável da imprensa estadunidense.⁸⁷ O assunto não chamou tanto a atenção, ao contrário dos quatro dias de protestos contra os americanos residentes na Zona do Canal do Panamá, em janeiro daquele ano, ou do envio de tropas à República Dominicana para deter o movimento de restauração da presidência de Juan Bosch, em 1965.

Portanto, diante dessa relativa desimportância, seria difícil, em princípio, explicar por que os Estados Unidos se empenharam tanto na campanha contra Goulart e decidiram enviar às costas brasileiras uma força-tarefa naval, a “Operação *Brother Sam*” — que analisaremos no próximo capítulo. A contradição, porém, é apenas aparente: o poderio norte-americano não teria como ser plenamente exercido mundo afora se os Estados Unidos não predominassem incontestavelmente no hemisfério e, sobretudo, em seu “quintal” latino-americano.⁸⁸ Se não era possível acabar com o regime comunista de Fidel Castro, com certeza eles não admitiriam uma “outra Cuba”, ainda que baseados em avaliações químéricas e tendo de recorrer a métodos brutais. Além disso, inúmeras empresas norte-americanas tinham expressivos investimentos aqui, ou planejavam ter, caso houvesse condições para tanto.

Se, do ponto de vista geopolítico, o Brasil era visto pelo governo norte-americano como um país continental, populoso, com significativas possibilidades econômicas, mas militarmente pouco importante, do ponto de vista sociocultural, o pessoal diplomático que lidava com o país foi construindo, ao longo das décadas de relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, uma imagem que se baseava tanto em clichês mais ou menos comuns — inclusive entre brasileiros — quanto em interpretações bastante bem assentadas na realidade.

Em termos gerais, os diplomatas norte-americanos não escapavam da estereotipada perspectiva que atribui certa “flexibilidade” ou, em termos mais contemporâneos, supõe a existência de um “jeitinho” brasileiro, bem como da visão otimista — e grandemente ideologizada — da “cordialidade”. No início de 1968, por exemplo, o então embaixador norte-americano

no Brasil, John W. Tuthill,* assustou-se quando foi informado sobre um suposto plano militar para assassinar Carlos Lacerda (voltaremos a esse documento inédito no Capítulo 4) em função das críticas ferinas que o ex-governador do antigo estado da Guanabara fazia continuamente ao governo Costa e Silva. Para muitos militares, Costa e Silva hesitava, não reagindo à altura aos ataques do famoso político. Segundo a descrição do embaixador, encaminhada ao então secretário assistente para Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, Covey T. Oliver, o hipotético plano partia de círculos militares inconformados com essa debilidade de Costa e Silva. Mas o que quero destacar, no momento, é a resposta de Oliver ao embaixador Tuthill, pois, estarrecido, ele perguntava: “O que está acontecendo com o gentil espírito que sustenta o ‘jeito’ no Brasil? Tudo isso é muito antibrasileiro, não é?”⁸⁹ Afinal, nossa história não era incruenta? Às vésperas do golpe de 64, o então embaixador Lincoln Gordon também garantia ao Departamento de Estado que “o espírito de tolerância não-violenta é tradicional no Brasil”⁹⁰ tanto quanto, em suas memórias, o adido militar de Gordon, Vernon Walters, sustentava que “o Brasil é um país sem ódios”,⁹¹ mencionando o caso do ex-ministro das Relações Exteriores de Goulart, Araújo Castro, que se tornou embaixador brasileiro nos Estados Unidos em plena ditadura militar.** Essas alegadas pacificidade e conciliabilidade brasileiras, entretanto, nem sempre foram vistas como positivas: no contexto da crise de janeiro de 1964, quando Carlos Lacerda denunciava supostos planos golpistas de Goulart, o conselheiro para Assuntos Políticos da embaixada americana, John Keppel, dizia que as crises no Brasil podiam surgir rapidamente e eram em grande medida verbais, tendiam a desaparecer sem consequências dramáticas e demonstravam o talento brasileiro para o “adiamento indefinido do inevitável”.⁹²

Menos lisonjeiras, as imagens de preguiçosos, festeiros, provincianos e corruptos também nos marcavam. O excesso de feriados era notado tanto quanto a dispersão do carnaval.⁹³ Na já mencionada conjuntura de críticas a

*Tuthill foi embaixador no Brasil entre junho de 1966 e janeiro de 1969.

**Walters não menciona que Araújo Castro deixou de consultar Goulart, quando aceitou uma renovação do acordo militar de 1952, no início de 1964, e foi o único ministro que não compareceu ao Comício da Central. Seu afastamento do cargo, após o golpe, foi caracterizado como “a pedido”, diferentemente de todos os outros membros do primeiro escalão, exonerados.

Costa e Silva, no início de 1968, o embaixador Tuthill informava Washington de que não havia propriamente uma crise em andamento e que nada aconteceria antes do carnaval, “pois isso violaria a mais sagrada das tradições brasileiras”.⁹⁴ Em um relatório da embaixada semanalmente enviado ao Departamento de Estado, em março de 1965, o diplomata que o redigiu deu mostras de ter observado com atenção a festa que “ofuscava todos os outros acontecimentos”: “o aspecto dominante do carnaval brasileiro parece ser o de catarse e liberação; é um mecanismo para dissipar tensão, um meio de auto-expressão desinibida”. Em 1965, no Rio de Janeiro, o primeiro carnaval da ditadura foi bastante policiado, o lança-perfume, proibido e o diplomata supunha que essa preocupação com segurança teria sido uma estratégia para melhorar a imagem brasileira, pois os excessos de vulgaridade (tendência que ele supunha inevitável) tinham sido evitados. Aquele fora o carnaval do quadricentenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro e, além de assegurar que o bolo de três toneladas feito na ocasião era “comestível”, o funcionário impressionou-se com a energia dos foliões:

O verbo usado em relação à execução da dança de carnaval afro-brasileira é “pular”, e pular é precisamente o que fazem uns três milhões de habitantes do Rio e seus convidados quase continuamente durante quatro dias e quatro noites. Em um mundo dos sonhos de extravagantes decorações de rua, esplendor e fantasias esbanjadoras (embora milhares tenham de se contentar com fantasias confeccionadas com coisas como toalhas coloridas e penas de galinha), as pessoas põem de lado, por algum tempo, suas preocupações com os crônicos problemas econômicos e sociais de seu país.⁹⁵

Os norte-americanos que trabalhavam no Brasil comumente assumiam uma postura pedagógica e/ou paternalista, pois julgavam-se habilitados para ajudar e treinar os brasileiros não apenas profissionalmente, mas também em termos políticos ou culturais. Embora esse tipo de avaliação fosse mais frequente em relação aos mais pobres (os voluntários e dirigentes dos Corpos da Paz viam-se com a missão de ajudar as pessoas a melhorar a si mesmas),⁹⁶ nem mesmo os militares escapavam de avaliações críticas: para o embaixador Tuthill, uma das melhores maneiras de ajudar a educar e a esclarecer militares

de tendência provinciana era por meio de visitas aos Estados Unidos, para que pudessem conhecer um país realmente civilizado.⁹⁷ Do mesmo modo, mencionando a elite nordestina, os funcionários americanos viam os Estados Unidos como uma das poucas fontes de ajuda para os pobres da região, já que as lideranças no Nordeste não pareciam interessadas em reformas sociais.⁹⁸

O universo da política era avaliado com rigor e a imprensa brasileira, vista com desprezo. A atividade jornalística no país era considerada irresponsável, indigna de confiança, oportunista e freqüentemente venal: “centenas de artigos que se pretendem notícias honestas são, na verdade, comprados e pagos pelos interesses de companhias, organizações ou políticos”. Obter espaço para notícias favoráveis era fácil para qualquer um, inclusive para governos estrangeiros, desde que dispostos a pagar pelos “suplementos especiais”. Fofocas e boatos seriam publicados como notícias. Os jornais resposáveis seriam minoria.⁹⁹ Avaliação tão negativa já havia chegado ao embaixador Tuthill, três anos antes, quando o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, disse-lhe que os jornais brasileiros eram incapazes de se manter sem chantagem.¹⁰⁰

A apatia, a resignação e a incapacitação dos pobres em geral e a incompetência e a incompetência dos órgãos governamentais eram vistas como as principais barreiras para o desenvolvimento do Brasil.¹⁰¹

Em parte como resultado do baixo nível educacional [da vasta maioria dos brasileiros], dos seus horizontes limitados e de sua tradição feudal de dependência do “patrão”, eles freqüentemente não “politizam” os problemas e não vêem um papel ativo para si mesmos no processo político e estão contentes em contar com “as autoridades” para fazer algo para melhorar o Brasil. Ao mesmo tempo, são desconfiados dos políticos e aceitam a necessidade de intervenção militar de tempos em tempos para cortar pela raiz a corrupção e restaurar governos honestos. Apesar de críticos sobre as condições atuais, a maioria é habitualmente otimista (...) Fatalismo e tolerância com o sistema prevalecem tanto nas favelas do Rio quanto no Nordeste empobrecido (...) Embora a atitude de letargia e fatalismo talvez sirva para isolar o Brasil de uma revolução de massa radical vinda de baixo, ela é um dos maiores obstáculos no caminho do desenvolvimento político e econômico rápido e racional.¹⁰²

A dificuldade de planejar, estabelecer metas e adotar procedimentos racionais resultaria não apenas da fragilidade institucional e governamental, mas também da tendência ao abstracionismo dos intelectuais¹⁰³ e, mesmo, dos ideólogos do regime. O embaixador Tuthill, por exemplo, tinha dúvidas sobre a capacidade de Golbery do Couto e Silva perceber os problemas brasileiros e desenvolver soluções viáveis. Para Tuthill, Golbery teria uma mente analítica, inclinada a lidar com forças e conceitos abstratos como “a Igreja”, “os estudantes” etc., mas tendia a superestimar o poder do homem de idéias sobre o homem de ação.¹⁰⁴

Além de nos verem como despreparados, os norte-americanos supunham que a inveja e o temor que seu país inspirava fizessem vicejar, aqui e em outros países, o sentimento do antiamericanismo — o que de fato ocorria. O problema existia havia muito tempo e, durante o governo de João Goulart, recrudescu em função das acusações, então comuns, de “espoliação das riquezas nacionais”, de “imperialismo” etc. Em conversa com o secretário de Estado, Dean Rusk, em 1965, o presidente Castelo Branco disse que não havia parte do mundo com mais antiamericanismo do que a América Latina e que muitos países aceitavam avidamente a ajuda econômica norte-americana mas procuravam ocultar o fato do seu povo.¹⁰⁵ Assim, cientes do impacto negativo que sua intensiva presença no Brasil causava entre os brasileiros, os norte-americanos procuravam ocultar vários de seus programas e outras iniciativas, como os da USAID e, mesmo, os dos Corpos da Paz.¹⁰⁶

Em 1966, preocupado com a questão, o embaixador Tuthill patrocinou um amplo estudo sobre o antiamericanismo reunindo, na embaixada, durante dois dias, todos os encarregados pelos postos no Brasil (representação em Brasília, consulados, dirigentes dos Corpos da Paz etc.). Vários colaboradores participaram da redação do relatório final, de 22 páginas, intitulado “Estado atual e panorama futuro do antiamericanismo no Brasil”. Segundo o documento, manifestar-se contra os Estados Unidos, durante o governo Goulart, dignificava a pessoa e, no governo de Castelo Branco, criticar os americanos estava na moda. A avaliação considerava que, embora fosse menos virulento que nos demais países da América Latina, as raízes do antiamericanismo no Brasil eram as mesmas que nos países vizinhos. Na verdade, o estudo patrocinado pelo embaixador Tuthill supunha que os ní-

veis de antiamericanismo em 1966 no Brasil haviam voltado ao “normal”, no término do período de Castelo Branco, durante o qual houve uma extrema identificação entre os dois governos — que, de algum modo, teria inibido as manifestações contrárias aos Estados Unidos. O relatório considerava surpreendente, por exemplo, que, apesar da publicidade adversa em torno de três projetos específicos (de assistência à reforma do sistema fiscal, de livros didáticos e do uso de firmas de engenharia norte-americanas), o nível de antiamericanismo continuasse baixo.¹⁰⁷

De fato, todo o programa de atividades dos Estados Unidos no Brasil era bastante grande e envolvia procedimentos delicados do ponto de vista político que incluíam a presença física de especialistas americanos em instituições públicas como os ministérios da Fazenda, da Educação e do Planejamento, o Banco Central e a Sudene, entre diversas outras. Em uma época de denúncias acirradas contra o “imperialismo norte-americano”, a presença desses técnicos podia ser vista com desconfiança. Embora a embaixada não detectasse animosidades da parte dos funcionários brasileiros nesses órgãos, “qualquer um poderia razoavelmente esperar muito mais ressentimento explícito contra o programa, bastante grande e visível, de assistência dos Estados Unidos”, afinal — dizia o embaixador — o país tinha um forte senso de orgulho nacional e, na conjuntura anterior a 1964, o antiamericanismo era alardeado diariamente pela mídia, pelo governo e por importantes líderes políticos. Agora, os ataques (“isolados”, segundo a avaliação da embaixada) provinham de políticos da oposição, de jornalistas políticos, de intelectuais esquerdistas ou de empresários nacionalistas. A análise da embaixada vinha matizada pelo reconhecimento de que, no caso dos “esquerdistas”, o sentimento antiamericano era genuíno, pois eles seriam idealistas sinceros, muitos dos quais amigos dos Estados Unidos e desiludidos com a ausência de uma posição firme contra as arbitrariedades do governo de Castelo Branco. Tais esquerdistas, supostamente, gostavam das críticas de Robert Kennedy e julgavam que, após o assassinato de seu irmão, os intelectuais norte-americanos haviam perdido espaço no governo dos Estados Unidos que, assim, teria se tornado mais “materialista”.¹⁰⁸

As críticas, segundo o relatório, concentravam-se no Rio, em São Paulo e em outras poucas capitais e, no interior, praticamente inexistiam. Na ver-

dade, o estudo destacava que o grande número de técnicos agrícolas da USAID trabalhando no interior nunca encontrou hostilidades: eram recebidos tranquilamente, tanto quanto os voluntários dos Corpos da Paz. Para a embaixada americana, onde havia baixa penetração dos meios de comunicação de massa, como na metade mais pobre do Nordeste, observava-se uma grande reserva de boa vontade em relação aos Estados Unidos e aos americanos.¹⁰⁹ Em 1968, o governo norte-americano fez uma pesquisa nacional confidencial no Brasil entre professores, líderes de comunicação de massa, líderes profissionais e de negócios e outros grupos de elite: 59% dos entrevistados consideravam que os interesses básicos dos Estados Unidos e do Brasil eram discrepantes.¹¹⁰

O balanço final da embaixada em relação ao antiamericanismo era positivo, já que supunha que o problema não se tornaria agudo porque o governo brasileiro tinha a capacidade de mantê-lo sob controle, embora o relatório não considerasse necessária qualquer iniciativa nesse sentido. Dois anos depois, porém, o problema persistiria incomodando o governo norte-americano em função do que seria um “extremo cuidado” dos brasileiros com a presença dos Estados Unidos no país. Uma das preocupações recorrentes detectada pela diplomacia americana era a suspeita generalizada, no Brasil, de que a grande base de recursos naturais não aproveitados (“exagerados aos olhos brasileiros”, ressaltava o documento) seria cobijada pelos americanos que, em decorrência, conspirariam para ter seu controle.¹¹¹ A volumosa presença de empresas americanas também gerava mal-estar, embora, segundo o embaixador Charles B. Elbrick,* sua contribuição para o crescimento do Brasil fosse grande e seu comportamento ético, melhor em comparação com outras empresas: “os aspectos positivos não são suficientemente apreciados pela população. Ao contrário, as antigas acusações de imperialismo e exploração econômica continuam a ser prejudiciais”.¹¹²

Preocupava bastante os diplomatas sediados no Brasil que os Estados Unidos não fossem reconhecidos como um país sinceramente interessado em reformas sociais. O governo norte-americano era visto como conservador, associado aos poderosos, não desfrutando mais do conceito que de

algum modo granjeou, durante a Segunda Guerra Mundial, de campeão da liberdade na luta contra o nazifascismo. Foi sobretudo a aparente ou efetiva arrogância da presença norte-americana (investimentos privados, ajuda econômica, assessorias técnicas, atuação política da embaixada etc.) que fixou nos Estados Unidos o rótulo de reacionários, mas é claro que também prejudicou sua imagem a atuação dura contra Cuba e o intervencionismo na América Latina.¹¹³ Para a embaixada norte-americana no Brasil, seria preciso investir em todo tipo de iniciativa que, “discreta e sofisticadamente”, pudesse alterar essa imagem de mantenedores do *status quo*.¹¹⁴ Uma das sugestões seria tornar a reforma agrária brasileira um dos objetivos principais do programa de empréstimos ao país. A USAID poderia ter um papel importante complementando seu financiamento, cuja insuficiência era vista como principal obstáculo para a efetiva distribuição de terras. Como uma vantagem adicional, o Departamento de Estado entendia que “mesmo que os Estados Unidos não sejam bem-sucedidos na tentativa de encorajar uma política de reforma agrária mais dinâmica no Brasil, apenas a tentativa daría, pelo menos, mais crédito às nossas demandas por apoio à reforma econômica e social”.¹¹⁵ Note-se nessa sugestão, feita pelos funcionários americanos que lidavam diretamente com a questão agrícola brasileira, um exemplo da relativa ingenuidade que caracterizava a visão dos executores do programa de ajuda quando comparada com a perspectiva dos formuladores, mais marcada pela dimensão anticomunista e de “segurança do hemisfério”. Naturalmente, não eram dificuldades de financiamento que impediam a efetivação de uma reforma agrária no Brasil.

Embora a tarefa de modificar a opinião pública brasileira fosse entendida como muito difícil, em função da apatia, ignorância e analfabetismo de quase metade da população adulta (“a ‘opinião de massa’ tende a ser apática e desinformada e com pouco mais que um vago interesse por negócios estrangeiros”),¹¹⁶ os diplomatas norte-americanos nunca deixaram de buscar estratégias que pudessem minimizar a impressão de ingerência nos assuntos brasileiros, o que era realmente difícil em função da efetividade dessa atuação direta: o embaixador Tuthill, em viagem a Brasília, ficou bastante chocado com a grande visibilidade do esquadrão AST-10 no aeroporto da cidade. A enorme aeronave da Força Aérea dos Estados Unidos desenvolvia

*Elbrick foi embaixador no Brasil entre julho de 1969 e maio de 1970.

pesquisas, em conjunto com a Diretoria do Serviço Geográfico brasileiro, tirando fotografias aéreas do território nacional. Para quem não sabia disso, porém, a impressão causada pela presença do bojo do avião e de sua tripulação (que ficavam muito próximos das áreas de embarque e desembarque de passageiros) poderia ser bastante negativa, sugerindo uma “presença militar”. O assunto, inclusive, já havia sido mencionado em livro de denúncia que afirmava ser a pesquisa uma “invasão” militar encoberta que tinha o propósito de detectar vestígios de riquezas minerais a serem espoliadas.¹¹⁷ Tuthill recomendou ao governo norte-americano, caso não fosse possível posicionar o avião em lugar mais afastado, que pelo menos se instalasse uma placa bem visível indicando não haver nada de clandestino.¹¹⁸

No final dos anos 1960, ampliou-se a ênfase dada às ações que pudessem influenciar as perspectivas da mídia e das lideranças culturais, especialmente por meio de contatos pessoais e de programas de intercâmbio.¹¹⁹ De fato, na avaliação dos Estados Unidos, o antiamericanismo procedia especialmente dos setores da população com melhores níveis educacionais, inclusive a juventude universitária. Por essa razão, os Estados Unidos deveriam “cortear a juventude do Brasil, bem como o mundo acadêmico, com programas e materiais de elevado conteúdo intelectual, incluindo temas que sirvam sutilmente para identificar-nos com suas próprias aspirações pelo progresso dos brasileiros”.¹²⁰

Mostrar que os Estados Unidos valorizavam a controvérsia e, democraticamente, conviviam com opiniões contrárias também era uma estratégia adotada e, nesse sentido, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, comentários críticos à política dos Estados Unidos, provenientes de personalidades norte-americanas como o secretário de Justiça, Robert Kennedy,* dos críticos senadores democratas James William Fulbright e Wayne Morse ou mesmo do senador republicano opositorista, Jacob Javits, eram, de algum modo, bem-vindos, pois seriam capazes de amenizar a posição, como já se viu, de brasileiros que a embaixada considerava “esquerdistas”.¹²¹ Do mesmo modo, flertando com a oposição brasileira, por vezes o governo norte-ameri-

cano tentou ventilar na imprensa a informação de que a ampliação da ajuda econômica (que começou a rarear logo após o término do governo Castelo Branco) só viria com a redemocratização do país.¹²²

Porém, o procedimento mais corriqueiro era, realmente, tentar ocultar a evidência da gigantesca presença norte-americana no Brasil. Os programas regionalizados, como os Corpos da Paz, tinham menos visibilidade e, se esse formato descentralizado fosse estendido a outros, entendia o Departamento de Estado que haveria menos risco de que os Estados Unidos fossem “identificados com medidas autoritárias repressivas ou políticas econômicas impopulares do governo central” por causa da pulverização das ações.¹²³

A hipótese de “abrir mão” do Brasil, isto é, dissociar-se da ditadura militar, reduzindo paulatinamente o programa de ajuda e abandonando o relacionamento cooperativo, chegou a ser cogitada pelo Conselho de Segurança Nacional norte-americano no início de 1970, mas teve a oposição do então embaixador Charles Elbrick e foi abandonada, porque implicaria a diminuição da capacidade de influenciar o regime (voltaremos ao tema no Capítulo 5). Para Elbrick, entretanto, era preciso tomar providências, que deveriam ser pautadas pela maneira através da qual a assistência norte-americana se dava (de modo mais ou menos discreto) e, também, pela publicidade de que tinham os programas específicos. Naquele momento, os negócios privados se ampliavam e a imagem dos programas governamentais norte-americanos já não importava tanto porque “a presença em termos de negócios é tão grande que o crescimento de pessoal governamental tem apenas efeito moderado na presença total”.¹²⁴ Mas Elbrick não via sentido em ocultar a ajuda governamental, até porque alguns programas específicos, para se realizarem plenamente, deviam ser reconhecidos como bons, positivos, e não podiam ser ocultados. A dimensão propriamente assistencial deveria ser destacada, evitando-se que os programas parecessem simples instrumentos de promoção das exportações de produtos norte-americanos.¹²⁵ Em 1971, já na fase do embaixador William M. Rountree,* a preocupação com o antiamericanismo voltou e, em função do maior número de atritos no campo comercial, motivados pela etapa de incremento da economia brasi-

*O irmão do presidente John Kennedy ocupou o cargo de *attorney general* (procurador-geral) do Departamento de Justiça, entre 1961 e 1964, posição que, no Brasil, corresponde à de ministro da Justiça.

*Rountree foi embaixador no Brasil entre novembro de 1970 e maio de 1973.

leira, a demorada solução de contendas ampliava as “pressões nacionalistas” e “antiimperialistas”.

O “nacionalismo” brasileiro, na visão norte-americana, poderia produzir obstáculos aos negócios. Esse temor sempre esteve presente nas avaliações dos Estados Unidos, especialmente em relação aos empresários que demandavam medidas protecionistas. Em 1966, o embaixador Tuthill dizia que as empresas brasileiras freqüentemente lançavam mão do argumento da “desnacionalização” e que também era comum a “acusação xenofóbica” de que os Estados Unidos estavam roubando o patrimônio das reservas minerais brasileiras.¹²⁶ O que os Estados Unidos chamavam de “nacionalismo” era algo impreciso que, naturalmente, não dizia respeito ao que, no Brasil, o polissêmico conceito designava. Para o governo norte-americano, a noção englobava o que poderia ser chamado de “xenofobismo” — que, estritamente falando, nunca foi sentimento forte no Brasil contra os norte-americanos — e, sobretudo, dizia respeito às restrições feitas aqui ao capital e às empresas daquele país, ou seja, nesse caso “nacionalismo” designava “protecionismo” ou “reserva de mercado”. Igualmente importante, o rótulo abrangia ainda as restrições políticas às pretensões controladoras dos Estados Unidos em relação não só à política externa, mas, também, à imposição de diretrizes econômicas, padrões políticos, produtos culturais e outras iniciativas aqui classificadas de intervencionistas.

Segundo os formuladores de sua política externa, os Estados Unidos deviam assumir uma posição em relação ao Brasil que fosse amistosa e cooperativa, mas sem sugerir envolvimento evidente em seus negócios internos. Ademais, dizia Rountree, o “nacionalismo” poderia ser prejudicial não apenas aos interesses norte-americanos, “mas também para a administração Médici em função de futuras pressões nacionalistas ou ‘antiimperialistas’ internas ou externas”.¹²⁷ Elbrick também já havia chamado a atenção para isso quando alertava o Departamento de Estado de que, no Brasil, o papel considerável das empresas e do governo dos Estados Unidos constringia o governo brasileiro e lhe dificultava manter-se em atitude de cooperação: “a ‘identificação’ pode ser um problema tanto para o governo brasileiro quanto para o dos Estados Unidos”.¹²⁸

As avaliações e estratégias norte-americanas podem ser consideradas mais ou menos corretas, perspicazes ou ingênuas, mas não se pode dizer que

(faltassem empenho, pessoal ou condições materiais para estudar o Brasil e os brasileiros, suas instituições, hábitos, costumes, práticas políticas ou culturais e o que mais houvesse para conhecer: uma estrutura organizacional realmente enorme sustentava o grande esforço de entendimento do Brasil que o Departamento de Estado e a missão norte-americana faziam para estabelecer as diretrizes de política externa.

A política exterior norte-americana para a América Latina foi sempre episódica, mesmo durante a Aliança para o Progresso, lidando com os fatos e problemas que iam surgindo. Os críticos dessa opção pelo “gerenciamento de crises” caracterizam a estratégia como uma política inconsistente ou mesmo como a ausência de qualquer política.¹²⁹ Seja como for, a essa abordagem não correspondeu uma improvisação: no período, a estrutura montada pelos Estados Unidos para gerenciar sua política externa para a América Latina era sofisticada. O modelo que prevaleceu, a partir da presidência de John Kennedy, para o estabelecimento da política externa, consolidou-se a partir da extinção do antigo OCB,* em 1961, e com o incremento do papel da Casa Branca e do próprio Conselho de Segurança Nacional, formato que perduraria durante toda a época abrangida por este livro. Mas, meses antes de ser extinto, o OCB, ainda no governo de Eisenhower, indicou a maneira pela qual as políticas e programas no continente deveriam ser coordenados. Foi naquela ocasião que equipes especializadas em cada país (os *country teams*) foram estabelecidas, congregando não apenas os diplomatas lotados nas respectivas embaixadas, mas articulando-os também com os demais especialistas que trabalhavam nas diversas agências do governo norte-americano de algum modo relacionados ao país em pauta. Com Kennedy, como já foi dito, essa estrutura passou a submeter-se às diretrizes do Conselho de Segurança Nacional e, na Casa Branca, reportava-se ao conselheiro de Segurança Nacional do presidente.¹³⁰

* *Operations Coordinating Board* [Diretoria de Coordenação de Operações], criada em 1953 pelo presidente Eisenhower para acompanhar todas as decisões do Conselho de Segurança Nacional. Era integrada pelo subsecretário de Estado, pelo secretário adjunto de Defesa, pelos diretores da Agência Central de Inteligência (CIA), pelos assessores especiais do presidente para Assuntos de Segurança Nacional e outros.

A principal sistemática de planejamento então adotada era a elaboração, pelos *country teams*, de um relatório de análise e estratégia (*Country Analysis and Strategy Paper*), anualmente, que abrangia o ano fiscal norte-americano (de julho de um ano a junho do ano seguinte), justamente porque estabelecia metas orçamentárias para os diversos programas. Esses relatórios costumavam ser introduzidos por uma avaliação geral e continham seções que avaliavam a conjuntura política, socioeconômica, de segurança, psicológica e cultural e, a partir daí, eram apresentadas e discutidas as opções de diretrizes e ações e suas implicações orçamentárias. Como em qualquer discussão governamental, costumava haver conflitos de opiniões e confrontos entre formuladores, executores e instâncias financiadoras. O embaixador Tuthill, por exemplo, reclamava, em 1967, que não tinha autonomia para remanejar recursos de um programa para outro, caso assim entendesse necessário, durante a execução do orçamento. Além disso, “se [o embaixador] recomenda uma significativa realocação para o ano seguinte, o resultado mais provável seria a aceitação da sua recomendação de corte [do orçamento do projeto de uma dada agência] sem o correspondente aumento no orçamento da outra agência, já que os orçamentos das agências em Washington são determinados em bases independentes” e havia uma “luta selvagem por recursos”.¹³¹ A antecedência com que era feito o planejamento também foi criticada algumas vezes, pois, em meio à sua elaboração, podiam surgir episódios inesperados.¹³² Críticas mais incisivas provieram do embaixador Elbrick, que via no processo de elaboração desse planejamento uma inversão do que ele realmente deveria ser porque, em vez de se estabelecer propriamente qual seria a ação mais desejável para os Estados Unidos, a diretriz que presidia a elaboração do relatório parecia ser a de quanto prejuízo os americanos seriam capazes de suportar, uma espécie de política do “mal menor” que de fato imperou no caso brasileiro, sobretudo depois da edição do AI-5 e que guardava relação com a pretensão de setores do Conselho de Segurança Nacional e do Departamento de Estado de dissociarem-se o mais possível do Brasil.¹³³ Essa sistemática mudaria bastante a partir da posse de Richard Nixon que, juntamente com seu conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, concentraria na Casa Branca toda a iniciativa em relação à formulação da política externa, tema a

que voltaremos mais adiante

Mas tudo isso diz respeito à maneira pela qual o governo dos Estados Unidos avaliou e administrou seu relacionamento com a ditadura brasileira. Antes de analisarmos essa etapa, é preciso ver como a Casa Branca ajudou os responsáveis pelo golpe de 64.

Notas

1. Gerson Moura, “O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945”, in José Augusto Guilhon Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira* (1930-1990), São Paulo, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 2000, vol. I; Roger W. Fontaine, *Brazil and the United States: Toward a Maturing Relationship*, Washington, AEI-Hoover Policy Studies, 1974, p. 23.
2. [Nothing important can come from the South. History has never been produced in the South. The axis of history starts in Moscow, goes to Bonn, crosses over to Washington, and then goes to Tokyo. What happens in the South is of no importance (...) No, and I don't care]. O relato está em Seymour M. Hersh, *The Price of Power: Kissinger in the Nixon White House*, Nova York, Summit Books, 1983, p. 263.
3. Carlos Fico, “O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964)”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Via-gem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*, São Paulo, Senac, 2000, p. 171-172.
4. Ver, sobre o tema, Pedro Sampaio Malan, “Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)” in *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. Economia e cultura*, São Paulo, Difel, 1984.
5. Stephen G. Rabe, *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latin America*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999, p. 126.
6. Celso Furtado, *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, vol. 3, p. 80.
7. William P. Bundy, *A Tangled Web: The Making of Foreign Policy in the Nixon Presidency*, Nova York, Hill and Wang, 1998, p. 6.
8. Thomas Mann, *Oral History Interview with Thomas C. Mann*, Austin, Texas, 12 de junho de 1974, por Richard D. McKinzie, Harry S. Truman Library, p. 21-22.
9. William O. Walker III, “Mixing the Sweet with the Sour: Kennedy, Johnson, and Latin America” in Diane B. Kunz (ed.), *The Diplomacy of the Crucial Decade:*

- American Foreign Relations During the 1960s, Nova York, Columbia University Press, 1994, p. 44.
10. Vernon A. Walters, *Missões silenciosas*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986, p. 287 e segs.
11. Robert Dallek, *Nixon and Kissinger: Partners in Power*, Nova York, HarperCollins, 2007, p. 25.
12. Federico G. Gil, *Latin American-United States Relations*, [San Diego], Harcourt Brace Jovanovich, 1971, p. 217.
13. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 44.
14. Para uma análise sucinta desses episódios, consulte-se Federico G. Gil, *op. cit.*, p. 227 e segs.
15. Pedro Motta Pinto Coelho, "Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje", in Samuel Pinheiro Guimarães (org.), *Argentina: visões brasileiras*, Brasília, IPRI / Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, p. 106.
16. Thomas W. Zeiler, *Dean Rusk: Defending the American Mission Abroad*, Wilmington, Scholarly Resources Inc., 2000, p. 81.
17. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 126.
18. Federico G. Gil, *op. cit.*, p. 237.
19. *Idem*, p. 127.
20. Ruth Leacock, *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961-1969*, Kent, The Kent State University Press, 1990, p. 184.
21. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 55.
22. *Idem*.
23. Robert McNamara, *The Essence of Security: Reflections in Office*, Nova York, Harper & Row, 1968, p. 4, 6-8, 29, 31, 148 e 151-152.
24. [...] if we are successful, if our effort is bold enough and determined enough, then the close of this decade will mark the beginning of a new era in the American experience. The living standards of every American family will be on the rise, basic education will be available to all, hunger will be a forgotten experience, the need for massive outside help will have passed, most nations will have entered a period of self-sustaining growth, and though there will be still much to do, every American Republic will be the master of its own revolution (...). John F. Kennedy, *Address at a White House Reception for Members of Congress and for the Diplomatic Corps of the Latin American Republics*, 13 de março de 1961, John F. Kennedy Presidential Library and Museum.
25. Federico G. Gil, *op. cit.*, p. 245.
26. Celso Furtado, *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, vol. 2, p. 174, 180, 184-185, 203-205 e 309.
27. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 61.
28. Celso Furtado, *op. cit.*, p. 304.
29. Cecília Azevedo, *Em nome da "América": os Corpos da Paz no Brasil (1961-1981)*, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP, São Paulo, 1999, p. 67.
30. James Miller, *"Democracy is in the Streets": From Port Huron to Siege of Chicago*, 2ª ed., Cambridge, Harvard University Press, 1994, p. 55.
31. Terry H. Anderson, *The Movement and The Sixties*, Nova York, Oxford University Press, 1995, p. 60.
32. Maurice Isserman, *If I Had a Hammer: The Death of the Old Left and the Birth of the New Left*, Urbana, Illini Books, 1993, p. 194.
33. Sobre a dificuldade de calcular o número de voluntários no Brasil, ver Cecília Azevedo, *op. cit.*, p. 239.
34. [...] the Ambassador did not concur with the concept reflected in the September 1966 PC/B PM forecasting 2,500 PCVs in country by the end of 1971] *Peace Corps Brazil, Program Memorandum* [parte do] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1967], 27 de abril de 1967, p. 2, RG59, 1967-1969, caixa 1911.
35. Seção *Peace Corps* [parte do] *Program Analysis of Brazil*, julho a novembro de 1969, p. 2, NSC, Caixa H-049, *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1973], 19 de janeiro de 1971, Anexo B, RG59, 1970-1973, caixa 2135.
36. [Some care must be taken, however, when programming in sensitive areas such as education where nationalist sentiment and local interests are involved] Seção *Peace Corps* [parte do] *Program Analysis of Brazil*, julho a novembro de 1969, NSC, caixa H-049, [The overall orientation of the Volunteer service is to become more integrated with the Brazilian plans and agencies (...)] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1973], 19 de janeiro de 1971, Anexo B, RG59, 1970-1973, caixa 2135.
37. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 7.
38. Joseph S. Tulchin, "The Promise of Progress: U.S. Relations with Latin America During the Administration of Lyndon B. Johnson", in Warren I. Cohen, Nancy Bernkopf Tucker (eds.), *Lyndon Johnson Confronts the World: American Foreign Policy, 1963-1968*, Nova York, Cambridge University Press, 1994, p. 218.
39. NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049 [julho a novembro de 1969], Anexo J, *Development of Brazil's Northeast Region*, p. 34.
40. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 184.
41. Ruth Leacock, *op. cit.*, p. 184.
42. Phyllis R. Parker, 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 79 e Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 180.
43. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 220.

44. David Kaiser, "Men and Policies: 1961-69" in Diane B. Kunz (ed.), *The Diplomacy of the Crucial Decade: American Foreign Relations During the 1960s*, Nova York, Columbia University Press, 1994, p. 26.
45. Thomas W. Zeiler, *op. cit.*, p. XII.
46. David Kaiser, *op. cit.*, p. 26.
47. Waldo Heinrichs, "Lyndon B. Johnson: Change and Continuity" in Warren I. Cohen, Nancy Bernkopf Tucker (eds.), *op. cit.*, p. 23 e 27.
48. [foreigners are not like the folks I am used to (...) foreign policy was something you had, like measles, and got over as quickly as possible] Eric F. Goldman, *The Tragedy of Lyndon Johnson*, Nova York, Dell, 1969, p. 447 e 625.
49. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 220 e 223. Ver também David Kaiser, *op. cit.*, p. 11.
50. Nancy Bernkopf Tucker, "Lyndon Johnson: A Final Reckoning" in Warren I. Cohen, Nancy Bernkopf Tucker (eds.), *op. cit.*, p. 313.
51. *Idem*, p. 316 e Waldo Heinrichs, *op. cit.*, p. 21.
52. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 187.
53. Waldo Heinrichs, *op. cit.*, p. 18.
54. *Idem*, *op. cit.*, p. 21. Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 77. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 227.
55. Thomas Mann, *op. cit.*, p. 68; William O. Walker III, *op. cit.*, p. 60.
56. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 217 e 219-221.
57. Thomas Mann, *op. cit.*, p. 98.
58. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 62.
59. Thomas Mann, *Oral History Interview with Thomas C. Mann*, Austin, Texas, 11 de abril de 1968, por Joe B. Frantz, LBJ Library, p. 10.
60. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 230.
61. Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*, São Paulo, Senac, 2002, p. 360.
62. Ted Szulc, "U.S May Abandon Effort to Deter Latin Dictators", *The New York Times*, 19 de março de 1964.
63. Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 88-90; *O Estado de S. Paulo*, 20 e 21 de março de 1964; Edmundo Moniz, "A confissão do silêncio", *Correio da Manhã*, 26 de junho de 1964.
64. Robert A. Packenham, *Liberal America and the Third World*, Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1976, p. 95 e 97.
65. Ruth Leacock, *op. cit.*, p. 200.
66. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 56.
67. [We in this hemisphere must also use every resource at our command to prevent the establishment of another Cuba in this hemisphere] Thomas W. Zeiler, *op. cit.*, p. 81.
68. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 178-179.
69. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 217.
70. *Idem*, p. 231.
71. Richard Alan Schwartz, *The Cold War Reference Guide: a General History Annotated Chronology with Selected Biographies*, Jefferson, McFarland & Company, 1997, p. 57-60.
72. William P. Bundy, *op. cit.*, p. 20.
73. Fraser Cameron, *US Foreign Policy After The Cold War: Global Hegemon or Reluctant Sheriff?*, Nova York, Routledge, 2002, p. 106; James Miller, *op. cit.*, p. 289.
74. David Kaiser, *op. cit.*, p. 37; William P. Bundy, *op. cit.*, p. 204; Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 227.
75. *Idem*, p. 219 e 236-237; Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 181.
76. Federico G. Gil, *op. cit.*, p. 217.
77. NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049 [julho a novembro de 1969], anexo B, *Brazil's International Power and Prestige*, p. 13.
78. [The point about Brazil's long-run diplomatic influence may or may not be well taken; it is possible as Clemenceau remarked over 50 years ago that "Brazil will always be the land of the future"]. Talking points (para Kissinger), *Senior Review Goup Meeting*, 1º de dezembro de 1970, NSC, *Brazil Program Review*, caixa H-049, Secreto.
79. [...] except possibly on multilateral economic issues, because Brazilian influence on other countries is relatively small and because Brazil will remain pro-West on East-West issues. Brazil's strategic significance has diminished since World War II]. NSC, Talking points (para Kissinger), *Senior Review Group Meeting*, 1º de dezembro de 1970, *Brazil Program Review*, caixa H-049, Secreto.
80. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 241.
81. Alan McPherson, *Intimate Ties, Bitter Struggles: The United States and Latin America Since 1945*, Washington, Potomac Books, 2006, p. 74.
82. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 216.
83. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 197.
84. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 59.
85. *Brazil Facts Book*, dezembro de 1971, NSC, VIP Visits, caixa 911.
86. Terry H. Anderson, *op. cit.*, p. 89.
87. W. Michael Weis, *Government News Management, Bias and Distortion in American Press Coverage of the Brazilian Coup of 1964*, *The Social Science Journal*, vol. 34, nº 1, 1997, p. 36.
88. Stephen G. Rabe, *op. cit.*, p. 198.
89. [What is happening to the gentle spirit that underlies jeito in Brazil? All of this is too un-Brazilian, is it not?], RG59, 1967-1969, caixa 1524, Carta de Covey Oliver para John Tuthill de 6 de fevereiro de 1968, Secreto.
90. [The spirit of non-violent toleration is traditional in Brazil]. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, p. 12, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.

91. Vernon A. Walters, *op. cit.*, p. 343.
92. [...] *how quickly crises and semi-crises, largely verbal, can arise (...) eventually subside without dramatic outcome (...) talent for compromise and "the indefinite postponement of the inevitable"*. Telegrama de John Keppel para o Departamento de Estado de 20 de janeiro de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 949, Secreto.
93. Boletim semanal (Weeka) nº 14, de 21 de maio de 1965, p. 10-11, RG59, 1964-1966, caixa 1931.
94. [...] *for this would violate the most hallowed of Brazilian traditions*. Telegrama de Tuthill para o Departamento de Estado, de 2 de janeiro de 1968, RG59, 1967-1969, caixa 1524.
95. [...] *overshadowed all other happenings in Brazil (...) The dominant aspect of the Brazilian carnival appears to be one of catharsis or release; it is a device for shedding tension, a medium for uninhibited self expression (...) The verb used in connection with the performance of the Afro-Brazilian carnival dance is pular ("to jump"), and jump is precisely what some three million Rio inhabitants and their guests did almost continuously for four days and four nights. In a dream world of extravagant street decorations, pageantry and lavish costumes (although thousands had to content themselves with fancy dress fashioned of such things as colored towels and chicken feathers), the people put aside for a little while their preoccupation with their country's chronic economic and social problems*. Boletim semanal (Weeka) nº 10, 5 de março de 1965, p. 1 e 2, RG59, 1964-1966, caixa 1931.
96. [...] *help them to better themselves*. Country Analysis and Strategy Paper [para o ano fiscal de 1972], 21 de janeiro de 1970, anexo II, p. 3, RG59, 1970-1973, caixa 2134.
97. [...] *helping educate and enlighten provincial-minded individuals*. Telegrama de Tuthill para o Departamento de Estado, de 23 de dezembro de 1968, RG59, 1967-1969, caixa 1524.
98. NSC, Program Analysis of Brazil, caixa H-049, USIS Programs, julho a novembro de 1969.
99. [...] *much journalistic output (...) is irresponsible, undependable, opportunistic, and frequently venal. Hundreds of articles which purport to be straight news stories are actually bought and paid for by the interested company, organization, or politician. Private or governmental organizations (including foreign governments) can always get extra news space in special supplements if they are willing to pay (...) Gossip and rumor are frequently printed as straight news*. NSC, Program Analysis of Brazil. Psychological Climate, julho a novembro de 1969, p. 69, caixa H-049.
100. Memorando de conversação, havida em 28 de setembro de 1966, entre Tuthill e Roberto Campos, de 29 de setembro de 1966, RG59, 1964-1966, caixa 1937.
101. Country Analysis and Strategy Paper [para o ano fiscal de 1967], 27 de abril de 1967, Peace Corps Brazil, Program Memorandum, p. 2-3, RG59, 1967-1969, caixa 1911.
102. [...] *Purily as a result of their low educational level, their limited horizons, and their feudal tradition of dependence on the "patrão", they often do not "politicize" problems, do not see an active role for themselves in the political process, and are content to rely on "the authorities" to do something to improve Brazil. They are at the same time distrustful of politicians and accept the necessity of military intervention from time to time to root out corruption and restore honest government. Though critical of present conditions the majority are habitually optimistic (...) fatalism and tolerance of the system preponderates even in the favelas of Rio and in the impoverished Northeast (...) while it may serve to insulate Brazil against radical mass revolution from below, the attitude of lethargy and fatalism is at the same time one of the major blocks standing in the way of rational and rapid economic and political development*. Country Analysis and Strategy Paper [para o ano fiscal de 1967], 27 de abril de 1967. Assessment of Current Situation and Near-Term Prospects, RG59, 1967-1969, p. 19-20, caixa 1911.
103. Boletim semanal (Weeka), de 2 de abril de 1965, RG59, 1964-1966, caixa 1931, p. 12-13.
104. Memorando de conversação de 1º de agosto de 1966, no Palácio do Planalto, RG59 1964-1966, caixa 1926.
105. Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado encaminhando memorando de conversação, havida em 20 de novembro de 1965, de 23 de novembro de 1965, RG59, 1964-1966, caixa 1945.
106. Telegrama do embaixador William M. Rountree para o Departamento de Estado, de 11 de fevereiro de 1972, RG59, 1970-1973, caixa 2135, Secreto.
107. [...] *Despite adverse publicity recently given to three specific U.S. program activities (...) the overall level of "anti-American" reaction to U.S. aid efforts is surprisingly low* Current State and Future Outlook for Anti-Americanism in Brazil, 18 de agosto de 1966, RG59, 1964-1966, p. 14, caixa 1945.
108. Idem, p. 11.
109. Idem, p. 4.
110. [...] *a confidential 1968 nationwide survey among professors, mass communications leaders, professional and business leaders and other elite groups showed that 59 percent believed the basic interests of Brazil and the U.S. were different (...)*] NSC, Program Analysis of Brazil [julho a novembro de 1969] USIS Programs, p. 7, caixa H-049.
111. NSC, Program Analysis of Brazil, caixa H-049, Commercial Interests, julho a novembro de 1969.
112. Country Analysis and Strategy Paper [para o ano fiscal de 1972], 21 de janeiro de 1970, p. 18-20, RG59, 1970-1973, caixa 2134.
113. Joseph S. Tulchin, *op. cit.*, p. 242.

114. *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1972], 21 de janeiro de 1970, p. 5, RG59, 1970-1973, caixa 2134. [(...) despite the rhetoric of the Alliance for Progress, the U.S. remains, in the eyes of most Latin Americans, closely associated with the status quo and the forces opposing social change in Latin America] NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049 [julho a novembro de 1969]. U.S. Contributions to the Agricultural Development in Brazil, p. 54.
115. [(...) even if the U.S. were unsuccessful in attempts to encourage a more dynamic agrarian reform policy in Brazil, just the effort would at least give our claims of support for social and economic reform more credence] *Idem*, p. 55.
116. [In this situation, "mass opinion" tends to be politically apathetic, uninformed, and with little more than a vague interest in foreign affairs] NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049 [julho a novembro de 1969], *The Current Brazilian Psychological Climate*, p. 63.
117. Edmar Morel, *O golpe começou em Washington*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 211.
118. Telegrama de Tuthill para o Departamento de Estado, de 17 de maio de 1967, RG59, 1967-1969, caixa 1525.
119. [Greater emphasis is now given to the production and selective placement of interpretative materials and to efforts to influence the perspectives of media and cultural leaders through personal contact and such programs as the exchange of persons, cultural presentations and USIS cultural programs] NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049, [julho a novembro de 1969], *USIS Programs*, p. 9.
120. [We must increase our efforts to court the youth of Brazil as well as the academic world with programs and materials of high intellectual content, containing themes which serve subtly to identify us with their own aspirations for Brazilians progress] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1972], 21 de janeiro de 1970, p. 20, RG59, 1970-1973, caixa 2134.
121. [(...) Senator Kennedy's visit and subsequent criticisms of the GOB were welcomed by many] *Current State and Future Outlook for Anti-Americanism in Brazil*, 18 de agosto de 1966, p. 11, RG59, 1964-1966, caixa 1945.
122. [We should seek to implant the impression that the USG would cooperate even more enthusiastically than at present with a government increasingly representative and more attuned to responsible public opinion and the country's urgent social needs] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1968], 15 de abril de 1968, p. 19, RG59, 1967-1969, caixa 1900.
123. [There is less danger in a regional program that the U.S. will be identified with the repressive authoritarian measures or the unpopular economic policies of the central government] NSC, *Program Analysis of Brazil. Development of Brazil's Northeast Region*, julho a novembro de 1969, p. 36, caixa H-049.
124. [(...) U.S. business presence here is so extensive that increases in government personnel have only moderate effect on our total presence] Telegrama de Elbrick para o Departamento de Estado, de 23 de março de 1970, p. 3, RG59, 1970-1973, caixa 2134, Secreto.
125. [Our public affairs strategy should avoid adding to the already substantial U.S. presence in Brazil, but this need not preclude the publicizing of specific U.S. programs and activities] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1972], 21 de janeiro de 1970, p. 5 e 19, RG59, 1970-1973, caixa 2134.
126. [(...) the xenophobic charge that U.S. interests are bent on "stealing" Brazil's patrimony of mineral reserves] *Current State and Future Outlook for Anti-Americanism in Brazil*, 18 de agosto de 1966, p. 5, RG59, 1964-1966, caixa 1945.
127. [A high USG — GOB profile or overidentification could prove seriously embarrassing, not only to the USG, but also to the Médici administration as it develops its own responses to future nationalistic and "anti-imperialist" pressures from within and without] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1973], 19 de janeiro de 1971, p. 9, RG59, 1970-1973, caixa 2135.
128. ["identification" can be as much of a problem for the Brazilian Government as for the U.S.] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1972], 21 de janeiro de 1970, p. 18, RG59, 1970-1973, caixa 2134.
129. Federico G. Gil, *op. cit.*, p. 284.
130. William O. Walker III, *op. cit.*, p. 50.
131. [(...) If he recommends such a dramatic reallocation for the next year, the most likely result would be an acceptance of his recommendation for a cutback without a corresponding increase in the budget of the other agency, since agency budgets in Washington are determined on a independent basis] *Country Analysis and Strategy Paper* [para o ano fiscal de 1967], 27 de abril de 1967, p. 2, RG59, 1967-1969, caixa 1911, Secreto. John Tuthill, *Operation Topsy, Foreign Policy*, nº 8, outono de 1972, p. 65.
132. [Strong possibility exists that this CASP like last year's would be overtaken by events] Telegrama de Embaixada no Rio para o Departamento de Estado, de 10 de dezembro de 1970, RG59, 1970-1973, caixa 2134.
133. [The criterion used seems to be to see how much damage to our tangible interests we can afford to take] Telegrama de Elbrick para o Departamento de Estado, de 13 de março de 1970, RG59, 1970-1973, caixa 2134, Secreto.

capítulo 2 João Goulart e a
“Operação Brother Sam”

Se os governos de Kennedy, Johnson e Nixon foram agitados — por causa da tentativa de invasão de Cuba, da crise dos mísseis, do movimento pelos direitos civis, do assassinato de John Kennedy, da Guerra do Vietnã, dos protestos contra a guerra, dos assassinatos de Bobby Kennedy e Martin Luther King e da renúncia de Nixon ameaçado de *impeachment* — a história política brasileira, no mesmo período, não foi tranqüila — em função da renúncia de Jânio, da adoção do parlamentarismo, das radicalizações de 1963, do golpe de 64, da doença de Costa e Silva e da escalada repressiva do final dos anos 1960 e início da década seguinte. Trata-se de uma lista notável de acontecimentos graves, inesperados, que deixaram muitas consequências e, por isso mesmo, não surpreende que a consideração de todos eles dê motivo a controvérsias apaixonadas.

Como é sabido, a tentativa de explicação histórica de fenômenos recentes sempre precisa confrontar-se com a memória das pessoas que participaram diretamente dos fatos, ou que tiveram intenso conhecimento deles, ainda que indiretamente. Todo acontecimento do passado pode ser objeto de uma disputa de memória, entendida não como “evocação” ou “lembança”, mas como afirmação de uma determinada “verdade”. O mesmo personagem pode ser glorificado ou demonizado, dependendo de quem o descreva; um mesmo acontecimento pode ser tido como extremamente positivo, totalmente negativo ou, mesmo, inexistente. No caso de personagens e de acontecimentos polêmicos, as disputas de memória podem chegar a dificultar uma compreensão objetiva do passado ou, quando certas memórias prevalecem sobre outras, é possível que leituras parciais ou tendenciosas se estabeleçam como “verdades históricas”.

Por isso, talvez convenha reiterar ao leitor não especializado algo que, aos historiadores, soará repetitivo: confrontar a memória com a história não decorre da suposição de que a última tenha acesso garantido à verdade. Os historiadores, há quase um século, abandonaram qualquer pretensão de neutralidade, imparcialidade ou objetividade totais. É claro que estamos igualmente mergulhados nas disputas de memória, mas isso não significa que não possamos fazer abordagens críticas e metodologicamente criteriosas. Se a história não tem a pretensão de estabelecer a verdade absoluta, tal objetivo, poder-se-ia dizer, é seu "horizonte utópico", que sempre temos em mira, como alvo ou designio, apesar de inatingível. O procedimento que podemos utilizar para chegar o mais perto possível dessa verdade é simples: devemos cotejar o que se diz sobre um dado assunto com as evidências empíricas disponíveis, isto é, devemos saber se existem "provas" que amparem uma dada afirmação ou se, por inexistirem documentos, tal afirmativa é apenas uma opinião. Do mesmo modo, devemos compartilhar, com quem nos lê, os caminhos que nos levaram aos enunciados que fazemos, explicitando o mais possível nossos próprios procedimentos de pesquisa, bem como nossos preconceitos e predileções, estabelecendo desse modo uma relação honesta com o tema analisado e com o leitor. Não se trata de ignorar, desqualificar ou desmentir a memória, mas de buscar elementos que nos permitam considerar desapaixonadamente um dado assunto. Atribuir-se a capacidade de realizar tal missão não deixa de ser bastante pretensioso ou, no limite, arrogante, mas abandonar a tarefa seria negar a especificidade e a necessidade da história.

Tal profissão de fé seria desnecessária se os temas que queremos introduzir não estivessem sujeitos a tantas desinteligências. De fato, no período da história brasileira que nos ocupa, há um personagem, em especial, e um dado acontecimento, em particular, que são objeto de disputas acirradas de memória: o presidente João Goulart e a participação dos Estados Unidos no golpe de 64.

Algumas das poucas referências positivas a Goulart são reticentes, como exemplifica o depoimento de seu secretário de imprensa, Raul Ryff, que, a par de defender as atitudes do antigo chefe e amigo, não deixa de mencionar suas "deficiências", chegando a apresentar uma lista dos "erros" de

Goulart como conclusão ao texto que produziu sobre o tema.¹ Entre seus antigos auxiliares, há raras defesas intransigentes do ex-presidente, como nas memórias de Darcy Ribeiro, que viveu, com toda a intensidade, os últimos momentos do governo,² e de João Pinheiro Neto, ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social e ex-presidente da Superintendência da Reforma Agrária (Supra).³ Certamente podemos afirmar que, entre os analistas em geral, prevalece uma leitura negativa sobre a atuação de Goulart, pois os pronunciamentos condenatórios são abundantes, encontráveis em memórias, biografias de contemporâneos, entrevistas etc. Mas talvez seja ainda mais acertado falarmos de um personagem esquecido, porque, embora João Goulart tenha vivido um dos episódios mais dramáticos da história recente do país, sua memória não é muito cultivada (positiva ou negativamente), ao contrário do que acontece com outros presidentes brasileiros, como Vargas, Jânio ou JK.⁴ Qualquer contagem que se fizer de museus, nomes de avenidas, monumentos e coisas do gênero indicará que mesmo os generais-presidentes do regime militar têm seu nome e memória mais cultuados.⁵

Como é sabido, João Goulart tornou-se presidente da República inesperadamente, em função da extravagante renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e só pôde assumir após episódios tumultuados, já que ele estava fora do Brasil e os ministros militares não o queriam no cargo. A adoção apressada do parlamentarismo lhe tirou alguns poderes, mas foi esse arranjo político que garantiu sua posse no simbólico dia 7 setembro, que ele escolheu.⁶ Goulart passou a lutar pelo retorno do presidencialismo, o que aconteceu no início de 1963. Portanto, se é verdade que ele tardou muito a apresentar com clareza aquilo que tanto demandava — as "reformas de base" que vinha anunciando como indispensáveis para o Brasil* — dando assim argumentos para os que o acusam de administrativamente inconsistente ou politicamente demagogo, por outro lado também é verdade que ele assumiu plenos poderes apenas em janeiro de 1963 (quatorze meses antes de ser derrubado).

*Somente na sua mensagem ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1964, duas semanas antes do golpe, Goulart descreveu com algum detalhe aspectos das reformas pretendidas.

Uma das principais críticas feitas a João Goulart aponta sua suposta incompetência administrativa: seria um líder preocupado sobretudo com a política, mesmo no desempenho de funções executivas. Quando ministro do Trabalho de Vargas, por apenas oito meses (junho de 1953 a fevereiro de 1954), delegou a administração a um auxiliar,⁷ o que poderia comprovar a acusação, mas esse tipo de arranjo não é de todo raro e, por outro lado, também pode ser visto como atitude que comprovaria leitura positiva, pois há analistas que chamam a atenção para a habilidade política de Goulart, que seria um grande negociador desde os tempos em que, justamente no Ministério do Trabalho, conversava de igual para igual com líderes sindicais, expressão de um temperamento que, não obstante granjeasse a simpatia dos trabalhadores, era visto por políticos tradicionais como inapropriado para uma autoridade.⁸ A gestão de Goulart à frente do Ministério do Trabalho foi decisiva para a construção de sua memória, assim “marcada pela adesão a valores considerados, no mínimo, muito inovadores e polêmicos. Ou seja, dependendo de quem esteja avaliando, ela pode ser conotada como altamente positiva ou perigosamente negativa”.⁹

Poderíamos especular no sentido de que sua memória não ficou associada a algum ato de intrepidez, como teria sido caso houvesse ordenado o bombardeio aéreo dos soldados de Mourão Filho, o general que iniciou o golpe deslocando tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. De fato, contestando a inevitabilidade do golpe, há quem considere que um bombardeio teria paralisado a coluna de Mourão. Porém, o comandante legalista da Base Aérea de Santa Cruz, que estava de prontidão, embora tenha localizado e assustado as tropas sublevadas, voando baixo sobre elas com um jato Paris I no dia 1º de abril, não obteve autorização de seus superiores para acionar os poucos pilotos legalistas disponíveis e autorizar a partida dos quatro jatos F-8 que ele deixara em alerta. Se fosse autorizado, ainda assim o mau tempo impediria a decolagem imediata.¹⁰

Da mesma maneira, teria sido temerário resistir em um dos palácios presidenciais, no Rio de Janeiro ou em Brasília, ou mesmo na cidade de Porto Alegre, onde Leonel Brizola se dispunha a lutar juntamente com o general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército (Porto Alegre), nomeado às pressas no dia 1º. A atitude provavelmente o levaria à prisão e

ao exílio, se não à morte, mas sua memória possivelmente seria mais valorizada, como costuma acontecer nesses casos.

São apenas especulações, reitere-se, que talvez nos ajudem a refletir e a formarmos nossas próprias opiniões, mas não se deve esquecer que a atitude cautelosa de Goulart — por vezes interpretada como covardia nas leituras críticas mais radicais — talvez deva ser entendida como tributária do mito da “história incruenta”, segundo o qual a história do Brasil não conheceu violências, o que certamente não é verdade, mas, sendo um dos mais fortes mitos histórico-políticos brasileiros, pode ter levado Goulart a evitar qualquer gesto que resultasse em conflitos: “seria uma sangueira”, diria posteriormente.¹¹ Ademais, após a movimentação das tropas mineiras, Goulart rapidamente percebeu que não contava com apoio militar expressivo, diferentemente do que vinha garantindo o seu chefe do Gabinete Militar, general Assis Brasil, autor de uma política equivocada de nomeações e que, não aproveitando plenamente os serviços dos órgãos de informações¹² e sendo aparentemente incapaz de ultrapassar níveis singelos de avaliação,¹³ iludiu-se supondo contar com comandantes leais.

A ausência de apoio militar foi a razão pela qual Goulart deixou o Rio de Janeiro, no dia 1º, em direção a Brasília, pois poderia ser preso. Realmente não havia saída já que, além das tropas de Mourão estarem próximas da fronteira do estado do Rio de Janeiro, dois generais muito chegados ao presidente, Oromar Osório e Cunha Mello, não conseguiram evitar que as forças legalistas aderissem aos revoltosos e, na verdade, Oromar nem voltou para relatar seu fracasso.¹⁴ Além disso, o general comandante do II Exército (São Paulo), Amauri Kruehl, afinal resolveu aderir ao golpe, abandonando Goulart, de quem era compadre.¹⁵ O general Moraes Âncora, comandante do I Exército (Rio de Janeiro), recomendou a Goulart que deixasse o Palácio das Laranjeiras.

Goulart já devia estar decidido a não resistir, mas certamente achou indispensável passar pelo Palácio do Planalto, pela Granja do Torto e por Porto Alegre: havia que avistar-se com Darcy Ribeiro (em Brasília) e Leonel Brizola (em Porto Alegre), que estavam excitadíssimos pela hipótese da resistência, e também precisava cuidar da família. Sua mulher e seus filhos não estavam com ele no Rio, mas em Brasília, onde também havia documentos

personais.¹⁶ As peripécias do trajeto de Goulart do Rio de Janeiro a Brasília, a Porto Alegre, a São Borja, a algum ponto nas margens do rio Uruguai e, finalmente, a Montevideu são conhecidas e não precisam ser retomadas.¹⁷ No Distrito Federal, logo ficou patente que, também lá, ele não contaria com qualquer suporte militar. Chegando a Porto Alegre, o general Ladário levou a Goulart a opinião inteiramente negativa de três outros generais sobre a possibilidade de enfrentarem os conspiradores e, depois, disse-lhe que discordava dos colegas, avaliando que a resistência era possível, mas concluiu de maneira dúbia, afirmando que a luta seria possível enquanto houvesse “um punhado de homens (...) até esperar que a vitória se conquistasse por milagre”.¹⁸

Também existem relatos de que Goulart foi avisado, quando ainda estava no Rio de Janeiro, do apoio norte-americano aos golpistas e da disposição dos Estados Unidos de reconhecerem um governo alternativo ao dele, o que certamente teria pesado em sua decisão de não resistir. As evidências existentes sobre o aviso são algo truncadas. San Tiago Dantas, que fora ministro das Relações Exteriores do primeiro gabinete parlamentarista, teria procurado Goulart na manhã do dia 1º de abril e feito a advertência, baseado em informações de Afonso Arinos de Melo Franco, seu amigo, antecessor e sucessor no Itamaraty. Porém, o diálogo reproduzido por diversos autores foi divulgado pela primeira vez pelo jornalista Araújo Netto em ensaio jornalístico no qual as conversas aparecem de maneira algo romaneada.¹⁹ Moniz Bandeira, entretanto, obteve a confirmação do episódio em entrevistas com Valdir Pires, Abelardo Jurema, com o próprio Goulart e outros.²⁰ João Pinheiro Neto afirma ter ouvido a informação do próprio Goulart logo após a saída de San Tiago Dantas.²¹ Afonso Arinos evitou o assunto em suas memórias. Todos esses indícios apontam para a efetividade do aviso.

A decisão de Goulart de não resistir parece resultar de uma avaliação realista e prudente, mas ela colaborou para que à sua imagem de indeciso e incompetente se juntasse a pecha de covarde, quase sempre enunciada por seus críticos de maneira eufemística. Mas ele também foi criticado diretamente em termos duros: “(...) aluno bem comportado [dos comunistas] e já sem nenhuma grandeza [no Comício da Central] (...) não oferecia senão *slogans* aos trabalhadores (...) arrivista de esquerda (...) alma fraca (...) [pro-

motor de um] golpe branco [por meio de um] terrível dispositivo pessoal de maquinação, intriga e carícias tirânicas (...) não lia livro algum (...) Dividiu o Exército (...) Sitiou a Guanabara (...) Desmoralizou a Petrobras (...) Começou a dividir a Igreja (...) Seu derradeiro ato foi esmagar a Marinha”.²² “Ho-mem completamente despreparado para qualquer cargo público, fraco, pusilânime, e, sobretudo, raizando os extensos limites do analfabetismo.”²³ “Sabia-se despreparado (...) homem indeciso (...) humilde (...) lutando contra a própria inoperância”.²⁴ “A cegueira e a tibieza do governo Goulart.”²⁵ “As hesitações (...) sua lentidão (...) escassa formação intelectual (...)”.²⁶

Não é difícil notar em críticas como as acima mencionadas (e seria possível aumentar bastante o número de citações) que a avaliação negativa de Goulart amplificou-se com a implantação do regime militar. Ele passou a ser identificado como o principal responsável por ter lançado o país na ditadura: “a única saída era desprezar Jango, porque fora a sua levandade, fora a ambição primária dos que o rodeavam, as causadoras do expurgo”, dizia Alberto Dines referindo-se às primeiras arbitrariedades do novo regime.²⁷ Goulart terá atraído contra si a fúria dos que não podiam criticar diretamente o regime com o mesmo ardor. Mas as denúncias apaixonadas — assim como os “resgates históricos” e as “reabilitações” — são sempre parciais.

A identificação de suas atitudes como causas do golpe de 64 seria a base da tese do “contragolpe preventivo”, isto é, a suposição de que Goulart pretendia perpetuar-se no poder para além do prazo constitucional e que, por isso, precavidamente, foi deposto antes que ele mesmo desse um golpe (a tese também é utilizada em relação aos comunistas).²⁸ Trata-se de especulação inconsistente não apenas porque é anacrônica: embora alguns episódios indiquem a radicalização das posições (especialmente o pedido malogrado de decretação do estado de sítio e o episódio do “ultimato” de Leonel Brizola ao Congresso Nacional), não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele.

Inegavelmente, Goulart foi bem pouco habilidoso no que se refere à sua política para a área militar. Assessorado por Assis Brasil, que era inexperiencede e otimista demais, Goulart preocupou-se com os comandos do Rio

de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, achando que isso o garantiria contra quaisquer ameaças, mas esqueceu-se de que sua política de transferir os desafetos para regiões longínquas e ultrapassar oficiais que esperavam, com justiça, por uma promoção (favorecendo outros, menos qualificados, que o apoiavam) fez crescer o descontentamento. Trocou muitas vezes o ministro da Guerra.* Além disso, suas ações após o Comício da Central foram muito infelizes, especialmente a desastrada reação à rebelião dos marinheiros e o desarvorado discurso no Automóvel Clube.²⁹

No período que vai do comício até sua deposição, Goulart agiu como se tivesse uma consciência difusa de que passara dos limites, mas, num comportamento compreensível diante desse tipo de percepção tumultuosa, assumiu uma postura cada vez mais agressiva, como se pretendesse arrostar forças que já sabia superiores, talvez pretendendo encontrar intuitivamente uma saída honrosa e conseqüente, que lhe garantisse a permanência no poder mediante um apoio popular espetacular ou lhe permitisse um futuro retorno à cena política. Jorge Serpa, que esteve com Goulart logo após o comício, detectou essa tensão do presidente, impulsionada, inclusive, por sua mulher, Maria Teresa Goulart, que voltara "estranhamente impressionada com sua aparição ao lado de Goulart".³⁰

Em poucos dias, Goulart mandaria uma mensagem afirmativa e dura ao Congresso Nacional (15 de março); gerenciaría, desastrosamente, uma rebelião de marinheiros (26 de março) e, dando a impressão de confirmar alguma estratégia de apoiar-se em subalternos contra seus superiores, pronunciaria um discurso provocativo durante festa da Associação dos Sargentos e Subtenentes da Polícia Militar no Automóvel Clube (30 de março). Não é possível saber se ele agiu assim por inabilidade ou se havia definido outros propósitos (como deixar-se depor, isolar-se no interior do Brasil e voltar posteriormente, como fizera Vargas em 1945).

Goulart contava com excelente índice de popularidade.³¹ Introduziu na agenda política temas que a própria ditadura não teria como remover e foi

obrigada a enfrentar de algum modo — como a reforma agrária, a habitação popular, o analfabetismo e a reforma universitária, por exemplo. Ele foi deposto porque deu a impressão de fomentar conquistas populares demais amplas que, aos olhos de certos setores da elite, poderiam levar à radicalização da democracia.³² No contexto da Guerra Fria e sob o influxo do anticomunismo, isso pareceu intolerável. Mas ele também foi deposto por não ter sido capaz de estabelecer uma política militar satisfatória — área para a qual deveria estar muito mais atento em função de sua importância e capacidade de intervenção na política.

Além de tudo isso, nunca houve na história brasileira um presidente da República que tenha enfrentado uma campanha externa de desestabilização tão grande como Goulart: "a campanha de Kennedy contra [Fidel] Castro, [João] Goulart e [o premiê da Guiana Inglesa, Cheddi] Jagan não teve precedente na história das relações interamericanas".³³ Não é preciso abordar a trajetória governamental de Goulart, tema que possui alguma bibliografia,³⁴ nem a campanha de desestabilização patrocinada por grupos nacionais, o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) à frente, que conta com análise minuciosa.³⁵ Mais adiante, neste capítulo, veremos apenas alguns exemplos ainda não conhecidos da participação norte-americana nessa desestabilização, que servirão como introdução ao tema da "Operação Brother Sam".

Previamente, convém esclarecer que, do meu ponto de vista, há grande diferença entre a "campanha de desestabilização" de Goulart e aquilo que podemos chamar de "conspiração" para efetivar o golpe que derrubou o presidente. Trata-se de interpretação distinta da adotada pelo principal analista do tema, René Armand Dreifuss, para o qual o golpe tornou-se inevitável em função da falta de apoio eleitoral das forças políticas reunidas em torno do Ipes e do Ibad, às quais somente restaria, por isso, a derrubada de Goulart, conseqüência quase "natural" das atividades de doutrinação e propaganda. Admitir essa tese implicaria atribuir aos envolvidos nesse processo de desestabilização — que se intensificou em 1963, mas começou em 1961/1962 — uma intenção inicial que talvez não houvesse e para cuja compro-

*Ocuparam o cargo, incluindo a fase parlamentarista, Segadas Vianna, entre setembro de 1961 e julho de 1962; Néilson de Mello, entre julho e setembro de 1962; Amaury Kruel, entre setembro de 1962 e junho de 1963; e Dantas Ribeiro, entre junho de 1963 e o golpe.

vação não há evidências empíricas.* Ou seja, podemos comprovar amplamente que uma enorme campanha de desestabilização foi patrocinada, desde, pelo menos, 1962, por organizações brasileiras e norte-americanas (sobretudo o USIS**, o serviço de informações, mas outras agências dos Estados Unidos também atuaram). Em relação ao golpe, propriamente dito, existem evidências de sua preparação "apenas" a partir de 1963. Por isso, é necessário distinguir a "campanha de desestabilização" (do governo Goulart) da "conspiração" (para a derrubada do governo Goulart), diferenciação que não é bizantina ou acadêmica porque ajuda a entender de maneira mais refinada o que aconteceu naqueles anos. Por exemplo, não foi intensiva a participação dos militares na campanha de desestabilização, comandada preponderantemente por civis. No que se refere à conspiração que levou ao golpe, ela foi bastante desarticulada até bem perto do dia 31 de março, pois havia vários grupos militares convencidos da necessidade de afastar Goulart, embora tal anseio nem sempre se transformasse em iniciativas concretas: a movimentação militar que levou ao golpe iniciou-se sem o conhecimento dos principais líderes da conspiração e seus desdobramentos foram bastante fortuitos. Já a campanha de desestabilização foi muito organizada, contando com planejamento central e financiamento abundante desde o início.

Naturalmente, os dois processos estão interligados, mas sua relativa autonomia deve ser mencionada porque o golpe não era a única opção para os que vinham patrocinando a campanha anti-Goulart: enfraquecer o governo, bloquear quaisquer eventuais pretensões continuistas do presidente e torná-lo um "eleitor fraco" na campanha presidencial de 1965, essas eram alternativas admissíveis para personagens que, depois, optariam definitivamente pelo golpe — como Roberto Campos, que era embaixador do próprio João Goulart em Washington e, em janeiro de 1964, informou ao

governo norte-americano que iria deixar o posto em breve. Campos já havia pedido demissão em agosto de 1963, mas Goulart solicitou-lhe que permanecesse no posto até janeiro de 1964. Em uma reunião com os funcionários americanos Averell Harriman e Ralph Burton, Campos disse que o governo Goulart não tinha mais condições de planejar ou de gerir as dificuldades financeiras do Brasil. Roberto Campos não devia se sentir desleal ao informar o governo norte-americano de que:

a principal preocupação de muitos [no Brasil] era agüentar o restante do atual mandato presidencial e uma sucessão presidencial ordenada. Esta última torna-se crescentemente provável conforme a campanha presidencial fique mais ativa. As chances de atravessar o período restante, de acordo com Campos, já estão melhorando devido ao fato de que as manobras da campanha presidencial começaram.³⁶

Também Lincoln Gordon alega que o objetivo inicial "era manter a estrutura constitucional de 1946 intacta para o restante do mandato de Jânio e permitir eleições presidenciais em outubro de 1965. Nossa expectativa — diz Gordon — era uma segunda vitória de Juscelino Kubitschek".³⁷

Foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis "normais" de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo. O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy.³⁸ Gordon se diz arrependido, mas foi esse o início do processo que tornou a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro um ator político plenamente envolvido nos negócios internos brasileiros.³⁹

Um dia depois da eleição de outubro de 1962, chegou ao Brasil uma missão enviada pelo presidente John Kennedy, chefiada pelo investidor republicano William H. Draper e também integrada por representantes do

*O predomínio acadêmico do marxismo nos anos 1960/1970 gerou um debate sobre as causas do golpe que contrapôs marxistas e antimarxistas, ambos disputando o acerto de explicações exclusivistas, ora enfatizando causas estruturais socioeconômicas (marxistas), ora optando por outras leituras monocausais (papel dos militares ou do sistema político-parlamentar, por exemplo). Sobre o tema, consultar Carlos Fico. *Além do golpe: versões e contravérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 20 e segs.

**United States Information Service.

Departamento de Defesa e outras agências governamentais, como a CIA, a USAID e o USIS. O grupo permaneceu quinze dias no Brasil, avaliando os resultados da eleição — que não foram muito felizes para as forças de oposição a Goulart, apesar do investimento norte-americano — e conversando com algumas autoridades e lideranças empresariais brasileiras.⁴⁰ Foi a missão Draper que sugeriu o cancelamento da visita que Kennedy faria ao Brasil, outra marcada para agosto de 1962, sendo posteriormente adiada para novembro e, afinal, cancelada. Draper também sugeriu que o Brasil fosse tratado rigorosamente no plano econômico e a verdade é que, a partir de então, o governo de John Kennedy intensificou as pressões sobre Goulart.

Em dezembro, o irmão de John Kennedy, Robert, secretário de Justiça, foi enviado ao Brasil e encontrou-se com Goulart. Robert Kennedy veio com o propósito de pressionar o presidente, cobrando, de maneira arrogante, o saneamento financeiro do país e a demissão de auxiliares esquerdistas de Goulart.⁴¹

Tanto quanto o financiamento da campanha de candidatos ao pleito de 1962, também era totalmente irregular o direcionamento de recursos financeiros para governos estaduais, que o governo de Kennedy adotou, ultrapassando a autoridade do governo federal e caracterizando uma intromissão descabida. Segundo o embaixador Lincoln Gordon, tal política foi sugerida pela CIA e ele a endossou.⁴² Ele gostava de inventar nomes criativos* e, assim, identificou os governos estaduais beneficiados como “ilhas de sanidade” ou “ilhas de sanidade administrativa”. A estratégia foi adotada para evitar que os recursos da Aliança para o Progresso, reservados para obras de impacto ou quaisquer iniciativas que favorecessem a imagem dos Estados Unidos, fossem parar nas mãos do governo federal ou de governadores que criticavam os Estados Unidos, como os esquerdistas Leonel Brizola e Miguel Arraes. Em relação a este último, a missão americana chegou a reunir seus especialistas para definir o que fazer. A embaixada dos Estados Unidos afirmava que Arraes “cubanizaria” o Brasil se chegasse ao poder. Supondo que a influência do governador pudesse se espalhar por

*Gordon também julgava muito atilado o neologismo “superversão”, que identificaria suposta tentativa de Goulart de subversão “por cima”. Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil: o caminho do primeiro mundo*, São Paulo, Senac, 2002, p. 96.

outros estados nordestinos, a equipe — integrada pelo cônsul-geral em Recife, pelo diretor da agência regional da USAID, pelo diretor da agência local do USIS, entre outros — recomendou ao governo americano “evitar, da maneira mais ampla possível, qualquer ação que possa fortalecer o prestígio de Arraes como um líder ou empreendedor econômico ou social”. Todo o governo norte-americano e suas agências deveriam evitar qualquer confronto público que desse a impressão de perseguição a Arraes e, no caso de ser impossível deixar de realizar alguma obra em Pernambuco com recursos americanos, a Aliança para o Progresso deveria ser identificada e, preferencialmente, o apoio deveria favorecer os integrantes do governo mais afinados com os Estados Unidos.⁴³

Três meses após o golpe, o presidente Castelo Branco enviou Carlos Lacerda em missão ao exterior com o propósito de divulgar a “Revolução”, atendendo o pedido do governador que pretendia viajar para espairar mas alegava não ter dinheiro.⁴⁴ Após visitar alguns países europeus, Lacerda seria recebido, nos Estados Unidos, pelo secretário de Estado, Dean Rusk, no dia 30 de junho. Thomas Mann preparou a reunião, fornecendo a Rusk o costumeiro material informativo contendo a biografia do visitante, algumas sugestões de tópicos de conversação etc. Mann descreveu Lacerda como firme opositor das “malícias e excessos” de Goulart; avaliou que, com a suspensão dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek, poucos dias antes, Lacerda poderia com facilidade ser o próximo presidente (até julho de 1964, as eleições presidenciais permaneceram marcadas para 1965), identificou-o como um dos poucos brasileiros que era anticomunista de modo inteligente e efetivo e elogiou sua gestão da Guanabara, admitindo a ajuda norte-americana irregular: “seu governo estadual foi firme e francamente a favor da Aliança para o Progresso e foi uma das primeiras ‘ilhas de sanidade’ sobre as quais a estratégia de ajuda dos Estados Unidos baseou-se nos últimos dias do regime de Goulart”.⁴⁵

A partir de então, a estratégia das “ilhas de sanidade” seria defendida não como uma forma de minar o governo Goulart, mas como a única maneira de os Estados Unidos persistirem ajudando o Brasil apesar da incapacidade do governo federal de fazer a estabilização econômica e o saneamento financeiro desejados,⁴⁶ desculpa bastante convincente à luz das evidências hoje disponíveis.

Poucos dias antes do golpe de 64, o USIS consolidou, em relatório secreto e ainda desconhecido, seus objetivos para aquele ano,* que indicavam a necessidade de aumentar a confiança e a participação do Brasil na Aliança para o Progresso e de reforçar o "centro democrático progressista", além de "revelar a verdadeira face do comunismo", entre outros propósitos. Para tanto, seriam destinados US\$ 523 mil, distribuídos em despesas como rádio (US\$ 45 mil), TV (US\$ 69 mil), imprensa (US\$ 100 mil), unidades móveis de exibição de filmes (US\$ 154 mil), entre outras atividades de propaganda. Esses gastos não incluíam salários de empregados locais, alugueis, serviços e outras despesas administrativas, nem o apoio de Washington a outras atividades do USIS no Brasil, como os fundos adicionais para o programa de publicação de livros (US\$ 490 mil), as concessões financeiras para os centros culturais e de ensino de línguas (US\$ 400 mil) e os recursos do programa de intercâmbio (US\$ 1 milhão).⁴⁷ Em resumo, o USIS programou gastar aproximadamente US\$ 2 milhões de dólares com propaganda e atividades correlatas em 1964, sem considerarmos os recursos para os centros culturais e de ensino de línguas. Os gastos totais do USIS entre 1965 e 1970 ficariam sempre acima de US\$ 5 milhões anuais.⁴⁸

Vejamos algumas dessas aplicações do USIS, mas convém, previamente, fazer uma ressalva: ao mencionarmos as iniciativas de doutrinação, as tentativas de influenciar, os esforços de veiculação de propaganda político-ideológica etc., estamos tratando, sobretudo, das intenções de quem produziu tais coisas, sendo muito difícil detectar como elas foram recebidas pelo "público-alvo". A impressão de que a população, especialmente a classe média urbana, absorveu passivamente toda a doutrinação anti-Goulart, pró-capitalismo, anticomunista e favorável ao "Ocidente cristão" existe na historiografia sobre o tema,⁴⁹ mas é evidente que nem toda propaganda é eficaz.

Era farta a distribuição de folhetos e outras publicações. A seção de Brasília do USIS criou um serviço especial para o pessoal do governo: diariamente era entregue a todos os parlamentares e outras autoridades um exemplar da *U.S. News Letter*, espécie de boletim informativo. Governadores, prefeitos e juízes

recebiam algo intitulado *Wireless File*. Diversos outros materiais eram igualmente divulgados, como livros, estatísticas, análises etc. Uma biblioteca de referência era bastante usada por funcionários governamentais.⁵⁰

Na metade final de 1963, haviam sido gastos US\$ 6 mil com livros trazidos para os militares em cooperação com a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos. Em 1964, esses gastos com livros para os militares chegariam a US\$ 15 mil e o mesmo valor era projetado para 1965.⁵¹

Também era ativo o programa de exibição de filmes voltado para os militares. O USIS adquiriu unidades móveis de projeção, o que lhe permitia abrange audiências militares em clubes, quartéis, bases, escolas e navios. Em 1963, "um ano típico" segundo o relatório, foram feitas 1.706 exibições, somente no Rio de Janeiro, para cerca de 180 mil militares. O programa estava planejado para continuar em grande atividade nos dois anos seguintes.⁵² Notícias cinematográficas e filmes de propaganda política de curta-metragem, também para exibição em cinemas, seriam continuamente produzidos localmente pelo serviço de informações norte-americano, além daqueles que eram trazidos de Washington. Em 1965, além de três noticiários específicos sobre a Aliança para o Progresso e outros de caráter geral, foram feitos no Brasil os seguintes curtas: *A força e o homem* (sobre auto-ajuda como meio de desenvolvimento), *Revolução Democrática no Brasil* (sobre o golpe), *Pirambu — o milagre da auto-ajuda* (sobre a favela nordestina) e *Crise na República Dominicana*. Em 1966 seriam produzidos curtas sobre o programa de alfabetização em Recife (*Cruzada do ABC*), sobre a livre-iniciativa e a criação de empregos (*Assombração no varejo*), sobre programas de moradia popular (*Mudança*) e *Caminhos*, "uma história de auto-ajuda em nível nacional e local".⁵³

Uma das iniciativas mais frequentes, justamente porque avaliada como muito eficaz, era a oferta de dinheiro para que um brasileiro influente via-asse aos Estados Unidos. Em 1963, dos 36 benefícios concedidos na categoria "líderes", 15 foram para deputados federais e 10 para governadores, totalizando US\$ 75 mil.⁵⁴ Os jovens deputados Mário Covas, do Partido Social Trabalhista (PST), e José Sarney, da União Democrática Nacional (UDN), foram beneficiados nesse ano, graças ao terceiro secretário do escritório da embaixada em Brasília, Robert Bentley, para o qual nunca mais, em

* Os relatórios anuais norte-americanos abrangem o ano fiscal. A primeira página do documento pode ser vista no Anexo III.

sua vida diplomática, haveria condições de trabalho tão boas: com os “*leader grants*”,* Bentley tinha facilitada a sua missão de monitorar os parlamentares da UDN e de alguns outros partidos, tarefa que lhe cabia em Brasília,⁵⁵ já que a oferta da viagem granjeava imediata simpatia.

Para 1964, estavam previstos treze deputados, três senadores, um vice-governador, um prefeito e um deputado estadual ao custo de US\$ 60 mil (possivelmente mais alguém seria enviado tendo em vista o valor médio de US\$ 3 mil por pessoa). Planejava-se, para 1965, manter o mesmo nível, mas dificilmente haveria políticos importantes disponíveis “por causa das eleições”. O serviço de informações norte-americano dizia, em seu relatório de 1964, que o relacionamento com a imprensa sempre foi muito amigável e seria reforçado com a oferta de viagens gratuitas para “cinco famosos jornalistas” e “oito críticos proeminentes” ao custo de US\$ 39 mil (o relatório não registra o nome dos contemplados). Estavam ainda selecionados para 1964: um editor, um diretor de revista e quatro jornalistas ao custo de US\$ 18 mil. O programa de auxílio para o pessoal da imprensa seria substancialmente aumentado em 1965. Professores universitários também foram beneficiados com as diárias de US\$ 3 mil do USIS e a viagem aos Estados Unidos: em 1963, foram três professores e dois reitores; em 1964, três professores foram escolhidos. Estudantes universitários também foram enviados: US\$ 134 mil foram gastos com eles em 1963 e US\$ 182 mil, em 1964. A estratégia usada com os estudantes consistia em enviá-los em grupos: em 1963, foram 13 grupos totalizando 149 universitários; em 1964, 13 grupos também estavam planejados. O USIS pretendia propor valores e contingentes mais elevados para 1965. Entre 1967 e 1970, 1.131 brasileiros foram contemplados.⁵⁶ Esse tipo de aliciamento parecia ser visto com naturalidade: quando o ministro do Interior, Albuquerque Lima, após uma viagem aos Estados Unidos, em 1968, recusou-se a receber o seu cheque, o encarregado norte-americano surpreendeu-se e disse que mais de uma centena de funcionários de alto nível já haviam recebido as diárias.⁵⁷

O pessoal do USIS no Brasil, entre 1958 e 1960, era constituído de 26 empregados, chegando a 43 em 1965 e 164 em 1966.⁵⁸ Neste ano, a estru-

tura era bastante grande com agências em Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Natal, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Campinas, Santos, Curitiba e Porto Alegre, além do Rio de Janeiro. Toda essa atividade, como já mencionado, fala-nos mais do governo norte-americano do que dos que foram atingidos, ou “beneficiados”, por essas iniciativas que visavam a influenciar as diversas lideranças brasileiras tornando-as predispostas a favorecer os projetos e políticas dos Estados Unidos. Não é possível deixar de observar uma racionalidade um tanto ingênua, segundo a qual, detectando o antiamericanismo, caberia tomar tais iniciativas de propaganda, mesmo que não se conhecesse sua eficácia. Além desse automatismo pragmático, não é difícil perceber que se trata de procedimento típico da perspectiva belicista tão comum na Guerra Fria, que valorizava a “guerra psicológica” e coisas do gênero. Assim, apesar de não podermos avaliar com segurança os resultados que essas atividades alcançaram (embora a persistência do sentimento antiamericano seja um indicador significativo), certamente podemos asseverar que elas são expressão de característica comum dos serviços de informação daquela época, como é o caso do USIS: certa prepotência baseada na crença excessiva em sua capacidade de influenciar. Em relação aos estudantes, por exemplo, havia realmente a pretensão de fazer uma abordagem nacional, malgrado a dimensão do território brasileiro e todas as evidências da animosidade da juventude contra o *establishment*. O USIS chegou a criar, em 1963, um escritório especial para assuntos estudantis, designando quatro especialistas norte-americanos. Eles selecionaram 5 mil lideranças estudantis nas várias faculdades de 22 universidades e desenvolveram com elas atividades que incluíam “contato pessoal” e “sessões de discussão” com funcionários americanos e empresários.⁵⁹

Embora não tenhamos dados concretos, não chega a ser uma especulação descabida supor que as viagens, por exemplo, tivessem resultados positivos em termos, digamos, da obtenção de simpatia em relação aos Estados Unidos (o que pode ter sido útil para a embaixada conseguir matérias jornalísticas favoráveis ou aprovação para projetos universitários). Por outro lado, o vasto rol de livros publicados na época, com recursos do USIS, para a população civil, não chegava a constituir, preponderantemente, um material exclusivamente de propaganda, e muitos eram de natureza didática.

*“Subvenções para líderes”.

ca. Aqui poderíamos falar mais acertadamente de uma pretensão pedagógica algo arrogante, segundo a qual a nação civilizada oferecia seus saberes aos despreparados brasileiros. Os livros militares certamente tiveram maior impacto político-ideológico, juntamente com a grande quantidade de filmes exibidos em quartéis, que faziam doutrinação anticomunista e divulgavam técnicas da contra-insurgência.

A avaliação dos resultados das atividades de doutrinação, propaganda etc. do USIS se tornaria uma preocupação crescente do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional. Como é comum nesses casos, o órgão executor sempre desenvolve uma perspectiva otimista sobre seu desempenho. As poucas avaliações feitas nessa época não provieram do USIS, mas de outros setores da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro. Em março de 1965, um ano após o golpe, o segundo secretário Lowell C. Kilday coordenou um estudo, até hoje não divulgado, que contou também com a colaboração de outros funcionários, como Vernon Walters. O oferecimento de benefícios para viagens a professores e pesquisadores, mas sobretudo as iniciativas do novo governo em relação à comunidade científica, pareciam dar bons resultados, pois, segundo a análise, os intelectuais em geral continuavam críticos (escritores e jornalistas, por exemplo), mas os cientistas estavam satisfeitos com os recursos recebidos do novo governo por intermédio do CNPq, "em quantidades jamais vistas", e nem atribuíam ao governo as perseguições a alguns deles (como Isaías Raw e Mario Schemberg), mas a concorrentes mal-intencionados:

No caso do dr. Schemberg, em particular, os cientistas brasileiros mostraram um grau muito maior de sofisticação política do que seus colegas estrangeiros: enquanto os brasileiros na maioria das vezes reconhecem que Schemberg é um genuíno comunista e endossam os esforços do governo para processá-lo, grupos intelectuais e científicos estrangeiros tendem a condenar os alegados maus-tratos de Schemberg pelo governo.⁶⁰

Curiosamente, Lowell C. Kilday e a equipe da embaixada avaliavam muito mal um dos grupos mais ativos no apoio ao golpe de 64, o das mulheres que realizaram as numerosas e concorridas "Marchas da Família, com Deus,

pela Liberdade". A apreciação negativa decorria da interpretação dos funcionários americanos de que elas não apoiavam as medidas restritivas de Roberto Campos, embora persistissem apoiando Castelo Branco. Ressentidas por não terem sido chamadas a opinar sobre as políticas implementadas pela "Revolução", as mulheres que participaram das marchas seriam pouco críticas, segundo Kilday, diferentemente de outras, mais intelectualizadas e, na verdade, atrapalhadas nas iniciativas do governo, inclusive por suas posições radicais em relação à repressão (que Castelo procurava manter em níveis mínimos). Fazendo uma generalização, o estudo avaliava que a mulher brasileira era negativista:

Provavelmente é uma sorte que tais grupos de ação política das mulheres, desde a expulsão de Goulart, tenham gastado mais tempo exagerando seu papel na revolução do que em outras atividades políticas. A mulher brasileira, como um animal político, só parece funcionar efetivamente em um sentido negativo, apenas quando vê o surgimento de uma ameaça específica que possa combater e destruir.⁶¹

A apreciação parece ainda mais significativa porque, em novembro de 1964, o governo americano patrocinou uma viagem de representantes da Camde (Campanha da Mulher pela Democracia), líderes das marchas, aos Estados Unidos, onde foram recebidas como campeãs da democracia contra o comunismo, participando de palestras e outras atividades.⁶² A avaliação negativa era compartilhada com o regime militar já que as "Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade" logo seriam abandonadas como evento constitutivo da memória que a ditadura pretendia construir de si mesma, não sendo muito lembradas nas celebrações do 31 de março patrocinadas nos anos seguintes.

Portanto, é difícil avaliar a eficácia ou inadequação dessas iniciativas do USIS em termos de propaganda anticomunista, de obtenção de simpatia em relação aos interesses norte-americanos ou de capacidade de desestabilização do governo Goulart, mas não resta dúvida de que havia tais propósitos da parte do governo dos Estados Unidos. As duas primeiras práticas eram comuns na ação internacional da superpotência em diversos países, mas os ataques a João Goulart, evidentemente, singularizavam sua atuação no Brasil.

A campanha de desestabilização evoluiria para o planejamento de um possível golpe: como deveria comportar-se o governo norte-americano na hipótese de grupos brasileiros tentarem remover Goulart do poder? A possibilidade de afastar Goulart da Presidência da República do Brasil parece ter se constituído em alternativa efetiva de trabalho para o governo norte-americano, no final de 1963, ou, se pudermos ser mais claros, a hipótese com certeza foi considerada seriamente, inclusive em termos de ajuda norte-americana concreta aos golpistas, pelo menos desde o final de 1963. Mas, como hipótese geral — ecoando os rumores que havia no Brasil —, ela existia desde o início da campanha de desestabilização, em 1962, pois foi comentada por Gordon com o presidente Kennedy em julho daquele ano, conforme admitiu recentemente o próprio embaixador (após ter sido divulgada a gravação da reunião em que fez o comentário).⁶³ Do mesmo modo, foi aventada em documento de análise interna do Departamento de Estado em setembro de 1963.⁶⁴

Ruth Leacock afirma que Gordon iniciou essa discussão no “segundo semestre” de 1963,⁶⁵ desenhando cenários hipotéticos em estudos que usualmente são chamados de “planos de contingência”. Como o próprio nome diz, tais planos são esforços abstratos de discussão de conjecturas que buscam antecipar o desdobramento de uma dada situação a fim de estabelecer, previamente, linhas de ação alternativas, evitando que um governo (ou uma empresa, já que tais planos também são comuns no mundo dos grandes negócios) seja surpreendido. Portanto, os planos de contingência devem ser constantemente atualizados, de acordo com o surgimento de novos dados, sendo comum terem sido produzidas várias versões antes da irrupção do evento que eles pretendem antecipar e, de algum modo, conduzir segundo os interesses de quem os patrocina.

O embaixador Lincoln Gordon, em depoimentos recentes, admitiu que um plano desse tipo foi feito para o Brasil e alguns autores já o haviam mencionado com base na referência que se faz a ele nas ordens de expedição da “Operação *Brother Sam*”. Há na literatura certa confusão entre a “Operação *Brother Sam*” e o plano de contingência que a previu, até porque os documentos sobre a operação, divulgados por Parker e que podem ser vistos no livro de Corrêa,⁶⁶ mencionam providências como o “carrega-

mento de munição para o plano de contingência 2-61 do USCINCSO”, isto é, o plano de contingência nº 2-61 sob a responsabilidade da chefia de Estado-Maior do comando dos Estados Unidos para a região sul. Por isso, Gaspari diz que “o *Plano de Contingência 2-61* ganhou o codinome de *Operação Brother Sam*”.⁶⁷ Na verdade, porém, o plano era mais amplo do que a força-tarefa naval. A confusão decorre do fato de que o plano, em si, nunca havia sido visto na íntegra. A versão que achei no Arquivo Nacional norte-americano, em 2004, parece ser a mesma que David F. Schmitz encontrou,⁶⁸ anos antes, na biblioteca Lyndon Johnson, mas ele só transcreve uma passagem.* Analisando-o, é possível notar que o plano contém várias informações relevantes ainda despercebidas.

Lincoln Gordon nunca entrou em detalhes sobre tal plano e, quando o citou, usou expressões dúbias. Na sua longa jornada de justificações e negativas, ele disse, em 2001, que “nos últimos dias de março de 1964”, Washington fez “planos de emergência para fornecer armas ligeiras e munições”,⁶⁹ mas tudo isso já estava definido desde 1963, como se verá. No capítulo suplementar da edição brasileira de seu livro, Gordon usa a expressão “plano de contingência”.⁷⁰ Não é fácil para ninguém ver com simpatia o embaixador de uma potência estrangeira que tenha pretensões intervencionistas em relação ao país que o acolhe, mas não se deve demonizar a figura de Gordon, nem é propósito deste livro elencar as confissões que, paulatinamente, ele foi fazendo, conforme os documentos vinham à luz e o desnudavam.⁷¹ No contexto da Guerra Fria, o embaixador viu-se numa posição em que podia atuar conforme suas convicções de *cold warrior* e o fez decididamente, supondo servir da melhor maneira possível o seu país, pondo-se à frente de uma peripécia que lhe rendeu certa notoriedade (o presidente Lyndon Johnson o nomearia para o cargo de secretário assistente para Assuntos Interamericanos ao deixar a embaixada no Brasil), sentindo a volúpia do poder ao lhe ser atribuído o encargo de decidir sobre tarefas que expressavam o incontestável domínio da superpotência. Tentou “cavalgar o tigre”, para usarmos o provérbio chinês que seus companheiros

*O documento encontra-se reproduzido na íntegra, em *fac-símile*, no Anexo I deste volume. O *Fantástico*, da Rede Globo, em 19 de novembro de 2006, divulgou a versão que encontrei. Sérgio Dávila publicou sua tradução, na *Folha Online*, em 14 de julho de 2007.

Roberto Campos e Vernon Walters gostavam de mencionar quando referiam-se a Goulart, que teria tentado "cavalgar o tigre da esquerda".⁷² De fato, ele não foi muito feliz, não apenas da perspectiva óbvia do Brasil, mas também da norte-americana, já que seu período à frente da embaixada passaria a ser caracterizado, por seus sucessores e pelo Departamento de Estado, como uma fase de excessiva identificação com a ditadura brasileira, da qual o governo dos Estados Unidos buscou dissociar-se, em alguma medida, sobretudo após o AI-2 (retomaremos o assunto oportunamente). Seja como for, as negativas e explicações parciais de Gordon são fáceis de entender: o chocante seria que um embaixador revelasse livremente segredos de Estado comprometedores. Mas, embora não haja o propósito de "desmentir" Gordon, é preciso reparar que o plano de contingência não foi feito às pressas, às vésperas do golpe, nem seria cabível que fosse assim, pelas características essenciais desse tipo de precaução. Tampouco previa apenas algum apoio logístico, como sempre foi alegado, incluindo também a entrega de armas e a realização de exercícios navais nas costas brasileiras, caso houvesse necessidade de intimidar possíveis forças legalistas.

A versão que encontrei foi datilografada em 11 de dezembro de 1963 e, portanto, pode-se asseverar que o plano foi iniciado ainda na gestão de John Kennedy (morto em novembro).^{*} Trata-se de uma cópia encaminhada a McGeorge Bundy, conselheiro de segurança nacional do presidente Johnson.⁷³ Haveria uma reunião no dia 8 de janeiro do ano seguinte com Thomas Mann e Ralph Dungan, assistente especial do presidente, para discutir o plano, que foi elaborado sobretudo pelo embaixador Lincoln Gordon.

Ciente da gravidade do que ali se propunha, o documento, de início, negava aquilo que de fato era: embora a "contingência" a que se referia dissesse respeito a "qualquer tentativa importante de mudar significativamente, por violência ou de outro modo, o caráter do regime que governa o Brasil", o plano pretendia não ser entendido como uma previsão da derrubada de Goulart ou como o estabelecimento de uma tal política pelo governo americano.^{**}

O texto partia de algumas pressuposições básicas, elencava quatro cenários possíveis e, finalmente, quatro linhas de ação correspondentes. Os pressupostos estabeleciam que, embora um golpe direitista não desse ser estimulado (até porque poderia ser usado por Goulart como peça acusatória contra os Estados Unidos), a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos de conspiradores brasileiros para manter-se informada e exercer influência, ou seja, agiria clandestinamente. Tais grupos provavelmente teriam escrúpulos de pedir ajuda aos Estados Unidos, a não ser que estivessem convencidos de uma ameaça externa vinda da União Soviética ou de Cuba ou, pelo menos, de que houvesse risco de o Brasil tornar-se comunista. Finalmente, o plano presumia que os militares brasileiros eram a única força nacional capaz de alterar o regime.^{*}

Não é difícil detectar a estratégia retórica do plano. Como é comum nesse tipo de documento, embora se trate de elencar diversas possibilidades de diagnóstico e linhas de ação, que o caracterizariam como um "documento aberto", na verdade ele era a defesa de um ponto de vista estabelecido, de uma opção já escolhida por seu autor, o que se revela, por exemplo, na listagem de alternativas improváveis (como a intervenção soviética no Brasil) que, por serem descartáveis, induziam à escolha da restante (hipótese de o país tornar-se comunista).

O mesmo se verifica nos cenários possíveis que foram desenhados. O primeiro considerava a possibilidade de uma "revolta de extrema esquerda contra o regime de Goulart" com apoio de um reduzido segmento das Forças Armadas. O segundo (e desejado) supunha a possibilidade de uma "resistência organizada, aberta, de forças democráticas de bom tamanho, com considerável apoio militar, contra uma tentativa de Goulart de obter poder autoritário" identificada por um gesto como a intervenção em um estado, o fechamento do Congresso ou qualquer outra ação indiscutivelmente antidemocrática ou inconstitucional. A terceira hipótese supunha um golpe militar que implantasse uma liderança nacional "mais efetiva" motivado por um descontentamento acumulado com o "caos" econômico e político,

^{*}Veja a página 7 do *fac-símile* no Anexo I.

^{**}Veja, no Anexo I, a primeira página após o memorando de encaminhamento.

^{*}Veja, no Anexo I, a primeira página após o memorando de encaminhamento e a p. 2 segundo a numeração do original.

não por um episódio específico. Finalmente, o quarto cenário descrevia a possibilidade de uma tomada gradual do poder por "ultranacionalistas de extrema esquerda", com ou sem a participação de Goulart, acompanhada de uma "neutralização ou fracionamento" das Forças Armadas.*

Gordon e os demais autores do documento descartavam a primeira hipótese, que "poderia ser séria mas provavelmente não ameaçadora para o regime". A segunda e a terceira são praticamente a mesma coisa, havendo a diferença do motivo (um episódio marcante ou um acúmulo de tensões). Os autores aproveitam a definição do segundo cenário para introduzir a tese verdadeiramente defendida por Gordon, segundo a qual Goulart implantaria uma "ditadura de tipo peronista" e, depois, acabaria dominado pelos comunistas em função dos acordos que seria obrigado a fazer com a extrema esquerda. Dado o absurdo do primeiro e do quarto cenário e a similitude entre o segundo e o terceiro, Gordon, na verdade, não oferecia alternativas ao seu governo, apenas descrevia sua única avaliação, aquela que seria efetivamente considerada, até porque, em caso de dúvida, seria ele a pessoa chamada para dirimi-la (quem mais, senão o próprio embaixador no Brasil, para esclarecer o que lá se passava?).**

O documento nem se detinha muito na descrição dos planos de ação relacionados ao primeiro, terceiro e quarto cenários.*** No que se refere ao primeiro, seus autores aproveitaram para admitir que ele era o cenário menos provável e, sobre a atitude a ser tomada pelos Estados Unidos nessa hipótese remota, remetiam às considerações feitas sobre o segundo cenário. Também trataram rapidamente da improvável tomada gradual do poder por ultranacionalistas de extrema esquerda (o quarto cenário) afirmando apenas que tal coisa devia ser impedida, sem definir propriamente qualquer linha de ação.

As efetivas linhas de ação sugeridas estavam referidas ao segundo e terceiro cenários e compunham, curiosamente, aquilo que efetivamente se deu três meses depois. Não há surpresa com a adoção das diretrizes pelo gover-

*Anexo I, p. 3 e 4.

**Em suas memórias, Kissinger menciona a tradição da burocracia de, ao apresentar opções, situar a preferência entre duas absurdas. *White House Years*, Boston, Little Brown & Co., 1979, p. 43.

***Anexo I, p. 4 e seguintes.

no norte-americano,⁷⁴ mas surpreende a coincidência entre as diretrizes definidas no plano de dezembro de 1963 e aquilo que os conspiradores brasileiros fizeram no final de março de 1964. Trata-se de um indício eloquente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões estabelecidas em 1963, no plano de contingência norte-americano. Um aspecto, sobretudo, chama a atenção nesse sentido. No caso do golpe e da interrupção de um conflito entre eventuais forças legalistas e os revoltosos, o plano afirmava a desejabilidade da formação de um governo alternativo pelas "forças democráticas" (isto é, pelos golpistas) para que fosse possível reconhecê-lo e, assim, descartar Goulart. Seria preciso que tal governo alternativo do Brasil estivesse controlando alguma região significativa do país e clamasse por legitimização internacional, caracterizando uma situação de insurgência ou beligerância que, tradicionalmente, no universo diplomático, permite o reconhecimento da legitimidade do novo governo em detrimento do anterior: "se uma parte significativa do território nacional fosse controlada pelas forças democráticas, a formação de um governo provisório alternativo para solicitar ajuda seria altamente desejável".* Aliás, é bastante estranho que sugestões aos conspiradores brasileiros — dos quais dependeria a formação de um tal governo provisório —, constem do plano, exceto se ele devesse ser observado também pelos conspiradores não-americanos.**

Ora, como se sabe, Afonso Arinos de Melo Franco — que fora ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros e do governo parlamentarista de Brochado da Rocha, ainda em 1963, sob a presidência de Goulart — foi nomeado secretário estadual pelo governador Magalhães Pinto, dois dias antes do golpe, precisamente com o propósito de negociar o reconhecimento do governo provisório, conforme ele próprio confessou em seu segundo volume de memórias: "em fins de março, Magalhães enviou ao Rio Osvaldo do Pierrucetti, em avião especial, para buscar-me. Eu seria nomeado se-

*Anexo I, p. 5.

**Roberto Campos fala com autoridade sobre o plano, justificando-o, garantindo que ele "não envolvia tropas de desembarque" e mencionando alguns dos cenários alternativos, ("autoritarismo de esquerda", "anarquia peleguista" ou "guerra civil de confrontação ideológica"). Roberto Campos, *A lanterna na popa: memórias*, 4ª ed. rev., 1ª reimp., Rio de Janeiro, Topbooks, 2004, vol. 1, p. 549-550.

cretário de Governo, com o fim especial de obter, no exterior, o reconhecimento do estado de beligerância, caso a revolução se transformasse em guerra civil demorada, como justificadamente receávamos.⁷⁵ Afonso Arinos prometeu voltar ao tema no terceiro volume de suas memórias mas, quando o publicou, disse que considerava desnecessário fazê-lo, silenciando.⁷⁶

É de se notar que a recusa dos participantes em tratar do assunto provavelmente se deve ao grotesco da situação em que esses homens se envolveram, pois não enaltece a biografia de ninguém ajudar a depor o governo constitucional de seu país (ainda mais tendo servido a esse governo como ministro das Relações Exteriores) com o auxílio e segundo as diretrizes de potência estrangeira interessada. Afonso Arinos, sempre cioso de sua biografia, orgulhava-se de ter sido catedrático de Direito Constitucional e de, no Itamaraty, ter propugnado uma política externa "independente". Em seu benefício, podemos especular que pode ter aceito o encargo sem saber que o apoio já estava antecipadamente negociado. Soube-o depois, com certeza, e talvez por isso tenha silenciado, para evitar julgar outros envolvidos, como Magalhães Pinto. A questão suscita uma das duas controvérsias cruciais da história da participação dos Estados Unidos no golpe de 64: o golpe foi cem por cento brasileiro ou contou com a orientação da superpotência (ainda que em porcentagem tão baixa quanto a refutada por Lincoln Gordon)?* Abordaremos a segunda controvérsia mais à frente (havia a opção de desembarque de tropas?), mas, por ora, cabe reiterar que, muito provavelmente, as diretrizes norte-americanas (inclusive a idéia do "estado de beligerância") foram acertadas também com os brasileiros, numa ação conjunta, ou o episódio da nomeação de Arinos seria menos compreensível.**

Como se vê, o plano de contingência norte-americano não previa apenas a "Operação *Brother Sam*", mas também estabelecia essas linhas de ação

estratégica que afinal se implementariam à risca três meses depois: o controle militar temporário (mediante uma junta militar, que se configurou no "Comando Supremo da Revolução"), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente. Ainda do ponto de vista estratégico geral, o plano estabelecia que, no caso de algum tipo de confronto, nenhum apoio seria dado a Goulart, muito ao contrário, já que os Estados Unidos deveriam "providenciar apoio secreto ou mesmo aberto [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição), mas intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado" — diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria "*Brother Sam*". Note-se que a hipótese de desembarque de tropas aparece aí nebulosamente, na expressão "intervir com forças", desde que houvesse uma interferência soviética ou cubana, improváveis se pensarmos em algum tipo de agressão externa, mas é claro que isso poderia servir como desculpa no caso de um conflito prolongado, porque alegações de algum tipo de interferência cubana, por exemplo, sempre poderiam ser usadas.

O plano prosseguia afirmando que as providências de apoio deveriam ser garantidas, o que demonstra que a tese de a "Operação *Brother Sam*" ter sido decidida às vésperas do golpe, sobretudo por causa de preocupação com o desabastecimento de combustíveis por sabotagem, é falsa. Por outro lado, o temor de que o plano fosse descoberto expressa a consciência dos seus autores da enormidade da decisão: "deve-se usar de precaução contra passos preparatórios suscetíveis de serem descobertos prematuramente e identificados como preparativos dos EUA para intervirem secreta ou abertamente no Brasil".*

Os preparativos foram feitos. Em um telegrama que enviou ao Departamento de Estado, classificado como "ultra-secreto", em 28 de março de 1964, Gordon reafirmou suas teses de que Goulart estava empenhado em um golpe para obter poderes ditatoriais, com a colaboração do PCB e de outros membros da "esquerda revolucionária radical", repetindo sua avaliação de que o presidente optaria por uma ditadura de tipo peronista que

*Em 1966, interrogado pelo Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, o embaixador disse que "o movimento que derrubou Goulart era puramente, cem por cento — não 99,44 —, mas cem por cento brasileiro. Nem a embaixada norte-americana nem eu pessoalmente tomei parte neste processo, de forma nenhuma (...) nem eu, nem outros funcionários do governo norte-americano, nem o governo dos Estados Unidos estiveram envolvidos de qualquer forma ou maneira, ajudando, incitando ou participando".

**Magalhães também nomeou outras figuras de expressão nacional (Milton Campos e José Maria Alkmin).

acabaria por levar o Brasil ao comunismo. Além disso, reafirmava, uma vez mais, a hipótese da "guerra civil". Apenas alguns trechos deste telegrama haviam sido divulgados quando Phyllis Parker fez sua pesquisa.⁷⁷ Em 2004, ele foi divulgado na íntegra.⁷⁸ O dado novo, que ainda não foi destacado por outros analistas, é que, ao contrário das negativas de envolvimento de brasileiros na "Operação *Brother Sam*",⁷⁹ havia (como, aliás, não poderia deixar de ser) um contato brasileiro cuidando da entrega das armas e munições e do combustível, o general-de-brigada José Pinheiro de Ulhoa Cintra, "um dos grandes revolucionários do Exército", segundo Castelo Branco,⁸⁰ de quem era homem de confiança por ter sido seu cadete na Escola Militar de Realengo e subordinado nos campos da Itália. Entendo do ex-presidente Eurico Dutra, Ulhoa Cintra era tido como um homem "violento, querendo fazer bobagem", segundo o general Costa e Silva. Ele tinha sido excluído da lista de promoções de 25 de novembro de 1963 e odiava Goulart por isso e pelo perfil político do presidente. Foi co-autor do manifesto "Lealdade ao Exército" e estava muito envolvido na conspiração militar, inclusive no que se referia a definições propriamente táticas.⁸¹ Segundo Gordon, Cintra faria uma avaliação da necessidade suplementar de armas e avisaria Vernon Walters, tendo em vista a "Operação *Brother Sam*":

Apesar de sua força no oficialato, o grupo de resistência está preocupado com a suficiência de armas e a possível sabotagem das provisões de derivados de petróleo. Na semana vindoura, nós seremos notificados das estimativas sobre necessidade de armas através do contato entre o adido militar, Vernon Walters, e o general Cintra, braço direito de Castelo Branco. As necessidades de derivados de petróleo incluiriam o combustível para navios que é buscado agora por Byington* juntamente com combustível de motor e gasolina de aviação.⁸²

No dia anterior, o próprio Vernon Walters havia escrito aos seus superiores dizendo que os conspiradores vinham fazendo pedidos de ajuda norte-americana mas que ele não tinha autoridade para decidir sobre o assunto, enca-

minhando as solicitações ao embaixador Gordon. Nesse telegrama, Walters fala de suas conversas com Castelo Branco durante a fase de conspiração, as quais, em suas memórias, ele nega terem sido frequentes.⁸³

Gordon conhecia em detalhes as insuficiências de equipamento e de recursos humanos da polícia e dos militares brasileiros. Ele próprio havia coordenado, dias antes, a redação final de um "Plano de Defesa Interna para o Brasil" — documento outrora secreto e ainda inédito.* Este plano era um instrumento para avaliar as condições de segurança de um dado país em relação às ameaças internas que pudessem pôr em risco os interesses norte-americanos. Trata-se, como se vê, de mais um instrumento de análise e planejamento da surpreendente estrutura montada no Brasil pelos Estados Unidos em meados dos anos 1960. O plano estabelecia que o Brasil mantinha um "sistema político mais ou menos democrático" e posicionava-se favoravelmente ao Ocidente, mas que experimentava um processo de desestabilização em função do governo de Goulart, avaliado como problemático do ponto de vista administrativo, e do próprio presidente, "limitado em termos éticos e de integridade".⁸⁴ Também nesse plano Gordon reiterava, uma vez mais, suas avaliações inquietantes sobre "ponto de não-retorno", "regime inimigo aos interesses americanos", "manobras de tipo peronista de Goulart" etc., como já vinha fazendo desde alguns meses.⁸⁵ Mas ele também dizia que o plano de defesa interna havia recebido impulso e fora influenciado após o fechamento do acordo de segurança interna entre o governo brasileiro e o norte-americano, então concluído graças ao "longo e árduo esforço das Forças Armadas brasileiras",⁸⁶ episódio que lançaria persistente suspeição sobre João Augusto de Araújo Castro, ministro interino que esteve à frente do Itamaraty, entre agosto de 1963 e março de 1964, e que teria autorizado a renovação do acordo militar com os Estados Unidos, em janeiro de 1964, sem consultar o presidente João Goulart, usando uma rotineira troca de notas com a embaixada norte-americana para oficializar a renovação, conforme já mencionamos no primeiro capítulo.⁸⁷ O acordo interessava à embaixada norte-americana

*Alberto Byington havia procurado a embaixada sugerindo que o apoio da Petrobras a Goulart poderia implicar problemas de desabastecimento de combustível por boicote.

*Trechos do documento encontram-se reproduzidos, em *fac-símile*, no Anexo II deste volume.

porque, com esse instrumento, ela pôde tomar conhecimento e participar dos planos de segurança interna brasileiros:

Imediatamente depois da troca de notas, as autoridades do Exército brasileiro apresentaram seus planos aos representantes dos EUA no Brasil e indicaram que será solicitada ajuda específica na área de segurança interna, inclusive veículos blindados. Os planos brasileiros incluem a instalação de unidades mecanizadas compactas, de alta mobilidade e bem treinadas, em áreas localizadas estrategicamente como Recife, Natal, Porto Alegre e Belo Horizonte.⁸⁸

Segundo Gordon, os equipamentos dos militares e da polícia eram antiquados ou obsoletos e "as forças policiais em todo o país seriam incapazes de arcar com distúrbios internos sérios sem a ajuda do Exército".⁸⁹

Por causa dessas insuficiências e da iminência do golpe, o embaixador sugeriria ao governo norte-americano, dias depois, em outro documento, que fizesse uma entrega clandestina de armas de origem não-americana (para impedir a identificação e evitar acusações de intervencionismo) a serem repassadas aos cúmplices de Castelo Branco em São Paulo — nada muito diferente do que já vinha sendo previsto desde o plano de contingência do final de 1963. Agora, porém, às vésperas do golpe, Gordon pensou em algo mais cinematográfico: a entrega secreta deveria ser feita por um "submarino não identificado, a ser descarregado à noite, num ponto isolado da costa de São Paulo, ao sul de Santos, provavelmente próximo a Iguape ou Cananéia".⁹⁰

O embaixador supunha, no dia 28 de março, que a vitória das "forças amistosas" viria sem a participação militar ou logística dos Estados Unidos, mas ele não descartava a eventual necessidade de intervenção aberta, num possível "segundo estágio", caso houvesse resistência prolongada ou alguma atitude da parte da União Soviética. Por isso, ele considerava essencial fazer uma demonstração de força imediatamente:

Para este propósito, e de acordo com nossas negociações de 21 de março em Washington, uma possibilidade parece ser a partida antecipada de uma força-tarefa naval para manobras no Atlântico Sul, mantendo-a no espaço de uns poucos dias de distância de navegação de Santos. Provisões logísticas

deveriam satisfazer as exigências especificadas no plano de contingência para uma força-tarefa conjunta combinada da Marinha dos Estados Unidos para o Brasil, do chefe do Estado-Maior para o Brasil Sul, revisado aqui em 9 de março. Aeronaves de transporte seriam muito importantes para efeito psicológico.⁹¹

Algumas das propostas de Gordon pareceram despropositadas quando foram discutidas, naquele mesmo dia, em uma reunião na Casa Branca da qual participaram diversos especialistas, como McGeorge Bundy, Ralph Burton, Gordon Chase e outros. A idéia do submarino noturno fazendo uma entrega clandestina de armas em uma praia deserta foi considerada um "pedido esquisito" e foi rechaçada por todo o grupo. O embaixador Alexis Johnson, também presente, lembrou que a quantidade de armas levada por um submarino seria tão pequena que não acrescentaria nada ao Exército brasileiro. A força-tarefa também foi questionada: Bundy observou que "a punição não parece combinar com o crime..." O general Andrew Goodpaster disse que não entendia bem como a movimentação no Atlântico Sul poderia ajudar as forças anti-Goulart.⁹²

Gordon precisou defender suas idéias e garantir sua participação quase militar na Guerra Fria — ou, como diria, dias depois, o brasileiro Jorge Serpa —, em "nossa pequena aventura latino-americana".⁹³ O embaixador respondeu ao Departamento de Estado dizendo que entendia as restrições em relação à hipótese de intervenção militar aberta no Brasil, mas que havia de fato o risco de o país tornar-se comunista.⁹⁴ Lincoln Gordon, durante o mês de março, parecia alarmado e exerceu um papel expressivo convencendo o Departamento de Estado de que havia um grande risco no Brasil. Ele seria responsável por uma lista significativa de erros, posteriormente reconhecidos como tal por ele mesmo ou por seus colegas, embora Roberto Campos o considerasse um "esplêndido analista".⁹⁵ O rol inclui o financiamento de candidatos na campanha eleitoral de 1962, a inútil e perenemente embaraçosa "Operação Brother Sam", o reconhecimento do novo governo de Mazzilli sem que Goulart houvesse deixado o país, a excessiva vinculação ao governo de Castelo Branco e a aceitação do AI-2. Atendendos, por ora, às vésperas do golpe e do despacho da força-tarefa naval,

lembremos algumas avaliações extremadas de Gordon que serviram para convencer o Departamento de Estado: existiria, entre os brasileiros, o sentimento de que "os Estados Unidos não permitiriam que o Brasil escorresse pelo ralo"; o respeito pela Constituição, pela lei e ordem impregnava as Forças Armadas e era o maior bem sobre o qual repousava o Brasil; desordens, abrangendo desde protestos até verdadeiras operações de guerrilha, em áreas extensas e por períodos prolongados, conjugados com o tamanho do país e a falta de comunicações, poderiam sobrecarregar a capacidade das forças de segurança.⁹⁶ Avaliações como essas e as ameaças de implantação de uma ditadura peronista levaram à *Brother Sam*.

A operação envolveu um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado CS *Agent*) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas. Ela já foi bastante descrita e não é preciso retomá-la aqui, mas alguns documentos liberados em 2004 esclarecem detalhes significativos. Concretamente, não havia a previsão de desembarque de tropas no Brasil: no dia 30, talvez preocupado com algum exagero de Gordon, o secretário de Estado, Dean Rusk, escreveu ao embaixador sobre os preparativos para o golpe, afirmando que o apoio às forças anti-Goulart não seria "trabalho para um punhado de fuzileiros navais", já que o Brasil era um país continental, com mais de 75 milhões de pessoas.⁹⁷

Como é sabido, no dia 31 foi autorizada a movimentação da força-tarefa naval. É provável que a totalidade da operação só se agrupasse em alguns dias, pois havia a necessidade de reunir petroleiros e providenciar o completo carregamento das armas e munições. Ao contrário do que afirmam os que minimizam a operação e a participação de brasileiros em seu planejamento, o futuro presidente Castelo Branco estava em contato com a embaixada e disse a Lincoln Gordon, no dia 1º de abril, que não precisaria do apoio logístico norte-americano.⁹⁸ Assim, a "Operação *Brother Sam*" começou a ser desmontada. No dia 3, pela manhã, os secretários de Defesa e de Estado, Robert McNamara e Dean Rusk, decidiram que a força-tarefa podia voltar depois que McNamara falasse com o presidente Johnson.⁹⁹

Também no dia 3, uma nota curiosa marcaria simbolicamente o episódio. Rusk mandou um telegrama secreto para o embaixador Gordon perguntando se ele já poderia dispensar os petroleiros, que ainda estavam à disposição (diferentemente do "pacote" propriamente militar da *Brother Sam*). A preocupação de Rusk dizia respeito ao "alto custo de retenção dos petroleiros": se eles prosseguissem para o Brasil, haveria despesas da ordem de US\$ 2,3 milhões que, estando a *Brother Sam* desativada militarmente, não poderiam ser assumidos pelo Departamento de Defesa. Portanto, talvez fosse necessário o "reembolso pelo governo brasileiro".¹⁰⁰ A "Operação *Brother Sam*", que se iniciou motivada pelas avaliações quase irracionais de Gordon, terminava reduzida à racionalidade do "quem paga?". O Brasil, aparentemente, escapou de pagar para quase ser invadido.

Nessa altura, diante de planos secretos e diplomatas com ares de espião, o leitor poderá questionar a necessidade de descermos a tantos detalhes, como se estivéssemos procurando alhures o segredo dos nossos males ou buscando comprovar o óbvio: já não sabíamos da "Operação *Brother Sam*"? Não é certo que, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos interviam a seu bel-prazer nos países latino-americanos? O ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, quando deu uma longa entrevista, em 1977, pouco antes de morrer, assim comentou a então recente divulgação dos documentos da *Brother Sam*:

Aqueles documentos publicados pelo *Jornal do Brasil* não provam nada. Aqueles documentos provam que a embaixada americana, como qualquer outra embaixada, mandava informações daqui (...) É preciso aprendermos a resistir a essa tentação de atribuir coisas misteriosas aos americanos (...) Que os americanos tinham interesse na vitória da Revolução, é óbvio; mais do que evidente. Que eles se disporem a ajudar no que fosse necessário ou possível, acho também óbvio. Agora, que não foi necessário, não foi! Se deve ter havido troca de informações? Ah, deve! O armamento que o Exército tinha era americano (...) Esse armamento tanto serviu para a Revolução de 31 de março quanto serviu para garantir o Comício da Central e garantir a posse do Jango.¹⁰¹

Nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais difícil falar da participação dos Estados Unidos no golpe de 64 sem ser acusado de antiamericanismo anacrônico.

co, de simplismo por atribuir ao estrangeiro males verdadeiramente brasileiros, de tendenciosidade panfletária típica de uma esquerda superficial que sempre exagerou as pretensões "imperialistas" norte-americanas. Se, na fase do domínio acadêmico do marxismo, durante os anos 1960 e 1970, foi de fato corriqueira a supervalorização do papel desempenhado pelo governo norte-americano na derrubada de Goulart,^{*} nas décadas seguintes consolidou-se forte reação a essas leituras marxistas, por vezes de maneira igualmente tendenciosa, alã visível em negar qualquer importância ao fato.^{**} Essas atmosferas políticas e acadêmicas costumam influenciar a produção histórica, e o fato é que há pouca pesquisa sobre a historicidade das relações entre o Brasil e os Estados Unidos no período, apesar de sua reconhecida importância.

Assim, conhecer os detalhes do episódio ajuda-nos a considerar desapaidadamente o assunto. Analisando-os, percebemos que os Estados Unidos poderiam, se julgassem necessário, intervir militarmente no Brasil, na hipótese, por exemplo, de um "segundo estágio", caracterizado por um eventual confronto entre golpistas e forças legalistas — que, graças a João Goulart, não houve. A "Operação *Brother Sam*" poderia desdobrar-se nesse sentido, mas originalmente ela não previa o desembarque de "um punhado de fuzileiros navais" e, portanto, se um confronto se instaurasse no Brasil e a Casa Branca decidisse intervir militarmente, Washington teria de agir às claras, consultando o Congresso dos Estados Unidos e, possivelmente, a Organização dos Estados Americanos (OEA) — cenário realmente chocante e quase inimaginável.

^{*}Note-se que esse tipo de exagero vitimou sobretudo jornalistas e comentaristas em geral, não se verificando tal postura nos livros de cientistas políticos e de historiadores marxistas. Veja-se, para a supervalorização, o livro de Edmar Morel, e, para exemplos de análises acadêmicas marxistas sérias, os livros de René Armand Dreifuss e Jacob Gorender citados na bibliografia no final deste volume.

^{**}A única coisa que veio foi um petroleiro (...) para não deixar a revolução sem gasolina. Disso a embaixada [do Brasil em Washington] sabia, mas não dessa operação *Brother Sam*, que hoje anunciam como tendo sido organizada à revelia do Gordon e do Johnson". Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em alto-mar*: depoimento ao CPDOC, 2ª ed., Rio de Janeiro, FGV e Funag, 2003, p. 267. "(...) não houve necessidade de nenhuma colusão com estrangeiros para a derrubada de Goulart", "(...) sua existência [da "Operação *Brother Sam*"] era desconhecida no Brasil". Roberto Campos, *A lanterna na popa*: memórias, 4ª ed. rev., 1ª reimp., Rio de Janeiro, Topbooks, 2004, vol. 1, p. 548-549. Algumas negativas soam risíveis, como a do adido militar, Vernon Walters, que, em suas memórias, afirma que soube da "Operação *Brother Sam*" apenas em 1977, quando os documentos foram revelados. No mesmo livro, Walters diz, contraditoriamente, que não recomendou a vinda de tropas ao oficial que era responsável pelo planejamento. Vernon A. Walters, *Missões silenciosas*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986, p. 348 e 351.

Entretanto, se a operação previa o desembarque de tropas apenas como uma hipótese muito remota, convém lembrar que a cessão de armamentos estava explicitamente prevista e é evidente que, para fazer chegar as armas, alguns militares norte-americanos precisariam desembarcar, do mesmo modo que é impossível supor o repasse de combustível sem que os petroleiros e sua escolta aportassem. A importância da estratégia prevista no plano de contingência consistia em permitir a entrega de armas e combustível a um governo brasileiro alternativo, reconhecido por Washington, justamente o de Magalhães Pinto, e, assim, a participação dos Estados Unidos no golpe de 64 teria uma aparência de legitimidade.

Outra polêmica a respeito da "*Brother Sam*" pode agora ser esclarecida: ela era conhecida e foi planejada com a cumplicidade de brasileiros, como o general Ulhoa Cintra, dileto auxiliar de Castelo Branco, que também estava informado da operação. Portanto, se as principais causas do golpe estavam de fato no Brasil e se sua deflagração deveu-se a personagens brasileiros,¹⁰² também é certo que a participação norte-americana foi decisiva: a "Operação *Brother Sam*" não foi pouca coisa. Ela foi importante não apenas porque expressou a disposição intervencionista dos Estados Unidos, mas também porque comprometeu seus idealizadores com um longo processo de justificação da ditadura militar brasileira. Gordon estava consciente dos perigos que havia em se propor como o principal fiador da força-tarefa. Dean Rusk havia lhe escrito, preocupado, dizendo que os Estados Unidos não podiam correr o risco de — frustrando-se a deposição de Goulart — ficarem estigmatizados diante de uma vergonhosa ação intervencionista (caso houvesse, por exemplo, uma conciliação no Brasil e a "embarçosa tentativa de intervenção" acabasse descoberta).¹⁰³ Gordon, embora anteviesse os riscos de, no futuro, tudo ser descoberto, resolveu assumi-los:

O risco de que, posteriormente, a operação secreta seja atribuída ao governo dos Estados Unidos nos parece secundário em relação aos efeitos positivos que a operação possa ter se for conduzida com habilidade, levando em conta que muitas coisas que não fazemos são regularmente atribuídas a nós (...). Eu entendo perfeitamente quão grave é a decisão envolvida nesse comprometimento eventual com uma intervenção militar aberta aqui.¹⁰⁴

O início do golpe deve ter gerado grande excitação entre os funcionários da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e no escritório de representação em Brasília, capital inaugurada havia três anos mas que ainda não sediava as representações diplomáticas. O Congresso Nacional, porém, já funcionava em sua nova sede e, por isso, os Estados Unidos mantinham diplomatas qualificados também na nova cidade, enquanto decidiam o que fazer, como todas as outras embaixadas, em relação à mudança — que só seria finalizada em 1976. O embaixador devia estar preocupado com a hipótese de a *Brother Sam* realmente precisar “mostrar a bandeira”* e os demais diplomatas deviam estar apreensivos com o próprio golpe em andamento. Além disso, havia o frenesi de comunicação que, como se sabe, estabeleceu-se entre o Departamento de Estado, a embaixada no Rio, o escritório em Brasília e todos os demais postos da missão norte-americana no Brasil (consulados, agências do USIS, da USAID etc.) a partir do dia 30 de março, perto das 21h, quando o secretário de Estado, Dean Rusk, determinou que todos os postos mantivessem “alerta de 24 horas para informar qualquer desenvolvimento significativo envolvendo resistência militar ou política ao regime de Goulart”.¹⁰⁵ Menos conhecida é a atuação de um outro personagem: Rusk estabeleceu esse alerta porque, duas horas antes, havia recebido um telegrama de Robert W. Dean, que considerou iniciado o golpe desde o momento em que Magalhães Pinto formou seu governo “alternativo”, no dia 30, como aliás previa o plano de contingência:

A “revolta” em Minas ainda não foi além da formação do governo estadual por Magalhães Pinto com partidos previamente adversários e o lançamento de manifesto proclamando a intenção de resistir a qualquer golpe. Assim, uma ação militar está situada mais em termos condicionais do que inicialmente parecia ser o caso. No entanto, todos os contatos aqui acreditam que a situação é crítica.¹⁰⁶

Robert Dean era conselheiro do escritório de representação da embaixada norte-americana em Brasília e, no futuro, entre 1970 e 1973, dirigiria a seção

*Gordon usaria a expressão no futuro para caracterizar a supostamente limitada função da força-tarefa naval que, no máximo, serviria para intimidar mediante a exibição da presença de força militar norte-americana, isto é, serviria apenas para “mostrar a bandeira”.

especializada no Brasil do Departamento de Estado.* Em 1974, ele seria nomeado embaixador no Peru, onde permaneceu até 1977. Foi casado com uma sobrinha do deputado federal udenista, Herbert Levy, dono do jornal *Gazeta Mercantil*.¹⁰⁷ Mas, em 1964, ele já estava bastante familiarizado com a política brasileira porque especializou-se, com seus secretários, no acompanhamento das atividades do Congresso Nacional, descrevendo em minúcias suas atividades num boletim semanal lançado em fevereiro, que ele intitulou *The Week in Congress*,** enviado sistematicamente ao embaixador Gordon e ao Departamento de Estado. As “notícias” eram redigidas até o fechamento do boletim, nas sextas-feiras, a tempo de seguir no malote de material não-algilo para o Rio. O texto do boletim fluía com facilidade e certa ironia. As análises mostravam preocupação em compreender detalhadamente os hábitos, os comportamentos e os discursos dos políticos brasileiros.¹⁰⁸ O *The Week in Congress* deixou-nos alguns relatos expressivos.

Um deles é uma descrição minuciosa do fatídico dia 1º de abril de 1964 e da madrugada do dia 2, em Brasília, período que compreende a chegada do presidente à capital, precedente do Rio, e a declaração de vacância da Presidência da República pelo presidente do Congresso Nacional, espécie de “versão parlamentar” do golpe de 64. Os detalhes consignados no boletim mostram que seus redatores estiveram presentes aos acontecimentos que descreveram, sobretudo no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto na madrugada do dia 2.¹⁰⁹ Não são eventos totalmente desconhecidos, mas alguns detalhes o são e, sobretudo, trata-se de relato inédito e peculiar por causa do perfil dos autores: norte-americanos vivendo os episódios de um “golpe de estado” (a expressão, utilizada inicialmente nos telegramas do escritório da embaixada em Brasília, seria banida do vocabulário do governo norte-americano). Depois de uma afluente noite sem notícias, no dia 31 de março, as informações da manhã do dia 1º indicavam que o golpe pare-

*Robert Dean, como dirigente do *Office of Brazilian Affairs*, ocuparia o cargo de *Brazil Country Director* (1970). A função já havia sido chamada de *Director of the Office of Brazil Affairs* (1964).

Esta seção se reduziria com o tempo, sendo uma diretoria, em 1973, no âmbito do *Bureau of Inter-American Affairs* do Departamento de Estado.

**“A Semana no Congresso”.

cia encaminhar-se para uma vitória fácil. Talvez por isso, o tom geral das descrições era de alívio e alguma euforia, que se expressam no título que foi dado ao *The Week in Congress* que foi fechado na sexta-feira, dia 3: “*What a Week in Congress!*”¹¹⁰ O próprio Robert Dean avaliava que o relato que estava enviando acrescentaria um “tempero adicional” a outros telegramas, mais sintéticos, que remetera anteriormente.¹¹⁰

Segundo Dean, o papel do Congresso, naquela semana de “agitados eventos históricos”, limitara-se, até o dia 1º, à função de centro nervoso de informações e rumores, mas a situação complicou-se na noite do dia 31:

Brasília ficou sem comunicações com o resto de Brasil e a pouca informação precisa que recebeu de fora da cidade era simplesmente soterrada na avalanche de rumores. A confusão gradualmente se assentou com a aceitação da situação e um consenso sobre o que fazer: proteger o Congresso, como uma instituição, a todo custo. Os parlamentares experimentaram esse sentimento mais intensamente na manhã de 1º de abril, quando uma multidão de cerca de 1.000 trabalhadores, que se tinha reunido no Teatro Nacional (...) estava sendo incitada a “tomar armas para preservar a legalidade do governo de João Goulart”.¹¹¹

Os parlamentares buscavam uma definição do Exército: era preciso saber se o Congresso seria protegido ou se, por exemplo, a 11ª Região Militar de Brasília apoiaria os trabalhadores “rebelados” no Teatro Nacional. Por volta de meio-dia, o chefe de gabinete do ministro da Guerra, general André Fernandes, garantiu a proteção dos parlamentares, desanuviando o ambiente. O grupo no Teatro Nacional não constituía maiores riscos: cerca de mil trabalhadores da construção de Brasília, “candangos”, esperavam sentados por armar, mas Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil de Goulart, pretendia apenas usá-los para ocupar o prédio do Congresso Nacional, “pacificamente”.¹¹² Aparentemente sensibilizada com a proteção do general Fernandes, no início da tarde, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, em uma sessão de emergência, votou o aumento do soldo militar...¹¹³

¹¹⁰ “Que Semana no Congresso!”

João Goulart chegou a Brasília por volta das 16h30 do dia 1º de abril. Na Granja do Torto, uma das residências oficiais do presidente da República, reuniu-se com Tancredo Neves, líder da Maioria na Câmara, e com os líderes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Câmara e no Senado, Doutel de Andrade e Artur Virgílio:

Ou o presidente decidiria resistir em Brasília ou em seu estado natal do Rio Grande do Sul, ou ele se decidiria por alguma forma de renúncia (...) A Câmara interrompeu sua sessão às 17h15 para esperar a palavra de Goulart. Quando retornou, Doutel de Andrade convocou uma reunião da bancada do PTB para informar que o presidente Goulart resistiria do Rio Grande do Sul, onde ele tinha o controle do III Exército, e que Goulart faria uma proclamação nacional mais tarde, naquela noite, relativa a seus esforços como presidente.¹¹⁴

Como é sabido, as esperanças de resistência esvaneceram-se. A decisão do general André Fernandes deve ter contado nesse sentido. A capital do Rio Grande do Sul parecia mais segura e Goulart decidiu dirigir-se para lá (como provavelmente já havia planejado ainda no Rio), o que fez às 23h30, após chefiar uma breve reunião com os ministros que haviam conseguido chegar a Brasília, por volta das 22h30. * “A partida de Goulart foi o sinal que o Congresso estava esperando. Uma sessão conjunta secreta das duas casas foi convocada para as 2h da manhã [do dia 2 de abril]. Parlamentares em número suficiente só chegaram às 2h45 e, então, a sessão pôde se iniciar.”¹¹⁵ O Congresso estava guardado por quatro caminhões cheios de soldados. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, que sabia da possibilidade de assumir a Presidência da República se ela fosse declarada vacante, não apareceu no plenário.¹¹⁶ A descrição dessa reunião pelos diplomatas americanos reitera o que já se sabe sobre o grave episódio: muitos protestos no plenário, a rejeição da informação enviada por Darcy Ribeiro de que o presidente estava no país (“foi rejeitada porque veio do chefe do Gabinete Civil e não do presidente”) e o ímpeto do presidente do Congresso,

*O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, foi preso no Aeroporto Santos Dumont. Outros, que estavam com ele, conseguiram partir para Brasília. Abelardo Jurema, *Sexta-feira*, 13: os últimos dias do governo João Goulart, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1964, p. 206, 209 e segs.

senador Auro de Moura Andrade, declarando a vacância da Presidência da República. Talvez a maior curiosidade resida na autoria da descrição.

O jovem Robert Bentley conhecia praticamente todos os deputados federais e senadores, e com os parlamentares da UDN tinha extrema familiaridade. Ele havia chegado a Brasília em março de 1963, para atuar no "escritório da embaixada"* em Brasília. Tratava-se de um escritório de representação mantido graças ao milionário orçamento da grandiosa missão americana no Brasil, que até 1965 envolvia 2 mil pessoas e um dispêndio anual de algumas dezenas de milhões de dólares. Em 1963, com 24 anos, coube ao terceiro secretário o acompanhamento dos parlamentares da UDN "e outros partidos na direita", já que o primeiro secretário havia reservado para si o partido governista (PTB) e o segundo, o também atraente Partido Social Democrático (PSD). Bentley impusera-se conhecer todos os "seus" 182 deputados e senadores. A tarefa não era difícil porque havia pouco o que fazer na poeirenta capital (o Lago Paranoá ainda não estava totalmente cheio): eram poucos os automóveis em circulação, o que tornava fácil detectar a presença de uma autoridade em um dado local apenas checando-se o estacionamento. A proximidade entre as pessoas era grande e o governo de João Goulart, tal como a atuação de Jango no Ministério do Trabalho, anos antes, caracterizava-se por certa informalidade:

Foi um ambiente de muito contato e intimidade. Lembro um dia — diz Bentley — em que almocei com o presidente do Senado, tomei chá com o [presidente do] Supremo e um café com o chefe do Secretariado Técnico da Presidência — com visita informal de Goulart. Fiquei efetivamente a conhecer todos os deputados e senadores da minha "área" e uma boa parte dos outros. Havia os folclóricos, como Tenório Cavalcanti — que matou um cachorro raivoso na minha frente com uma minipistola escondida durante um churrasco na chácara dele —, e os senadores nordestinos, cujos nomes eram números em francês — *Vingt-Sept!*** Aprendi muito sobre a história do Brasil de pessoas que contavam as relações entre famílias no Rio e nos seus estados de origem.¹¹⁷

**Embassy Office*. Bentley, posteriormente, seria requisitado por Gordon em função de seus conhecimentos sobre os políticos da nova situação. Ele também seria cônsul em São Paulo, em 1976.

**Jerônimo Vingt Rosado Maia foi deputado federal entre 1963 e 1991, irmão do governador Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia (eleito em 1950 e falecido em 1951) e de Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, senador entre 1959 e 1966, todos do Rio Grande do Norte.

Nos últimos dias de março, Bentley praticamente vivia no Congresso Nacional e, a partir do dia 29, ele realmente ficou lá dia e noite, telefonando periodicamente para o escritório da embaixada para relatar o que se passava. Naquele dia 2, ele havia decidido ir para casa, de madrugada, depois que Auro de Moura Andrade declarou a vacância, mas, segundo seu relato, Luís Vianna Filho o segurou pelo braço e disse: "Vem conosco: vamos ao Planalto". Nervoso, ele acompanhou o deputado udenista e futuro chefe do Gabinete Civil.¹¹⁸ Em suas memórias, porém, Luís Vianna diz que se surpreendeu quando, acendendo fósforos para iluminar as escadas escuras do Planalto, viu o jovem secretário.¹¹⁹

Seja como for, podemos ter hoje um ponto de vista norte-americano sobre o episódio da posse de Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara dos Deputados que assumiria o cargo no meio da madrugada:

Às 3h da manhã, os parlamentares se agruparam fora do prédio do Congresso para a curta caminhada até o Planalto, o palácio presidencial. O presidente escolhido, Mazzilli, foi levado até o Planalto em um carro literalmente coberto por homens armados. A procissão solene de congressistas foi barrada no palácio presidencial por apreensivos guardas portando metralhadoras que não sabiam o que estava acontecendo. Os parlamentares os convenceram a deixá-los prosseguir e então entraram no palácio pelas escadarias da parte de trás, que eles tiveram alguma dificuldade para localizar (a porta da frente estava trancada e eles não quiseram quebrar o vidro). Quando a maior parte dos parlamentares abarrotou o escritório do terceiro andar, o presidente Ranieri Mazzilli tinha acabado de ser empossado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa. Eram 3h30 da manhã de 2 de abril. O arremate final havia sido dado ao golpe de estado.¹²⁰

"Invadir o palácio presidencial às 3 da manhã e proferir o juramento de posse faz de Ranieri Mazzilli o presidente do Brasil?"¹²¹ perguntava-se Bentley. Mazzilli ficou algo apreensivo quando alguns parlamentares desceram do quarto andar após um encontro com Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil, Valdir Pires, consultor-geral da República, e Nicolau Fico, comandante da 11ª Região Militar e do Comando Militar de Brasília, que

ainda estavam no Palácio do Planalto até aquele momento. Esses assessores de Goulart

disseram aos deputados que poderia haver uma reação militar a este "golpe" partindo do Rio Grande do Sul e também em Brasília, no palácio. O presidente Mazzilli pediu a todos que permanecessem no prédio com ele até próximo aviso. (...) Com alguma apreensão, os parlamentares concordaram.¹²² Nesse ínterim, o general André Fernandes ordenou que tropas leais a ele se deslocassem do Congresso para o palácio para proteger o presidente Mazzilli e a tensão começou a se dissipar.¹²³ Ribeiro, Pires e Fico deixaram o palácio para destino ignorado.¹²⁴ Ao amanhecer, não havia mais qualquer dúvida na mente dos parlamentares: Ranieri Mazzilli era agora o presidente do Brasil e sua presidência estava garantida pelas Forças Armadas.¹²⁵ Apesar da seqüência febril de eventos, de legalidade um pouco questionável, o clima na cidade de Brasília e no Congresso nesta manhã, a manhã seguinte, era de aceitação de um *fait accompli* (...) Tanques e outras armas estavam estacionados na praça diante do Congresso.¹²⁶

Naquela madrugada, logo após a posse de Mazzilli, preocupado em não ser fotografado, Bentley foi a uma sala contígua ao gabinete presidencial e ligou para o escritório da embaixada relatando o que havia visto:

A embaixada em Brasília estava com linha aberta para o Rio e [o] Rio, com linha para Washington. A pergunta de Washington foi se a posse era legal. Descrevi outra vez o que tinha [se] passado. Perguntaram de novo se a mudança de presidente era legal e se os Estados Unidos deviam reconhecer o novo regime. Eu disse que pensava que o que eu vi tinha toda a forma legal. Disseram para eu ir dormir. Quando voltei à embaixada, umas 12 horas depois, os EUA já tinham reconhecido o novo regime no Brasil.¹²⁷

Quem estava em Washington naquele momento, nas primeiras horas da madrugada do dia 2, era o subsecretário de Estado, George W. Ball, monitorando a situação em Brasília, na qualidade de secretário de Estado interino, porque Dean Rusk estava ausente. Ele recebeu de Gordon, graças a Bentley, a notícia da posse de Mazzilli quase que instantaneamente e, se-

quando seu relato, enviou rapidamente um telegrama que teria tido o efeito político de reconhecer o governo de Mazzilli:

Eu enviei um telegrama ou emiti uma declaração que teve o efeito, com efeito, de reconhecer o novo governo. Goulart não estava totalmente fora do país e eu estava me arriscando. Mas funcionou belamente e foi muito efetivo. Foi o tipo de coisa que marcou um momento para o fim do Sr. Goulart.¹²⁸

Este telegrama nunca foi encontrado. Segundo Ball, o presidente Johnson ficou furioso por não ter sido acordado e consultado a respeito (a diferença de fuso horário de Brasília para Washington é de menos duas horas). Como se vê, o reconhecimento pode ter acontecido mesmo antes do que se supunha.¹²⁹ Ao meio-dia, o Conselho de Segurança Nacional se reuniu em Washington para discutir a situação no Brasil, quando a questão do reconhecimento foi mencionada. Ball disse que "não haveria nenhum problema com o reconhecimento dos Estados Unidos porque nós meramente continuaríamos nossas relações com o presidente". Mais tarde, naquele mesmo dia 2 de abril, numa teleconferência, o embaixador Gordon reiterou sua recomendação de pronto reconhecimento do governo de Mazzilli. Depois de uma discussão entre Rusk, Ball e Ural Alexis Johnson, subsecretário adjunto para Assuntos Políticos, o presidente afinal aprovou o texto da mensagem, que foi enviada mais tarde, ainda naquela noite do dia 2,¹³⁰ açodadamente que renderia críticas internas e da comunidade internacional.*

Afastando-se subitamente, sob um silêncio que não exigiu muita censura, o exílio do presidente deposto pareceu corresponder ao banimento de sua memória, e sua morte, fora do território nacional, anos depois, diferentemente das de Vargas, JK e Tancredo Neves, não o sacralizou perante o povo, porque seu enterro em São Borja, em 1976, não teve grande repercussão nacional em função das restrições que a ditadura impôs. Ele não contaria com o beneplácito da mídia que favoreceu Tancredo Neves,

*O reconhecimento do novo governo de Castelo pela comunidade internacional será visto no próximo capítulo.

não legou um bem simbólico tão forte como Brasília — que tornou JK representante máximo do otimismo brasileiro —, nem conseguiria divulgar amplamente o manifesto que seus assessores tentaram providenciar, ainda em Brasília, no dia 1º de abril, emulando a carta-testamento que tornou Vargas referência inelutável da história brasileira. O texto foi ditado, às pressas, por Tancredo Neves,¹³¹ com sua reconhecida facilidade para fazer discursos, e prometia uma resistência impossível:

Da capital da República, numa noite em que forças reacionárias desencadeiam mais uma vez o golpe contra as instituições democráticas, e contra a libertação econômica da pátria, na plenitude dos meus poderes constitucionais, que o povo me outorgou, que o povo ratificou, em pronunciamentos memoráveis, reafirmo a minha inabalável decisão de defender intransigentemente, numa luta sem tréguas, esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência da pressão do poder econômico.¹³²

Almino Afonso o datilografou e Goulart o gravou sem nenhum entusiasmo:

Pareceu-nos, então, que o presidente não deixaria Brasília sem comunicar-se com o país, dando-lhe noção dos rumos. Então ele delegou ao Tancredo a tarefa de escrever um breve discurso. Coube a mim ir datilografando o texto que Tancredo ia ditando, com algumas sugestões que ocorreram a alguns dos presentes. No final, o presidente gravou-o para ser enviado às rádios e à TV. Mas o fez com a voz tão sumida que não transmitia ânimo, segurança. [O texto dizia que] ele instalaria o governo em Porto Alegre e de lá comandaria a resistência à aventura golpista. Não guardei o texto do discurso e nunca o vi reproduzido. Às 18h, fomos todos para a Base Aérea.¹³³

A gravação foi transmitida pela Rádio Nacional do Distrito Federal, que estava em poder dos legalistas, às 23h30, mas o alcance de seus transmissores era baixo e a rede formada no Rio de Janeiro pelas rádios Mayrink Veiga e Nacional havia sido silenciada.¹³⁴ Seu texto foi reproduzido na primeira página do *Correio da Manhã*, no dia 2 de abril, e apareceu em um dos

instant books que seriam lançados no calor da hora,* reproduzido na íntegra.¹³⁵ A historiografia praticamente o ignorou.¹³⁶ Robert Dean o enviou para o Departamento de Estado, dizendo o seguinte sobre o que chamou de "testamento político" de Goulart:

Duas vezes antes, na recente história política brasileira, a última declaração escrita de presidentes teve influência sobre os acontecimentos políticos. A primeira foi a carta de suicídio de Vargas e a segunda, a carta de renúncia de Quadros. Na realidade, pode-se dizer que estabeleceu-se uma moda nesses assuntos, que foi observada pelo deposto presidente João Goulart. Seu canto do cisne, proferido na noite de 1º de abril, logo antes de fugir da Capital Federal (...), se assemelha aos pronunciamentos de Vargas e de Quadros por culpar grupos nacionais e internacionais, opostos às "medidas progressistas" tomadas por seu governo, pelas desgraças de seu país. Embora Goulart não use especificamente o termo, esses grupos são obviamente as "forças ocultas" do vocabulário político brasileiro.¹³⁷

Dean não podia avaliar que o manifesto de Goulart, naquela semana de "agitados eventos históricos", seria rapidamente esquecido.

Notas

1. Raul Ryff, *O fazendeiro Jango no governo*, Rio de Janeiro, Avenir, 1979, p. 6 e 60.
2. Darcy Ribeiro, *Confissões*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
3. João Pinheiro Neto, *Jango*: um depoimento pessoal, Rio de Janeiro, Record, 1993.
4. Para uma análise histórica consistente ver Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964, 7ª ed. rev. e amp., Rio de Janeiro, Revan, Brasília, UnB, 2001 [1ª ed.: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978]. Alguns estudos históricos novos têm surgido: Marco Antonio Villa, *Jango*: um perfil (1945-1964), São Paulo, Globo, 2004; Marieta de Moraes Ferreira (org.), *João Goulart*: entre a memória e a história, Rio de Janeiro, FGV, 2006.

*Veja na bibliografia, para exemplos dessas publicações que foram produzidas imediatamente com descrições sobre o golpe, os livros de Carlos Heitor Cony, Araken Távora, Abelardo Jurema, Emar Morel e o mais famoso, organizado por Alberto Dines. A história editorial desses livros bem mereceria um estudo à parte.

5. Sobre o tema conferir Marieta de Moraes Ferreira, "João Goulart: entre a memória e a história", in Marieta de Moraes Ferreira (org.), *op. cit.*
6. Marco Antonio Villa, *op. cit.*, p. 60.
7. Angela de Castro Gomes, "Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?" in Marieta de Moraes Ferreira (org.), *op. cit.*, p. 46.
8. *Idem*, p. 54.
9. *Idem*, p. 32-33.
10. Ver Rui Moreira Lima [depoimento publicado como o capítulo XVIII, intitulado "...se recebesse ordem..."] in Helio Silva, *A vez e a voz dos vencidos*, Petrópolis, Vozes, 1988, p. 220-223; Abelardo Jurema, *Sexta-feira, 13: os últimos dias do governo João Goulart*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1964, p. 188-189, Jacob Gorerder, "Era o golpe de 64 inevitável?" in Caio Navarro de Toledo (org.), 1964: *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, Campinas, Unicamp, 1997, p. 114.
11. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 182.
12. Lucas Figueiredo, *O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*, Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 112-115.
13. Darcy Ribeiro, *op. cit.*, p. 312-315; Raul Ryff, *op. cit.*, p. 27; Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 179 e segs.
14. Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois*, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões, 2ª ed., Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 219; Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 202.
15. Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 193; Marco Antonio Villa, *op. cit.*, p. 33.
16. Marco Antonio Villa, *op. cit.*, p. 220 e 223.
17. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 180 e segs.; Marco Antonio Villa, *op. cit.*, p. 217 e segs.
18. "Depoimento do General Ladário" in Hélio Silva, 1964: *golpe ou contragolpe*, Porto Alegre, L&PM, 1978, p. 444.
19. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 178-179; Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 97; Hélio Silva, *op. cit.*, p. 404; Araújo Netto, "A paisagem" in Alberto Dines e outros, *Os idos de março e a queda em abril*, Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964, p. 62-63.
20. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 285.
21. João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 51.
22. Alberto Dines, "Debaixo dos deuses", in Alberto Dines e outros, *op. cit.*, p. 312, 313, 315, 332-334.
23. Carlos Heitor Cony, *O ato e o fato: crônicas políticas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 13.
24. Antonio Callado, "Jango ou o suicídio sem sangue", in Alberto Dines e outros, *op. cit.*, p. 249.
25. Florestan Fernandes, "O significado da ditadura militar", in Caio Navarro de Toledo (org.), 1964: *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, Campinas, Unicamp, 1997, p. 144.
26. Carlos Castello Branco, *Retratos e fatos da história recente*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Revan, 1996, p. 119.
27. Alberto Dines, *op. cit.*, p. 351.
28. Ver, a propósito, Marcelo Ridenti, "Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores", in *Seminário 40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2004, p. 140 e segs.
29. Marco Antonio Villa, *op. cit.*, p. 181 e segs.
30. Memorando de conversação entre o embaixador Gordon, Jorge Serpa e outros, de 14 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943.
31. Conforme pesquisa do Ibope realizada entre junho e julho de 1963 que Antônio Lavareda trouxe à tona e está citada em Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 185.
32. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 164-165.
33. Stephen G. Rabe, *The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latin America*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999, p. 199. Ver também Ruth Leacock, *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961-1969*, Kent, The Kent State University Press, 1990, p. 119.
34. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, Caio Navarro de Toledo, *O governo de Goulart e o golpe de 64*, São Paulo, Brasiliense, 1993.
35. René Armand Dreifuss, 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
36. [Campos said that the principle concern of many was to last out the remainder of the current presidential term and an orderly presidential succession. The latter becomes increasingly likely as presidential campaigning becomes more active. The chances of bridging the remaining period are, according to Campos, already improving due the fact that presidential campaign maneuvering has started] Memorando de conversação entre o embaixador do Brasil e o subsecretário de Assuntos Políticos, Harriman, e o diretor do Escritório dos Assuntos Brasileiros, Burton, de 8 de janeiro de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1946.
37. Lincoln Gordon, "Variações do nacionalismo: meio século de relações brasileiro-americanas", in Paulo Roberto de Almeida, Rubens Antônio Barbosa (orgs.), *Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências*, São Paulo, Saraiva, 2006, p. 49-50.
38. Ruth Leacock, *op. cit.*, p. 122.
39. *Idem*, p. 121.
40. *Idem*, p. 124-126.

41. *Idem*, p. 134-135 Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*, São Paulo, Senac, 2002, p. 371 e segs.
42. Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 328.
43. [The avoidance, to the fullest extent possible (...) of any action which would strengthen Araes' prestige as an economic or social leader or doer. The avoidance for the present of direct public confrontation which would give the appearance of attempting to discipline Araes (...) the Alliance for Progress participation should be clearly and publicly identified (...) we should try to promote social and economic developmental programs which will strengthen and unify moderate elements in Pernambuco, including those within his administration where desirable] Memorando de Gordon ao Departamento de Estado em 20 de janeiro de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1946, Secreto.
44. Carlos Lacerda, Depoimento, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 309. Ver também Hernani D'Aguilar, "Estórias" de um presidente, Rio de Janeiro, Razão Cultural, 1999, p. 29.
45. [...] leader of the forces which have consistently opposed the evils and excesses of the Goulart regime (...) His State government has been staunchly and outspokenly pro-Alliance for Progress and was one of the first "islands of sanity" upon which United States aid strategy was based in the latter days of the Goulart regime (...) one of the few Brazilian leaders who can be accurately described as intelligently and effectively anti-Communist] Memorando de Mann para Rusk sobre a reunião de 25 de junho de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1934.
46. Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada no Rio, de 24 de junho de 1964, sugerindo a estratégia, RG59, 1964-1966, caixa 1943.
47. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, RG59, 1964-1966, p. 23, caixa 1942, Secreto.
48. NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049, USIS Programs, julho a novembro de 1969, p. 16.
49. René Armand Dreifuss, *op. cit.*
50. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, RG59, 1964-1966, p. 24, caixa 1942, Secreto.
51. *Idem*, p. 25.
52. *Idem*.
53. NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049, USIS Programs, julho a novembro de 1969, p. 26, Table L-11.
54. *Idem*, p. 24.
55. Depoimento ao autor, por e-mail, de 14 de maio de 2007.
56. Telegrama do embaixador William M. Rountree para o Departamento de Estado, de 19 de janeiro de 1971, p. 14, RG59, 1970-1973, caixa 2135.
57. Telegrama do Departamento de Estado para a embaixada no Rio, de 4 de junho de 1968, RG59, 1967-1969, caixa 1903.
58. NSC, *Program Analysis of Brazil*, caixa H-049, USIS Programs, julho a novembro de 1969, p. 15.
59. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, RG59, 1964-1966, p. 27, caixa 1942, Secreto.
60. [...] more financial stimulation in the past ten months than it did in the previous eight years (...) general recognition that the most celebrated cases of "persecution" of scientists (...) were either initiated by ill-intentioned competitors, not by the government (...) In the case of Dr. Schemberg in particular, the Brazilian scientists have shown a much greater degree of political sophistication than their foreign colleagues; while the Brazilians generally recognize that Schemberg is an authentic communist and endorse the government's efforts to persecute him, foreign intellectual and scientific groups have been persuaded to condemn the alleged mistreatment of Schemberg by the government] Estudo intitulado "Survey of Group Attitudes Toward Castelo Branco Government", RG59, 1964-1966, 9 de março de 1965, p. 34, caixa 1937.
61. [It is probably fortunate that such women's political action groups since the ouster of Goulart, have spent more time exaggerating their role in the revolution than they have in political activities otherwise. For the Brazilian woman, as a political animal, seems to function effectively only in a negative sense, only when she sees a specific threat emerging that she can attack and destroy (...)] The political action groups clearly have a high regard for the President himself and feel that he has restored dignity and respectability to the Presidency. They do not, however, extend this same admiration to all members of the government or parts of the government's program. (...) The women also betray a certain resentment because the government has made no effort to solicit their views or to hold their support (...) On most other national issues the women's groups tend to be poorly informed; however, this lack of information does not prevent them from adopting fairly radical positions. Thus, the women generally feel that the government has not carried the "cleanup" far enough (...)] *Idem*, p. 34-35.
62. Aline Alves Presot, *As Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade e o Golpe de 1964*, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p. 90-91.
63. Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*, São Paulo, Senac, 2002, p. 328.
64. [while the already limited military capability to overthrow Goulart on purely political grounds has been further weakened, the capability for resistance to any clear-cut move against constitutionalism or against the military hierarchy as a body will probably continue and be capable of expressing itself not only against Goulart but also against any unconstitutional move against Goulart either from left or right] Proposed Short

- Term Policy Paper* — Brazil. 30 de setembro de 1963, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, volume XXXI, *South and Central America*; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 1996, p. 512.
65. Ruth Leacock, *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961-1969*, Kent, The Kent State University Press, 1990, p. 164.
66. Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, Porto Alegre, L & PM, 1977, p. 42.
67. Elio Gaspari, *op. cit.*, p. 99.
68. David Schmitz, *Thank God They're on Our Side: The United States and Right-Wing Dictatorships, 1921-1965*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1999, p. 273.
69. Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 109.
70. *Idem*, p. 354.
71. Elio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 102; James N. Green, *Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964*, Conferência apresentada no II Simpósio Internacional de História do Brasil "Brasil — Estados Unidos: novas gerações, novos diálogos", Promoção do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e da *Brazilian Studies Association*, 20 de junho de 2006, Rio de Janeiro, 2006 (texto gentilmente cedido pelo autor).
72. Roberto Campos, *A lanterna na popa: memórias*, 4ª ed. rev., 1ª reimp., Rio de Janeiro, Topbooks, 2004, p. 547; Vernon A. Walters, *Missões silenciosas*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986, p. 342; Peter D. Bell, "Brazilian-American Relations" in Riordan Roett (ed.), *Brazil in the Sixties*, Nashville, Vanderbilt University Press, 1972, p. 89.
73. *A Contingency Plan For Brazil*, RG59, 1964-1966, 6 de janeiro de 1964 [datilografado em 11 de dezembro de 1963], caixa 1943, Secreto.
74. Ruth Leacock, *op. cit.*, p. 214.
75. Afonso Arinos de Melo Franco, *A escadada: memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, p. 244.
76. Afonso Arinos de Melo Franco, *Planalto: memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1968, p. 263.
77. Phyllis R. Parker, 1964: *o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 96.
78. Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado de 28 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States, 1964-1968*: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 412 e 415, Ultra-secreto.
79. Lincoln Gordon, *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*, São Paulo, Senac, 2002, p. 108.
80. Luís Vianna Filho, *O governo Castelo Branco*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, p. 404.
81. John W. F. Dulles, *Castelo Branco*, o caminho para a presidência, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1979, p. 279, 286, 297 e 305.
82. [Despite their strength in the officer corps, the resistance group is concerned about the adequacy of arms and the possible sabotage of POL supplies. Within the coming week, we will be apprised of their estimates of needed arms through contact between ARMA and Gen. Cintra, righthand man of Castelo Branco. POL needs would include the navy fuel now being sought by Byington together with motor fuel and aviation gasoline] Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado, de 28 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States, 1964-1968*, South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 416, Ultra-secreto.
83. [(...) Castelo Branco expressed great concern to ARMA about forthcoming government reorganization as he felt this will clearly indicate tempo at which government will move left] Telegrama de Vernon Walters para o Departamento de Estado, de 27 de março de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943, Secreto.
84. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, p. 1-2, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.
85. *Idem*, p. 3. Ver também telegrama de Gordon para o secretário de Estado de 24 de fevereiro de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.
86. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, p. 13, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.
87. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 151-153.
88. [Immediately subsequent to the exchange of notes, the Brazilian Army authorities made known their plans to U.S. representatives in Brazil and have indicated that specific assistance in the internal security area will be requested including armored vehicles. Brazilian plans include the placing of compact, highly mobile and well trained mechanized units in strategically located areas such as Recife, Natal, Porto Alegre and Belo Horizonte], *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, p. 13, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.
89. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, p. 10 e 11, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.
90. [Given the absolute uncertainty of timing of a possible trigger incident (which could occur tomorrow or any other day); we recommend (a) that measures be taken soonest to prepare for a clandestine delivery of arms of non-US origin, to be made available to Castelo Branco supporters in Sao Paulo as soon as requirements known and arrangements can be worked out. Best delivery means now apparent to us is unmarked submarine to be off-loaded at night in isolated shore spots in state of Sao

Paulo south of Santos, probably near Iguaçu or Cananéia] Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado, de 28 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America, Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 416, Ultra-secreto.

91. [...] victory for friendly forces without any overt US logistical or military participation, especially if politically covered by prompt US recognition our side as legitimate GOB. We should, however, also prepare without delay against the contingency of needed overt intervention at a second stage and also against the possibility of Soviet action to support the Communist-leaning side. To minimize possibilities of a prolonged civil war and secure the adherence of large numbers of band-wagon jumpers, our ability to demonstrate commitment and some show of force with great speed could be crucial. For this purpose and in keeping with our Washington talks March 21, one possibility appears to be the early detachment of a naval task force for maneuvers in south Atlantic, bringing them within a few days' steaming distance of Santos. Logistical supplies should meet requirements specified in CINC South Brazil contingency Plan (USSCJTFP-Brazil) reviewed here March 9. Carrier aircraft would be most important for psychological effect]. Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado, de 28 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America, Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 416-417, Ultra-secreto.

92. [The group agreed that this was a puzzling request. Mr. Johnson wondered why the Brazilian Army would need a drop of this relatively small size; the military must have plenty of arms (...)] The group questioned Ambassador Gordon's request for the early detachment of a naval task force for maneuvers in the South Atlantic. Mr. Bundy noted that "... the punishment doesn't seem to fit the crime ...". Gen. Goodpaster also did not clearly understand how this particular move would be helpful to the anti-Goulart forces at this time] Memorando de conversação de 28 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America, Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 419, Ultra-secreto.

93. Memorando de conversação entre Jorge Serpa, Gordon, o presidente da Mannesmann e o adido financeiro, de 17 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943.

94. Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado, de 29 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 424, Ultra-secreto.

95. Roberto Campos, *op. cit.*, p. 547.

96. *Internal Defense Plan for Brazil* [também intitulado] *Brazil — Country Internal Defense Plan*, 20 de março de 1964, p. 12, RG59, 1964-1966, caixa 1942, Secreto.

97. [...] in a country of over 75 million people, larger than continental United States, this is not a job for a handful of United States Marines] Telegrama do secretário de Estado para Gordon, de 30 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 430, Ultra-secreto.

98. [...] Goulart has already or is just about to resign. Mazzilli would then take over on interim basis as provided in constitution. Castelo Branco states no need US logistical support (...)] Teleconferência entre o Departamento de Estado e a Embaixada no Rio, 1º de abril de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 446, Secreto.

99. Conversa telefônica entre os dois, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 454.

100. [...] difficult questions of defraying 2.3 million dollars are involved. Under present situation this cannot be justified as Defense expenditure and therefore would require GOB or other reimbursement] Telegrama de Rusk para Gordon, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943, Secreto.

101. Carlos Lacerda, *op. cit.*, p. 289.

102. Amado Luiz Cervo; Clodoaldo Bueno, *História da política exterior do Brasil*, 2ª ed., Brasília, UnB, 2002, p. 362.

103. [...] it is important that US Government not put itself in position which would be deeply embarrassing if Goulart, Mazzilli, Congressional leaders and armed forces leadership reach accommodation in next few hours which would leave us branded with an awkward attempt at intervention] Telegrama do secretário de Estado para Gordon, de 30 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 430, Ultra-secreto.

104. [Risk of later attribution to US Government covert operation seems minor to us in relation positive effects if operation conducted with skill, bearing in mind that many things we don't do are being regularly so attributed (...)] I well understand how grave a decision is implied in this contingency commitment to overt military intervention here] Telegrama de Gordon para Departamento de Estado, de 29 de março de 1964, USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States*, 1964-1968: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 424, Ultra-secreto.

105. Telegrama do secretário a todos os postos, de 30 de março de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943, Secreto.
106. [The "revolt" in Minas has not yet gone beyond formation of state government by Magalhães Pinto from among previously opposing parties and issuance of manifesto proclaiming intention to resist any golpe. Military action is therefore put more in the conditional sense than at first seemed case. Nonetheless, all contacts here believe situation is critical] Telegrama de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 30 de março de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1943, Secreto.
107. Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 181.
108. *The Week in Congress*, nº 1, de 28 de fevereiro de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939. Os boletins semanais podem ser encontrados em diversas caixas da série 1964-1966.
109. Aerograma de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 2 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1930 e *What a Week in Congress!* [The Week in Congress], nº 6, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939.
110. Aerograma de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 2 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1930, p. 1.
111. [Brasília was cut off from communicating with the rest of Brazil and the little precise information received from outside of the city was all but drowned out in the flood of rumors. The confusion gradually settled into an acceptance of the situation and a consensus of what to do about it: protect the Congress as an institution come what may. Congressmen felt this sentiment more acutely by the morning of April 1, when a throng of about 1000 workers which had gathered in the National Theater (...) was being incited to "take up arms to preserve the legality of the government of João Goulart"] *What a Week in Congress!* [The Week in Congress], nº 6, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939, p. 1.
112. Marco Antônio Tavares Coelho, *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 267-268. Darcy Ribeiro, *op. cit.*, p. 355.
113. [The critical question was whether the Brasília-based 11th Military Region was for or against Congress. By noon, Congress was assured by general André Fernandes, the War Minister's Chief of Cabinet in Brasília, that they would have Army protection if they needed it. By early afternoon, the Chamber National Security Committee, in an emergency session, voted the military pay raise bill out of committee]. *What a week in Congress!* [The week in Congress], nº 6, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939, p. 1.
114. [Either the President would decide to resist in Brasília or in his home state of Rio Grande do Sul, or he would decide on some form of renunciation (...)] *The Chamber stopped its session at 5:15 to wait for word from Goulart. Doutel de Andrade convoked a meeting of the PTB bench on his return to inform them that President*

Goulart would resist from Rio Grande do Sul where he had control of the 3rd Army and that Goulart would make a national proclamation later that evening concerning his efforts as President]. Idem, p. 2.

[President Goulart's departure was the signal the Congress had been waiting for. A secret session of the combined houses was called for 2:00 AM. Enough Congressmen had arrived by 2:45 so that the session could begin]. *What a Week in Congress!* Idem p. 2.

Aerograma de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 2 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1930, p. 2.

Depoimento ao autor, por e-mail, de 14 de maio de 2007.

Idem.

Luís Vianna Filho, *O governo Castelo Branco*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 46.

[At 3:00 AM the Congressmen trooped out of the Congress building for the short walk to Planalto, the Presidential Palace. President-select Mazzilli was driven to Planalto in a car literally covered with armed men. The solemn procession of Congressmen was stopped at the Presidential Palace by apprehensive machinegun-carrying guards who didn't know what was happening. The Congressmen talked them into allowing them to proceed and then entered the Palace by the back stairs which they had some difficulty locating. (The front door was locked and they did not want to break the glass.) When the bulk of the Congressmen puffed into the third floor office, President Ranieri Mazzilli had just been sworn in by Supreme Court President Ribeiro da Costa. It was 3:30 AM, April 2. The capstone had been put on the coup d'état] *What a Week in Congress!* [The Week in Congress], nº 6, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939, p. 3.

[Did breaking into the Presidential Palace at 3 in the morning and issuing the oath of office make Ranieri Mazzilli President of Brazil?] *Idem.*

[With some apprehension, the Congressmen agreed] Aerograma de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 2 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1930, p. 3.

[Meanwhile, General André Fernandes ordered troops loyal to him to move from the Congress to the Palace to protect President Mazzilli and the tension began to dissipate] *What a Week in Congress!* [The Week in Congress], nº 6, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939, p. 3.

Aerograma de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 2 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1930, p. 3.

[They told the deputies that there would be a military reaction to this "golpe" from Rio Grande do Sul and also in Brasília, at the Palace. President Mazzilli asked everyone to remain in the building with him until further notice. By dawn there was no longer any doubt in the minds of the Congressmen: Ranieri Mazzilli was now President of Brazil, and his Presidency was guaranteed by the Armed Forces] *What a Week in*

- Congress! [*The Week in Congress*], nº 6, de 3 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1939, p. 3.
126. [Despite the hectic sequence of events of somewhat questionable legality, the mood in the City of Brasília and Congress this morning, the morning after, was one of acceptance of a fait accompli (...) Tanks and other weapons were stationed on the mall before Congress] Aerograma de Robert Dean para o Departamento de Estado, de 2 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1930, p. 3.
127. Depoimento ao autor, por e-mail, de 14 de maio de 2007.
128. [I sent a telegram or issued a statement which had the effect of, in effect, recognizing the new government. Goulart wasn't quite out of the country, and I was taking a chance. But it worked out beautifully and was very effective. It was the kind of thing that marked a period to the end of Mr. Goulart] Oral History Interview with George Ball, Interview II, 7 de setembro de 1971, por Paige E. Mulhollan, Lyndon B. Johnson Library, p. 26.
129. USA, Department of State, *Foreign Relations of the United States, 1964-1968*: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 448. Ver Marco Antônio Villa, *op. cit.*, p. 232. Sobre o tema consultar também Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 181; Ruth Leacock, *op. cit.*, p. 215; Marcos Sá Corrêa, 1964 visto e comentado pela Casa Branca, Porto Alegre, L&PM, 1977, p. 138.
130. [there would be no problem of U.S. recognition of the new government because we would merely continue our relations with the President] USA. Department of State, *Foreign Relations of the United States, 1964-1968*: South and Central America; Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004, vol. XXXI, p. 454. [I cannot see how message could be construed as interference (...) I believe that the sooner we act the better] *Idem*, p. 455, USA, Printing Office, *Public Papers of the Presidents of the United States: Lyndon B. Johnson, 1963-1964*, livro I, p. 433.
131. Carlos Castello Branco, "Da conspiração à revolução", in Alberto Dines, *Os idos de março e a queda em abril*, Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964, p. 301.
132. Glauco Carneiro, *História das revoluções brasileiras*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965, p. 629-630.
133. "Memória do esquecimento", por César Felício e Maria Cristina Fernandes, *Valor Econômico*, ano 6, nº 1.481, 31 de março e fim de semana, 1º e 2 de abril de 2006. Entrevista intitulada "Jango herdou crise de JK", no âmbito da matéria, Caderno Valor Eu & Fim de Semana, ano 6, nº 288, p. 16.
134. *Correio da Manhã*, 2 de abril de 1964, p. 1; *Jornal do Brasil*, 2 de abril de 1964, p. 7; Hélio Silva, *op. cit.*, p. 422; Carlos Castello Branco, *op. cit.*; Declaração de Auro Moura Andrade em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 419; Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, São Paulo, Globo, 1999, p. 154-155; Alberto Dines, *op. cit.*, p. 344.
135. Araken Távora, *Brasil, 1º de abril*, Rio de Janeiro [s.n.], 1964 [Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica], p. 137-139.
136. Exceções estão em Marco Antonio Villa, *op. cit.*, p. 222-223 e Hélio Silva, *op. cit.*, p. 421-422.
137. [Twice before in recent Brazilian political history the last written statement of Presidents have had continuing influence on political developments. The first was the Vargas suicide note and the second, the Quadros resignation letter. In fact, it may be stated that a fashion has been established in these matters which was observed by ousted President João Goulart. His swan song, uttered on the night of April 1 just before he fled from the Federal Capital, is attached in translation. The Goulart statement resembles the Vargas and Quadros statements by laying the blame for his country's ills on national and international groups opposed to the "progressive measures" taken by his government. Though Goulart did not specifically use the term, these groups are obviously the "forças ocultas" of the Brazilian political vocabulary] Telegrama de Robert Dean, intitulado "President João Goulart's Last Political Testament", para o Departamento de Estado, de 4 de abril de 1964, RG59, 1964-1966, caixa 1938.

CAPÍTULO 3 Os anos de apoio incondicional